



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

**CONCORRÊNCIA PÚBLICA nº 007/2021 - SMU
PROCESSO ELETRÔNICO nº 13.264/2021**

AVISO

Encontra-se aberta, na Subsecretaria de Licitações e Compras - SSLICOM, LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE CONCORRÊNCIA, nos **termos do inciso III, do art. 15, da Lei Federal nº 8.987/95**, com a finalidade de selecionar propostas para **a Concessão onerosa de Serviços, em caráter de exclusividade, de administração, operação, exploração comercial e execução de obras de complementação e adequação Terminal Rodoviário de Juiz de Fora**, regida pela Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações posteriores e pelas demais condições fixadas no Edital, às quais os interessados devem submeter-se sem quaisquer restrições.

A abertura desta licitação ocorrerá **no dia 12 (doze) de janeiro de 2022, às 9h30 (nove e trinta) horas**, no Auditório Térreo, situado à Av. Brasil, 2001, quando os interessados deverão apresentar os envelopes nº 01 - Documentos de Habilitação e nº 02 - Propostas de Preços a comissão licitante, em acordo com as exigências do Edital.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados na subsecretaria, em arquivo digital, mediante entrega de um pen-drive, de segunda a sexta-feira, no horário de 14:30 às 17:30 horas ou pelo endereço eletrônico https://www.pjf.mg.gov.br/secretarias/cpl/editais/outras_modalidades/2021/index.php. O edital poderá ainda ser solicitado através do link <https://juizdefora.1doc.com.br/b.php?pg=wp/wp&itd=5&iagr=19121>. Quaisquer dúvidas poderão ser protocoladas, assim como serão respondidas através do referido link do Plataforma Ágil.

Subsecretaria de Licitações e Compras - SSLICOM



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

CONCORRÊNCIA PÚBLICA nº 007/2021 - SMU PROCESSO ELETRÔNICO nº 13.264/2021

A Prefeitura de Juiz de Fora, através da Subsecretaria de Licitações e Compras - SSLICOM, informa a todos os interessados, que dará início no dia e hora divulgados no Aviso deste Edital, no Auditório Térreo, situado na Avenida Brasil, nº 2001, nesta cidade de Juiz de Fora – MG, ao procedimento licitatório **CONCORRÊNCIA nº 007/2021, nos termos do inciso III, do art. 15, da Lei Federal nº 8.987/95**, regida pela Lei Federal nº 8.666/93 com suas alterações posteriores, Lei Complementar nº 123 de 2006, Lei nº 12.211/2011, se for o caso, e pelas demais condições fixadas no Edital, às quais os interessados devem submeter-se sem quaisquer restrições.

1. DO OBJETO E DAS CARACTERÍSTICAS GERAIS

1.1. DO OBJETO

1.1.1. Constitui objeto desta licitação **a Concessão onerosa de Serviços, em caráter de exclusividade, de administração, operação, exploração comercial e execução de obras de complementação e adequação Terminal Rodoviário de Juiz de Fora**, conforme especificações constantes dos Anexos integrantes deste Edital, especialmente o **Anexo I - Projeto Básico**.

1.1.2. Portanto, além da administração, operação e exploração comercial, será exigida a realização de obras de complementação e adequação, como:

- 1) reformas civis;
- 2) obras de adequação viária interna;
- 3) construção de passarela coberta;
- 4) construção de abrigos e fachada nova da rodoviária;
- 5) implantação de cobertura do estacionamento rotativo e de táxis;
- 6) construção de guarita e portão para acesso dos ônibus rodoviários;
- 7) troca de todo o telhado;
- 8) obras de implantação da Supervisão de Controle de Implantação de Sinalização da SMU;
- 9) obras de adequação da área de vistoria veicular da SMU;
- 10) obras de adequação da área do DETRAN-MG;
- 11) obras de ampliação e reforma dos sanitários tarifados;
- 12) obras de adequação do antigo sanitário gratuito, para uso exclusivo da licitante;
- 13) fornecimento e instalação de Grupo Gerador e equipamentos diversos;
- 14) fornecimento de novos mobiliários; e
- 15) implantação de sistemas de tecnologia da informação e monitoramento do terminal.

1.2. CARACTERÍSTICAS GERAIS

1.2.1. Os serviços aqui solicitados deverão estar de acordo com as especificações técnicas e operacionais previstos no Regulamento do Terminal Rodoviário de Juiz de Fora, constantes do Decreto em vigor nº 13.615/2019.

1.2.1.1. Os serviços descritos no Regulamento do Terminal Rodoviário de Juiz de Fora representam uma referência para todas as atividades desenvolvidas durante a operação deste, servindo de base, também, para a fiscalização pelo Poder CONCEDENTE.

1.2.2. A CONCESSIONÁRIA poderá manter fiscalização nos locais de embarque fora do Terminal Rodoviário que forem autorizados pelo Poder CONCEDENTE.

1.2.3. A CONCESSIONÁRIA deverá cumprir todas as determinações do Poder CONCEDENTE



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

imediatamente após a emissão da Ordem de Serviço Operacional emitida pela SMU.

1.2.4. Os prazos relativos às obras de complementação e adequação serão contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço citada anteriormente e da seguinte forma:

1.2.4.1. Prazo máximo para entrega dos Projetos Executivos e Cronograma: até 12 (doze) meses;

1.2.4.2. Prazo máximo para início das obras e reformas: até 02 (dois) meses após aprovação pela SMU dos Projetos Executivos e Cronograma;

1.2.4.3. Prazo máximo para conclusão das obras e serviços relacionados no item anterior: até 18 (dezoito) meses após o início.

1.2.5. As despesas administrativas, previsões relativas a demanda e a receita são de responsabilidade exclusiva da CONCESSIONÁRIA, sem qualquer aporte financeiro por parte do Poder Público Municipal.

1.2.6. Consideram-se atividades operacionais a orientação da circulação de passageiros, de veículos e bagagens nas dependências do Terminal, do estacionamento de veículos, do controle de plataformas, visando garantir a regularidade e segurança da operação, de acordo com o Plano de Operação e Administração do Terminal Rodoviário de Juiz de Fora a ser elaborado e apresentado em até 12 (doze) meses pela CONCESSIONÁRIA e aprovado pelo Poder CONCEDENTE.

1.2.7. A CONCESSIONÁRIA deverá prestar um serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários, satisfazendo condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas. Atualidade compreende a modernidade das técnicas, dos equipamentos, das instalações e a sua conservação, bem como a melhoria e expansão dos serviços.

1.2.8. Todas as informações e requisitos a serem seguidos pela CONCESSIONÁRIA para execução do objeto deverão constar no Plano de Operação e Administração do Terminal Rodoviário de Juiz de Fora. Este deverá ser revisado anualmente, elaborado pela CONCESSIONÁRIA e aprovado pelo Poder CONCEDENTE.

1.2.9. A CONCESSIONÁRIA deverá manter, durante a vigência do contrato, as apólices de seguro necessárias para garantir a efetiva cobertura dos riscos inerentes ao desenvolvimento das atividades pertinentes à concessão, apresentando comprovação das mesmas.

1.2.10. A CONCESSIONÁRIA obriga-se a executar os serviços objeto do contrato de acordo com a melhor técnica aplicável, com zelo e diligência, bem como rigorosa observância das ordens advindas do Poder CONCEDENTE e as demais ordens e legislações vigentes.

1.2.11. A CONCESSIONÁRIA deverá iniciar os serviços de administração, operação e exploração comercial do Terminal, compreendendo:

I. Cumprir e fazer cumprir o disposto no Regulamento Interno e nas disposições legais aplicáveis;

II. Proceder a levantamentos, análises e pesquisas, propondo soluções, objetivando o bom desempenho operacional;

III. Prover os recursos materiais e humanos necessários a operação e funcionamento do Terminal Rodoviário, em especial aos serviços de limpeza, manutenção, segurança patrimonial e conservação de toda a parte estrutural, das áreas comuns, sanitários públicos, fachadas externas, pátio de estacionamento de veículos diversos, vias de acesso e outros;

IV. Elaborar e executar planos de utilização dos serviços comuns, bem como realizar levantamentos estatísticos indispensáveis às projeções das atividades;

V. Proceder a levantamentos dos gastos decorrentes da utilização dos serviços comuns, efetuando sua cobrança e respectivo pagamento;

VI. Fiscalizar os serviços existentes, quer sejam de uso comum ou decorrentes de convênio, concessão, permissão, autorização, cessão, contrato, arrendamento, locação;



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

- VII.** Organizar e fazer cumprir o plano de utilização das plataformas, bem como do funcionamento das bilheterias para a venda de passagens;
- VIII.** Exercer poder regulador mediante emissão de normas que complementem as disposições legais e regulamentares relativas ao funcionamento do Terminal;
- IX.** Calcular e efetuar a cobrança dos débitos dos permissionários e demais entidades, inclusive das delegatárias de transporte estabelecidas no Terminal;
- X.** Colaborar com os órgãos competentes na política de conscientização do uso do transporte rodoviário de passageiros, contribuindo para o desenvolvimento do turismo interno;
- XI.** Executar diretamente ou por empresa especializada contratada especificamente para este fim, os serviços de construção, reforma, manutenção, segurança, conservação e limpeza das áreas comuns;
- XII.** Explorar as áreas de lojas, unidades comerciais, módulos, agências e bilheterias do Terminal, diretamente ou por terceiros, mediante contrato;
- XIII.** Colaborar com os órgãos fiscalizadores do transporte rodoviário;
- XIV.** Arrecadar direta ou indiretamente a tarifa de embarque e as demais tarifas de serviços prestados, bem como os valores a serem cobrados de particulares a título de contratos de uso de suas áreas de lojas, unidades comerciais, módulos, agências e bilheterias;
- XV.** Prover a segurança da área total do Terminal, por meio de equipe de vigilância patrimonial 24 (vinte e quatro) horas, 07 (sete) dias por semana, inclusive com a instalação de sistema de monitoramento de segurança eletrônica;
- XVI.** Promover a conservação e a manutenção corretiva e preventiva das edificações do complexo arquitetônico e equipamentos;
- XVII.** Promover, ao longo de todo o contrato, reformas, manutenção e administração do terminal, bem como a execução de obras e serviços de melhorias da infraestrutura predial e de eficiente prestação de serviços aos usuários dos serviços de transportes, com ciência e anuência do Poder CONCEDENTE;
- XVIII.** Fazer cumprir os termos contratuais e responsabilidades firmados pelos contratantes das áreas de lojas, unidades comerciais, módulos, agências e bilheterias.
- XIX.** Fazer cumprir os termos dos contratos de prestação de serviços;
- XX.** Monitorar as contas e efetuar o controle e cobrança dos débitos das empresas comerciais e transportadoras estabelecidas no Terminal Rodoviário;
- XXI.** Elaborar relatório gerencial mensal e enviá-lo à Secretaria de Mobilidade Urbana - SMU, contendo o resumo das atividades operacionais, gerenciais, financeiras e administrativas, além dos fatos relevantes ocorridos;
- XXII.** Exercer fiscalização sobre os serviços do Terminal, especialmente os de limpeza, controle de pragas, controle de pássaros e outros animais, conservação, reparos, guarda-volumes, informações e todos os outros necessários;
- XXIII.** Exercer as demais atribuições específicas e normais da Administração de um Terminal Rodoviário de Passageiros.

1.3. VISITA TÉCNICA

1.3.1. As empresas ou consórcios participantes do certame poderão visitar as instalações do TERMINAL RODOVIÁRIO DE JUIZ DE FORA a fim de ter pleno conhecimento das instalações e da natureza dos serviços relativos à concessão.

1.3.2. A empresa ou Consórcio que desejar realizar a visita acompanhada de um técnico da SMU deverá



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

entrar em contato através dos telefones (32) 3690-8186 ou (32) 2104-7504 e agendar a visita com antecedência mínima de 3 (três) dias.

2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO, DO CREDENCIAMENTO E DA ENTREGA DE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS

2.1. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1.1. A presente concorrência e contrato regular-se-ão, no que couber, pelas normas gerais da Lei nº 8.666/93, pela Lei nº 8.987/95, e demais disposições legais aplicáveis.

2.1.2. Deverão também ser observados os termos constantes nos seguintes instrumentos legais:

1. Decreto do Executivo 03911/1988 (aprova o Regulamento do Terminal Rodoviário de JF) e suas alterações;
2. Lei 08819/1996 (dispõe sobre estacionamento gratuito por tempo limitado);
3. Lei 08884/1996 (dispõe sobre o uso de sanitários);
4. Lei 09532/1999 (dispõe sobre a concessão do Terminal);
5. Lei 10031/2001 (dispõe sobre a concessão de uso de imóvel pelo INSS) e suas alterações;
6. Lei 10103/2001 (dispõe sobre disponibilização de sanitários);
7. Lei 10207/2002 (dispõe sobre a obrigatoriedade de manter cadeiras de rodas);
8. Lei 10286/2002 (torna obrigatória poltrona ou cadeira especial para obeso);
9. Decreto do Executivo 09701/2008 (institui a tarifa do acompanhante);
10. Decreto do Executivo 09949/2009 (fixa os horários das linhas interestaduais e intermunicipais no perímetro do município) e suas alterações;
11. Lei 12212/2011 (proíbe a cobrança de acompanhante - taxa do beijo) e
12. Decreto 13615/2019 (dispõe sobre os valores das tarifas).

2.1.3. Poderão participar da licitação todas as empresas interessadas, individualmente ou em consórcio, com atividades específicas no ramo pertinente ao OBJETO desta Concorrência, que comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos neste Projeto Básico. Em se tratando de consórcio cuja composição se dê também, por empresas estrangeiras, a liderança deverá ser exercida por empresa brasileira, nos termos do art. 33, 1º da Lei Federal nº 8.666/93.

2.1.4. Não será permitida na licitação, a participação de mais de uma pessoa jurídica sob o controle de um mesmo grupo de pessoas físicas e jurídicas.

2.1.5. A participação nesta licitação, sem oposições, implica na integral e incondicional aceitação de todos os termos, cláusulas e condições previstas no Edital e seus Anexos.

2.1.6. A participação, nos termos como antes convencionado, significa que a Licitante recebeu todos os documentos necessários à sua participação no certame, e que tomou conhecimento das informações necessárias quanto ao Terminal Rodoviário, onde serão desempenhadas as atividades do Objeto da Licitação, não se admitindo reclamações posteriores à entrega dos documentos, sob nenhuma hipótese, sob alegação de desconhecimento.

2.1.7. Não poderão participar desta Licitação empresas ou consórcios:

2.1.7.1. Que possuam dirigentes, gerentes, sócios ou controladores, acionistas que sejam agentes públicos, servidores ou dirigentes de órgãos do Município de Juiz de Fora;

2.1.7.2. Em regime de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, ou que tenha sido declarada inidônea ou que esteja suspensa temporariamente com o direito de licitar por qualquer Órgão ou entidade da Administração Pública, em especial a do Município do Juiz de Fora;



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

2.1.7.3. Que não satisfaça as condições expressas no Edital e seus Anexos, bem como a legislação específica que rege a matéria;

2.1.7.4. Temporariamente suspensos e/ou impedidos de contratar com o Município de Juiz de Fora;

2.1.7.5. Dos quais participe, a qualquer título, servidor público do Município de Juiz de Fora da administração direta ou indireta;

2.1.7.6. Declarados inidôneos por ato do Poder Público;

2.1.7.7. Com falência decretada, concordatária ou em recuperação judicial ou extrajudicial.

2.1.7.8. que se encontrarem em débito para com a Fazenda do Município de Juiz de Fora - MG, nos termos do art. 41 do Código Tributário Municipal (Lei nº 5546/1978).

2.1.8. No caso de consórcio, a empresa que o liderará deverá apresentar, no seu objeto social, atividade que permita a operação e a administração de terminal de passageiros.

2.1.9. Em se tratando de consórcio, a participação fica condicionada, além das exigências legais contidas neste Edital, ao atendimento dos requisitos previstos no subitem abaixo:

2.1.9.1. Apresentação de compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelas consorciadas, contendo obrigatoriamente as seguintes cláusulas:

I. Denominação do consórcio;

II. Composição do consórcio indicando o percentual de participação de cada empresa consorciada;

III. Organização do consórcio;

IV. Objetivo do consórcio;

V. Indicação da empresa líder que representará o consórcio perante o Poder Concedente;

VI. Compromissos e obrigações de cada uma das consorciadas, em relação ao objeto da presente Concorrência;

VII. Indicação da opção da organização que será constituída, para assinatura do contrato, em caso de lhe ser adjudicado o objeto do certame;

VIII. Previsão de registro na Junta Comercial do Termo de Constituição do Consórcio, obedecendo às condições previamente estipuladas nos termos de compromisso apresentados no processo licitatório.

IX. Vigência do consórcio, de no mínimo, 05 (cinco) anos, contados a partir da assinatura do contrato de Concessão.

2.1.10. As empresas integrantes responderão solidariamente pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação, quanto na da execução do contrato.

2.1.11. O consórcio não terá sua composição ou constituição alterada ou de qualquer forma modificada sem a prévia anuência do Poder Concedente, enquanto vigorar o contrato.

2.1.12. O consórcio não se constitui nem se constituirá em pessoa jurídica distinta das empresas consorciadas, devendo qualquer alteração do contrato social, ser submetido ao conhecimento prévio do Poder Concedente, seguindo as disposições do Termo de Contrato de Concessão.

2.1.13. A empresa líder do consórcio será a responsável, perante o Poder Concedente, pelo integral cumprimento do Contrato de Concessão, sem prejuízo da responsabilidade solidária da outra empresa componente do consórcio.

2.1.14. Cada uma das empresas, individualmente ou em consórcio, somente poderá participar deste certame com uma única proposta. No caso de apresentação de mais de uma proposta pela mesma empresa ou pelo consórcio de empresas, as proponentes envolvidas serão excluídas do certame.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

2.2. DO CREDENCIAMENTO

2.2.1. Os proponentes ou seus representantes legais deverão apresentar-se para credenciamento junto ao Presidente e/ou membros da comissão licitante, munidos de documentos que os credenciem a participar deste procedimento licitatório, identificando-se com a Carteira de Identidade ou outro documento equivalente, conforme *Anexo II*.

2.2.2. O credenciamento far-se-á pelo próprio sócio ou por meio de instrumento público ou particular de mandato, com poderes para assinar atas, contratos, firmar compromissos e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome do proponente em ambos os casos, **deverá apresentar cópia do Estatuto ou Contrato Social**, no qual estejam expressos seus poderes.

2.2.3. A ausência de credenciamento não constituirá motivo de inabilitação do proponente ou desclassificação de sua proposta. Também não o será, se o referido documento estiver inserido em quaisquer dos envelopes obrigatórios.

2.2.4. Na ausência do credenciamento, o proponente ficará sem representante perante a comissão, não podendo fazer consignar em ata suas observações, rubricar documentos, bem como praticar os demais atos de um mandatário, persistindo esta situação até que a exigência do credenciamento seja atendida.

2.3. DA ENTREGA DE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS

2.3.1. A proponente arcará com todos os custos relativos à elaboração de sua proposta. O Município não será responsável por nenhum desses custos, independentemente do desenvolvimento e do resultado do processo licitatório.

2.3.2. A proponente deverá entregar à comissão licitante, órgão colegiado decisório, no local, na data e na hora fixadas neste Edital, através de representante legal da empresa ou representante constituído através de carta-credencial, a documentação de habilitação e proposta de preço.

2.3.3. A documentação e a proposta deverão ser entregues em 2 (dois) envelopes fechados, contendo o primeiro a **DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**, o segundo a **PROPOSTA DE PREÇOS**, com as seguintes inscrições na parte frontal de cada um deles:

ENVELOPE 01 - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO
CONCORRÊNCIA nº 007/2021 - SMU
RAZÃO SOCIAL:
CNPJ:

ENVELOPE 02 – PROPOSTA DE PREÇOS
CONCORRÊNCIA nº 007/2021 - SMU
RAZÃO SOCIAL:
CNPJ:

2.3.4. É obrigatória a assinatura do representante legal da licitante nos **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** e na **PROPOSTA DE PREÇOS**.

2.3.5. A entrega dos 02 (dois) invólucros (Habilitação e Proposta) deverá, **preferencialmente**, ser pessoal mediante entrega pelo representante legal credenciado do proponente.

2.3.5.1. Serão aceitos os envelopes contendo as propostas comerciais e documentação de habilitação enviados através dos correios para o endereço da Avenida Brasil, 2001/7º andar, Centro, Juiz de



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

Fora/MG, CEP 36060-010 - Subsecretaria de Licitações e Compras. No entanto, a subsecretaria não se responsabiliza por eventuais atrasos na entrega dos envelopes por parte dos correios e nem diante de seu extravio, devendo os mesmos serem recebidos na subsecretaria até a data e horário definidos neste edital para abertura e sessão pública destinada aos recebimentos dos mencionados envelopes.

2.3.6. Após o horário estabelecido neste Edital, nenhuma proposta ou documento será recebido.

2.3.7. Os licitantes deverão apresentar os documentos estritamente necessários, evitando-se duplicidade e a inclusão de documentos supérfluos ou dispensáveis.

2.3.8. No horário fixado no preâmbulo deste Edital, na sala de licitações do endereço acima mencionado, após o recebimento dos envelopes, a comissão encarregada da licitação dará início à abertura dos mesmos.

3. DA HABILITAÇÃO

3.1. Para habilitação, deverá a sociedade empresária apresentar, no envelope “01” – Documentos de Habilitação, os documentos abaixo discriminados, **em 2 (duas) vias**, sendo uma via em **cópias autenticadas**, obrigando-se a proponente a fornecer à comissão licitante os originais correspondentes em qualquer época que lhes forem solicitados e **outra via** entregue em CD ou DVD não regravável.

3.1.1. Os proponentes interessados na autenticação das cópias por funcionário da unidade que realiza a licitação deverão comparecer e solicitar a autenticação com, preferencialmente, no mínimo uma hora antes do início da sessão de abertura da licitação.

3.1.2. Não serão aceitos protocolos, nem documentos com prazo de validade vencido.

3.1.3. Os documentos deverão ser apresentados, *preferencialmente*, encadernados ou fixos em pasta própria e numerados, não devendo ser entregues soltos.

3.1.4. Todos os documentos exigidos para habilitação deverão estar no prazo de validade. Caso o órgão emissor não declare a validade do documento, esta será de **90 (noventa)** dias corridos contados a partir da data de emissão, exceto o comprovante de inscrição no CNPJ e atestado(s) de capacidade técnica.

3.2. Documentos relativos à Habilitação Jurídica:

3.2.1. Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores e, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício;

3.2.2. Cédula de Identidade e registro comercial, no caso de empresário individual;

3.2.3. Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

3.2.4. No caso de participação em consórcio, as empresas deverão apresentar, individualmente, toda a documentação exigida nos itens acima para os Licitantes isolados. Deverão apresentar, ainda:

3.2.4.1. Comprovação do compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados contendo obrigatoriamente as seguintes cláusulas:

a) Denominação do consórcio;



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

- b) Composição do consórcio indicando o percentual de participação de cada empresa consorciada;
- c) Organização do consórcio;
- d) Objetivo do consórcio;
- e) Indicação da empresa líder que representará o consórcio perante o Poder Concedente;
- f) Compromissos e obrigações de cada uma das consorciadas, em relação ao objeto da presente Concorrência;
- g) Indicação da opção da organização que será constituída, para assinatura do contrato, em caso de lhe ser adjudicado o objeto do certame;
- h) Previsão de registro na Junta Comercial do Termo de Constituição do Consórcio, obedecendo às condições previamente estipuladas nos termos de compromisso apresentados no processo licitatório;
- i) Vigência do consórcio, de no mínimo, 05 (cinco) anos, contados a partir da assinatura do contrato de Concessão.

3.2.4.2. Declaração expressa de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na execução do contrato;

3.2.4.3. Declaração expressa de que, se vencedoras, levarão o instrumento de compromisso de constituição do consórcio à Junta Comercial, para registro da celebração do contrato, oficializando assim o consórcio.

3.2.5. Declaração subscrita pelo representante legal da proponente de inexistência de fato impeditivo da habilitação, conforme **Anexo III**.

3.2.6. Declaração expressa de que o proponente preenche plenamente os requisitos de habilitação, bem como tem pleno conhecimento do objeto licitado e anuência das exigências constantes do Edital e seus anexos, conforme **Anexo IV**.

3.2.7. Declaração de atendimento à norma do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, que proíbe trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres aos menores de 18 anos e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, conforme **Anexo V**.

3.3. Documentos relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista

3.3.1. Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

3.3.2. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

3.3.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;

3.3.4. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal;

3.3.4.1. Nos Municípios em que não há emissão de Certidão Municipal Conjunta, o licitante deverá, obrigatoriamente, apresentar tanto a certidão negativa de tributos mobiliários quanto a de tributos imobiliários.

3.3.4.2. Para os fins do art. 41 do Código Tributário Municipal, a habilitação dos proponentes não sediados no Município de Juiz de Fora/MG, ficará condicionada à verificação da regularidade fiscal perante este Município.

3.3.4.2.1. Nos termos da subcláusula anterior, o proponente, se desejar, poderá apresentar junto de sua documentação de habilitação, a Certidão Negativa de Débito Ampla expedida pela Prefeitura de Juiz de Fora/MG.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

3.3.5. Prova de Regularidade de Situação (CRF) perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

3.3.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A - Da consolidação das leis do trabalho, aprovada pelo Decreto – Lei 5.452, de 1º de maio de 1943.

3.3.7. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes, estadual ou municipal, se houver relativo ao domicílio ou sede da **LICITANTE**, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

3.3.8. Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá ser apresentada declaração, sob as penas da lei, de que cumprem os requisitos legais para a qualificação como microempresas ou empresa de pequeno porte, estando aptas a usufruir do tratamento estabelecido na Lei Complementar nº 123/06, conforme **Anexo VIII**.

3.3.9. Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá ser apresentada declaração subscrita pelo seu representante legal de que a empresa não incorre em nenhuma das hipóteses previstas no § 4º, do artigo 3º, da Lei Complementar nº 123/06, conforme **Anexo VIII**.

3.3.10. Em se tratando de microempresas e empresas de pequeno porte, estas deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação da regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição;

3.3.10.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente (ME ou EPP) for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

3.3.10.2. A não-regularização da documentação no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81, da Lei nº 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

3.4. Documentos relativos à Qualificação Econômico-Financeira:

3.4.1. Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício, já exigíveis e apresentados na forma da Lei Federal nº 6.404/76 e Lei Federal nº 10.406/2002, que comprovem a boa situação financeira licitante, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados monetariamente, quando encerrados há mais de três meses da data de apresentação da proposta, tomando como base a variação, ocorrida no período, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA ou outro indicador que o venha substituir.

3.4.1.1. Se necessária a atualização monetária do Balanço Patrimonial, deverá ser apresentado, juntamente com os documentos em apreço, o memorial de cálculo correspondente, assinado pelo Contador.

3.4.1.2. As sociedades empresárias com menos de um exercício financeiro devem cumprir a exigência deste item mediante apresentação de Balanço de Abertura ou do último Balanço Patrimonial levantado, conforme o caso.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

3.4.1.3. Serão considerados aceitos como na forma da lei o Balanço Patrimonial (inclusive o de abertura) e demonstrações contábeis assim apresentados:

- a) Publicados em Diário Oficial; ou
- b) Publicados em Jornal; ou
- c) Por cópia ou fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da proponente; ou
- d) Por cópia ou fotocópia do livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da proponente ou em outro órgão equivalente, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, ou;
- e) Por Escrituração Contábil Digital (ECD), através da apresentação de cópia do SPED, devidamente transmitido via eletrônica, e obrigatoriamente, observado o prazo de entrega estipulado no art. 1078 da Lei Federal nº 10.406/2002.

3.4.1.4. Os documentos relativos ao subitem **3.4.1** deverão ser apresentados contendo assinatura do representante legal da proponente e do seu contador, ou, mediante publicação no Órgão de Imprensa Oficial, devendo, neste caso, permitir a identificação do veículo e a data de sua publicação. A indicação do nome do contador e do número do seu registro no Conselho Regional de Contabilidade – CRC – são indispensáveis.

3.4.2. A capacidade Financeira da sociedade empresária será avaliada mediante o indicador abaixo calculado pela seguinte fórmula:

Índice de Solvência Geral (ISG) expressado da forma seguinte:

$$\text{ISG} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

Para a capacidade econômico-financeira exigida, os participantes deverão atender obrigatoriamente, os seguintes requisitos:

ISG maior ou igual a 1(um)

3.4.2.1. O item **3.4.2** é somente considerado para fins de Qualificação Econômico-Financeira da proponente. Uma vez habilitada, a maior ou menor pontuação obtida pela concorrente não terá qualquer influência na sua classificação final.

3.4.3. Certidão Cível Negativa, abrangendo Falência e Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida por distribuidor da sede do principal estabelecimento da pessoa jurídica na forma do que prescreve o artigo 3º, da Lei nº 11.101/05.

3.4.3.1. Caso a Certidão evidencie a existência de processo de recuperação judicial, a mesma deverá vir acompanhada de autorização expedida pelo Poder Judiciário de que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório nos termos da Lei nº 8.666/93.

3.4.3.2. Nas comarcas em que a Certidão emitida pelo cartório distribuidor não abranger os processos distribuídos no processo judicial eletrônico - PJE, o licitante deverá, obrigatoriamente, apresentar tanto a certidão expedida pelo cartório distribuidor, quanto a certidão específica para processos judiciais eletrônicos.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

3.4.4. Comprovação de possuir capital social de no mínimo 10% (dez inteiros por cento) do valor estimado da contratação, previsto no parágrafo 3º, do art. 31 da Lei 8.666/93, através do Balanço Patrimonial do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei Federal nº 6.404/76 e Lei Federal nº 10.406/2002, e/ou através da última alteração contratual devidamente registrada na Junta Comercial, ou em órgão regulador, em data anterior à licitação.

3.4.5. No caso de consórcio, o capital poderá ser representado pelo capital da empresa líder, se suficiente, ou pela soma dos capitais das empresas que o compõem na proporção de sua participação. Este valor deverá ser acrescido de 20% (vinte por cento) conforme prevê o artigo 33 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

3.4.6. No caso de consórcio, as empresas deverão apresentar, individualmente, toda a documentação exigida para as Licitantes isoladas.

3.5. Documentos relativos à qualificação técnica:

3.5.1. Certidões de Registro da LICITANTE ou CONSÓRCIO e dos seus responsáveis técnicos nas entidades profissionais competentes.

3.5.2. Comprovação de aptidão do desempenho de atividade pertinente e compatível em suas características com o objeto da Licitação, em Terminais de Passageiros com:

- a. plataformas de embarque e desembarque;
- b. guichês para venda de passagens;
- c. locação e gestão de espaços comerciais;
- d. locação e gestão de espaços promocionais;
- e. sistema de guarda-volumes;
- f. banheiros pagos;
- g. banheiros gratuitos;
- h. estacionamento rotativo de veículos leves;
- i. obras de complementação e adequação;
- j. sistema de segurança eletrônica;
- k. segurança patrimonial;
- l. sistema de rede para gestão integrada;

demonstrando assim, experiência anterior da empresa licitante ou consórcio na prestação de serviços semelhantes aos que são objeto da presente Concorrência, mediante a apresentação de atestado (s) fornecido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado na entidade competente, conforme exigência do art. 30 e seus parágrafos, da Lei nº 8.666/93.

3.5.3. Para atender o que prescreve o artigo 30, § 1º, inciso I, da Lei nº 8.666/93, os atestados de semelhança ou similaridade, em nome da empresa ou consórcio nas seguintes condições:

3.5.3.1. Experiência na execução dos seguintes serviços:

- I.** Administração de Terminal de Passageiros;
- II.** Operação de Terminal de Passageiros;
- III.** Exploração Comercial de Terminal de Passageiros;
- IV.** Execução ou Administração de obras de complementação e adequação de Terminal de Passageiros.

3.5.4. O conjunto dos serviços prestados deverá ser exclusivamente em Terminal Rodoviário de Passageiros, ou seja, aqueles Terminais em que operem empresas de ônibus que detenham linhas intermunicipais e/ou interestaduais e/ou internacionais.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

3.5.4. No caso de consórcio a comprovação de qualificação técnica deverá ser apresentada por uma das empresas ou por meio de somatório das empresas que o integram, compondo todos os itens descritos no **item 3.5.2.**

3.5.5. Não serão considerados quaisquer atestados por empresas controladas ou controladoras, ligadas às Licitantes ou às empresas que integrem o consórcio Licitante.

3.5.6. Declaração da LICITANTE que possui aparelhamentos (técnico e pessoal) adequados para a realização do objeto da licitação, conforme **Anexo X.**

3.5.7. A Proponente ou Consórcio deverá apresentar a metodologia de operação atendendo a todos os prazos previstos;

3.5.8. Os documentos deverão ser apresentados em original, digitados apenas no anverso, sem rasuras, ressalvas ou entrelinhas, rubricados, datados e assinados pelo representante legal da licitante, ou por seu mandatário, sendo necessária, nessa última hipótese, a juntada da procuração que contemple expressamente este poder, podendo, ainda, serem apresentados em cópias autenticadas ou cópia simples acompanhada do original, para que possa ser autenticados pela STDA/SSLICOM.

3.5.9. A comprovação deverá conter ainda:

3.5.0.1. Apresentação contendo sucintamente, a denominação da Licitante, a finalidade da Comprovação Técnica e uma breve e precisa descrição da estrutura.

3.5.9.2. Conhecimento do serviço contendo o detalhamento de informações e de dados, levantados pela licitante, que permitam mostrar o seu grau de conhecimento em relação ao Terminal, ao município e à região onde o mesmo está inserido. Descrição dos aspectos físicos, comerciais e operacionais dos serviços objeto da licitação, com ênfase para o embarque e desembarque, bilheteria, estacionamento de veículos.

3.5.9.3. A metodologia de execução dos serviços, que será norteadora do Plano de Operação e Administração do Terminal de Juiz de Fora a ser elaborado pela futura Concessionária, com detalhamento dos procedimentos dos sistemas e métodos para cada uma das áreas de atividade objeto da contratação pretendida, por meio de projeto ou descritivo, quais sejam:

- I. Administração, Operação e Controle Operacional do Terminal;
- II. Plano de Circulação e de Controle de Acesso de entrada e saída de veículos e cargas;
- III. Ordenamento da circulação de táxis e veículos particulares de passageiros na área do Terminal e no(s) estacionamento(s);
- IV. Plano de Limpeza do Terminal;
- V. Plano de Manutenção e Conservação do Terminal;
- VI. Plano de Segurança Patrimonial;
- VII. Sistema de Segurança e Monitoramento Eletrônico do Terminal com utilização da tecnologia CFTV-IPe Alarmes;
- VIII. Plano de Programação visual e sinalização do Terminal;
- IX. Plano de Acessibilidade;
- X. Sistema de Programação de Partidas e Chegadas de ônibus rodoviários contemplando o gerenciamento da alocação/distribuição nas plataformas do Terminal;
- XI. Sistema de Informação aos Usuários;
- XII. Sistema para gerenciamento das demandas com quantidade média mensal de passageiros embarcados por empresa;
- XIII. Sistema de controles de guarda volume estacionamentos;
- XIV. Cronogramas de implantação das obras civis de complementação, adequação e modernização



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

do Terminal, bem como dos projetos lógicos do Sistema Integrado de Gestão de Terminal – SIGIT.

3.6. A documentação exigida para atender ao disposto nos itens **3.2.1, 3.2.2, 3.2.3, 3.3.1 a 3.3.6 e 3.4.3**, poderá ser substituída, conforme disposto no parágrafo 3º do Art. 32 da Lei nº 8.666/93, pelo **CAGEL** - Certificado de Cadastro Geral de Licitantes do Município de Juiz de Fora -, com validade plena; conforme Decreto 7.654 de 06 de dezembro de 2002; com ramo de atividade compatível com o objeto licitado.

3.7. Todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do licitante, com o número do CNPJ e, preferencialmente, com endereço respectivo, devendo ser observado o seguinte (condição válida, também, para pagamento dos serviços, se for o caso):

3.7.1. se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão ser apresentados em seu nome e de acordo com seu CNPJ, ou;

3.7.2. se o licitante for a filial, todos os documentos deverão ser apresentados em seu nome e de acordo com o número do CNPJ da filial, exceto quanto à certidão Negativa de Débito junto ao INSS, por constar no próprio documento que é válido para matriz e filiais, Certidão de Débito relativo aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e CNDT;

3.7.3. se o licitante for a matriz e o fornecedor do bem ou prestadora dos serviços for a filial, os documentos deverão ser apresentados com o número de CNPJ da matriz e da filial, simultaneamente;

3.7.4. serão dispensados da apresentação de documentos com o número do CNPJ da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da matriz;

3.7.5. o não atendimento de qualquer exigência ou condição deste, item, implicará na inabilitação do licitante.

4. DA PROPOSTA DE PREÇOS (PROPOSTA COMERCIAL)

4.1. A **Proposta de Preços** deverá ser apresentada em duas vias, sendo **uma via impressa**, redigida em linguagem clara, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, identificada, com folhas numeradas e devidamente assinadas por representante legal da licitante ou procurador constituído, com documentos de textos em formato doc ou docx e planilhas em formato xls ou xlsx e **outra via** entregue em CD ou DVD não gravável. **As duas vias da proposta deverão conter:**

4.1.1. Carta de apresentação da Proposta de Preços, em papel timbrado da empresa, contendo os valores ofertados pela Licitante, da combinação dos critérios **do menor valor das tarifas do serviço público a ser prestado e da maior oferta, nos casos de pagamento ao poder concedente pela outorga da concessão**, previsto no inciso III, do Art. 15, da Lei Federal nº 8.987/95, que será pago mensalmente ao Poder Concedente, representado por percentual sobre o faturamento bruto mensal comprovado pela Concessionária.

4.1.2. Declaração de que o licitante se obriga a manter a proposta pelo prazo mínimo de **90 (noventa) dias**, a contar da data de apresentação da mesma, para fins de julgamento e de contratação (abertura do envelope, por parte da comissão), conforme **Anexo VII**.

4.3. Não será admitida proposta de tarifa superior ao valor determinado pelo Poder Concedente, constantes da tabela do **item 6** deste Edital, cujos valores serão aplicados na fórmula descrita para atribuição da pontuação da proposta comercial.

4.3.1. A proposta de desconto percentual sobre o valor da tarifa deverá ser linear para todos os itens abaixo.

4.3.2. Itens a serem considerados:

4.3.2.1. Guarda Volumes;

4.3.2.2. Banhos;

4.3.2.3. Estacionamento rotativo;



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

4.3.2.4. TEM - Tarifas de Embarque Municipal;

- a) Até 39,9 Km
- b) De 40,0 a 79,9 Km
- c) De 80,0 a 139,9 Km
- d) Acima de 140,0 Km

4.4. Não será admitida oferta de taxa de outorga sobre o faturamento bruto mensal com percentual inferior a **10% (dez por cento)**. As ofertas serão aplicadas na fórmula descrita para atribuição da pontuação da proposta comercial.

4.4.1. A oferta ou percentual ofertado de taxa de outorga deverá ser linear para todos os itens abaixo.

4.4.2. Itens a serem considerados:

4.4.2.1. Guarda Volumes;

4.4.2.2. Banhos;

4.4.2.3. Estacionamento rotativo de veículos particulares;

4.4.2.4. TEM - Tarifa de Embarque Municipal;

4.4.2.5. Locação das áreas das agências transportadoras e guichês para venda de passagens;

4.4.2.6. Locação e gestão de espaços comerciais;

4.4.2.7. Locação e gestão de Publicidade;

4.4.2.8. Locação de Equipamentos de Comunicação;

4.4.2.9. Locação de guarda-volumes individual similar ao Malex;

4.4.2.10. Estacionamento de veículos como diarista/mensalista;

4.4.2.11. Outras fontes de receita não previstas nas alíneas anteriores.

4.4.3. Em relação às locações (ou aluguéis) mencionados no item acima, a taxa de outorga devida será paga ao Poder Concedente independente de atrasos ou inadimplência ocorridos por parte do locatário, em contrato feito com a concessionária. Sendo estes eventos, uma questão de gestão da concessionária.

4.5. Será considerada também:

4.5.1. O valor ofertado na proposta comercial não dependerá de isenções de taxas, impostos ou qualquer outro benefício fiscal proveniente da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora ou do Governo do Estado de Minas Gerais;

4.5.2. A licitante deverá apresentar a descrição detalhada da metodologia adotada no estudo de viabilidade econômico-financeira da concessão, as hipóteses assumidas para as projeções dos insumos de cálculo, dos custos/despesas e receitas e os critérios econômicos utilizados;

4.5.3. A licitante deverá apresentar a estrutura de receitas e custo do Terminal e o respectivo Estudo de Viabilidade Econômico/Financeira da Concessão, destacando a Taxa Interna de Retorno – TIR, o Valor Presente Líquido – VPL e a oferta decorrente da outorga da concessão de acordo com o **Anexo I-A** (Procedimentos para a determinação do Fluxo de Caixa, VPL E TIR do Terminal Rodoviário de Juiz de Fora);



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

4.5.4. A licitante no seu Estudo de Viabilidade Econômica deverá considerar os investimentos referentes às obras de complementação e adequação, com modernização, fornecimento de equipamentos, mobiliário e sistemas de tecnologia da informação e de monitoramento, conforme descritos no **Anexo I-B** (Investimentos na Modernização e Fornecimento de Equipamentos e Sistemas de Tecnologia da Informação no Terminal Rodoviário de Juiz de Fora), **Anexo I-C** (Investimentos para as Obras de Modernização, Fornecimento de Mobiliário e Equipamentos para o Terminal Rodoviário de Juiz de Fora).

5. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

5.1. A **pontuação da Proposta Comercial** será obtida pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$PVT = \frac{TL}{MTa} \times 100$$

Onde:

PVT= Pontuação do Valor da Tarifa

TL= Oferta de desconto percentual sobre aa tarifa feita pela licitante

MTa= Maior oferta da tarifa feita pelas licitantes

$$PVO = \frac{OL}{MOa} \times 100$$

Onde:

PVO= Pontuação do Valor da Outorga

OL= Oferta da outorga feita pela licitante

MOa= Maior oferta da outorga feita pelas licitantes

5.2. Julgamento final

$$RF = 0,20 (PVT) + 0,80 (PVO)$$

Onde:

RF= número total de pontos

PVT= número de pontos auferidos pela Licitante no Valor da Tarifa

PVO= número de pontos auferidos pela Licitante no Valor da Outorga

5.2.1. Na hipótese de empate entre duas ou mais propostas, as Licitantes empatadas serão convocadas, para realização de desempate por sorteio, em sessão pública, em data e horário previamente fixados.

5.3. O Poder Concedente publicará Decreto Municipal informando os novos valores das tarifas referenciadas no **Projeto Básico**, após conhecido os valores vencedores da Licitação.

6. DOS VALORES DA CONCESSÃO

6.1. São consideradas como despesas operacionais:



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

I - QMCL - Quota de Manutenção, Conservação e Limpeza: parcelas pagas à Administradora pelas transportadoras e empresas comerciais destinadas a cobrir as despesas com serviços de manutenção, conservação e limpeza de toda a área ocupada pelo Terminal Rodoviário;

II - Água e Esgoto: receita decorrente do reembolso de tarifas de consumo de água e esgoto pagas pela Administradora e rateada entre esta e as permissionárias ou cessionárias de uso das áreas do Terminal, proporcionalmente ao consumo indicado nos medidores individuais ou à área ocupada;

III - Energia Elétrica: receita decorrente do reembolso da tarifa de energia elétrica atribuída a cada ocupante do Terminal, de acordo com seu medidor ou estimada no período, em caso de ter sido pago pela Administradora;

IV - Seguro imóvel: receita referente ao ressarcimento das frações de prêmios de seguro correspondente às áreas ocupadas no Terminal;

V - Seguro estacionamento rotativo: receita referente ao ressarcimento das frações de prêmios de seguro correspondente ao estacionamento rotativo.

Despesas Operacionais – Valores de Referência	Unidade	Valor mensal total TRMM
QMCL - Quota de Manutenção, Conservação e Limpeza: parcelas pagas à Administradora pelas transportadoras e empresas comerciais, destinadas a cobrir as despesas com serviços de manutenção, conservação e limpeza de toda a área ocupada pelo Terminal Rodoviário.	ano	R\$ 187.649,88
Água e Esgoto: receita decorrente do reembolso de tarifas de consumo de água e esgoto pagas pela Administradora e rateada entre esta e as permissionárias ou cessionárias de uso das áreas do Terminal, proporcionalmente ao consumo indicado nos medidores individuais ou à área ocupada.	ano	R\$ 74.942,76
Energia Elétrica: receita decorrente do reembolso da tarifa de energia elétrica atribuída a cada ocupante do Terminal, de acordo com seu medidor ou estimada no período, em caso de ter sido pago pela Administradora.	ano	R\$ 301.963,68
Despesas Operacionais – Valores de Referência	Unidade	Valor anual total TRMM
Seguro imóvel: receita referente ao ressarcimento das frações de prêmios de seguro correspondente às áreas ocupadas no Terminal. Apólice de R\$ 2.000.000,00	ano	R\$ 48.000,00
Seguro Estacionamento Rotativo.	ano	R\$ 6.800,00

6.2. A remuneração da CONCESSIONÁRIA será proveniente das seguintes receitas:

I - Preço estipulado em contrato pelo uso das áreas de agências e bilheterias, pago pelas transportadoras que operam no Terminal Rodoviário, bem como pelo uso das áreas de lojas, unidades comerciais e módulos para o exercício de atividades comerciais e utilização de áreas regidas por acordos específicos;

II - Serviço de guarda-volumes: receita decorrente da utilização, pelo usuário, do espaço para a guarda de volumes;

III - Serviços de guarda-volumes individual similar ao Malex;

IV - Banhos: receita decorrente da utilização, pelo usuário, das instalações dos banheiros para banhos;

V - Publicidade: receita decorrente da exploração, pela Administradora, de propaganda, por meios visuais ou outros dispositivos autorizados que possam ser utilizados, desde que respeitada a sinalização indicativa e de orientação para os usuários;



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

VI - Equipamentos de Comunicação: receita decorrente do uso, pelas transportadoras, empresas comerciais e órgãos públicos de equipamentos de comunicação instalados pela Administradora;

VII - Juros e correções: receita correspondente aos acréscimos incidentes sobre o pagamento com atraso de alugueis ou quotas;

VIII - Receitas decorrentes da utilização dos serviços de estacionamento de veículos particulares;

IX - Receitas decorrentes da utilização dos serviços de estacionamento de veículos como diarista/mensalista;

X - Outras Receitas: quaisquer outras fontes de arrecadação não previstas nas alíneas anteriores;

XI - TEM - Tarifa de Embarque Municipal: a ser cobrada do passageiro para cobrir os custos do sistema, a qual será efetivada simultaneamente com a venda do bilhete de passagem.

Remuneração da CONCESSIONÁRIA - Valores de Referência	Unidade	Valor
Preço estipulado em contrato pelo uso das áreas de agências e bilheteria, pago pelas transportadoras que operam no Terminal Rodoviário, bem como pelo uso das áreas de lojas, unidades comerciais e módulos para o exercício de atividades comerciais e utilização de áreas regidas por acordos específicos.	ano	R\$ 57.235,61
Serviço de guarda-volumes: Guarda-volumes	Hora	R\$ 9,00
Serviços de guarda-volumes individual similar ao Malex	Hora	R\$ 10,25
Banhos	Unidade	R\$ 8,40
Publicidade: receita decorrente da exploração, pela Administradora, de propaganda, por meios visuais ou outros dispositivos autorizados que possam ser utilizados, desde que respeitada a sinalização indicativa e de orientação para os usuários.	m² / Mês	A ser negociado entre CONCESSIONÁRIA, Lojistas e Transportadoras.
Equipamentos de Comunicação: receita decorrente do uso, pelas transportadoras, empresas comerciais e órgãos públicos de equipamentos de comunicação instalados pela Administradora.	min / Mês	A ser negociado entre CONCESSIONÁRIA, Lojistas e Transportadoras.
Juros e correções: receita correspondente aos acréscimos incidentes sobre o pagamento com atraso de alugueis ou quotas.		N/A
Receitas decorrentes da utilização dos serviços de estacionamento de veículos particulares: Fração de 15 minutos.	Fração	R\$ 1,00
Receitas decorrentes da utilização dos serviços de estacionamento de veículos como diarista/mensalista.	Dia / Mês	A ser negociado entre CONCESSIONÁRIA/usuário.
Outras Receitas: quaisquer outras fontes de arrecadação não previstas nas alíneas anteriores.		A ser negociado entre CONCESSIONÁRIA, usuários, lojistas e Transportadoras.
TEM - a ser cobrada do passageiro para cobrir os custos do sistema, a qual será efetivada simultaneamente com a venda do bilhete de passagem. MÓDULO DISTÂNCIA (km) TARIFA (R\$)		
I até 39,9	Utilização	R\$ 0,85
II de 40 a 79,9	Utilização	R\$ 1,45
III de 80 a 139,9	Utilização	R\$ 2,55



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

IV acima de 140	Utilização	R\$ 5,25
-----------------	------------	----------

6.3. A taxa de embarque, principal fonte de receita da CONCESSIONÁRIA, não poderá sofrer alterações, salvo as atualizações anuais previstas no contrato de concessão ou em caso de acordo entre as Partes, como ressarcimento comprovado de desequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

6.4. O terminal possui uma movimentação média diária entre 4.500 e 5.000 pessoas entre embarques e desembarques.

6.5. A estimativa de receita média anual do Terminal Rodoviário de Juiz de Fora, com base nos valores estipulados pelo Decreto do Executivo, é de aproximadamente R\$ 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil reais).

6.6. Estando o Prazo de Concessão estabelecido em 05(cinco) anos, o valor total estimado da Contratação será de R\$17.500.000,00 (dezessete milhões e quinhentos mil reais).

7. PROCEDIMENTOS

7.1. No dia, local e hora previstos, reunir-se-ão, em ato público, a comissão permanente de licitação, órgão colegiado decisório, e os proponentes presentes. O ato público poderá ser presenciado por qualquer pessoa, porém só terão o direito de usar da palavra, rubricar, impugnar documentos, consignar ou desistir de recursos, os representantes que estiverem munidos de credencial específica para esta licitação. Desta reunião, lavrar-se-á Ata Circunstanciada, na qual ficarão registradas todas as ocorrências.

7.2. No dia, local e hora marcados para a entrega dos **Envelopes 01 e 02**, a comissão licitante procederá à abertura dos envelopes contendo os Documentos de Habilitação (envelope "01").

7.3. Aberto o **Envelope 01**, os documentos serão rubricados pela comissão e a seguir, pelos representantes de todos os proponentes credenciados e presentes ao ato.

7.4. Em nenhuma hipótese poderá ser concedido prazo adicional para apresentação de qualquer documento exigido neste Edital e eventualmente não inserido nos invólucros 01 e 02, exceto quando ocorrer a hipótese do § 3º do art. 48 da Lei Federal nº 8.666/93.

7.5. A comissão examinará os documentos e considerará habilitados os licitantes que satisfizerem às exigências constantes deste Edital, inabilitando-os sumariamente em caso contrário.

7.5.1. Caso não seja possível analisar a **documentação de habilitação** na sessão, a comissão poderá suspender os trabalhos, marcando nova data para divulgação do resultado ou realizando a publicação do mesmo.

7.6. A comissão divulgará a relação dos proponentes habilitados, devolvendo aos inabilitados os **Envelopes 02**, sem abri-lo, caso não haja interesse por parte dos participantes em interposição de recurso relativo a esta fase.

7.7. Concluída a fase de habilitação, a comissão marcará nova data (a ser divulgada aos licitantes) para abertura do **Envelope 02 – Proposta de Preços** - dos licitantes habilitados.

7.7.1. A comissão procederá, então, à abertura do **Envelope 02 – Proposta de Preços** dos licitantes habilitados.

7.8. Abertos os envelopes que as contiverem, as propostas de preços serão rubricadas por todos os representantes credenciados dos licitantes presentes ao ato e pela comissão.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

7.8.1. Rubricadas as propostas de preços, a Comissão lavrará ata de todo o ocorrido.

7.9. Após a análise das propostas de preços e dentro do prazo a ela concedido, a comissão:

7.9.1. Desclassificará, fundamentadamente, as propostas que não atenderem às especificações e exigências do Edital e à legislação pertinente ao objeto.

7.9.2. Atribuirá à proposta de preços do licitante a pontuação de acordo com o critério estabelecido no **item 5 deste Edital** – Critérios de Julgamento das Propostas.

7.9.3. Na análise das propostas não serão consideradas ofertas e outras informações não solicitadas neste instrumento ou em diligências.

7.10. A Comissão procederá à análise das propostas e decidirá sobre a classificação final de cada licitante, classificando as propostas em ordem decrescente de acordo com o número total de pontos (**RF**), de acordo com os critérios estabelecidos no **item 5 deste Edital** – Critérios de Julgamento das Propostas.

7.11. Em qualquer fase da licitação, poderá a Comissão promover diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, inclusive quanto à justificativa escrita da composição dos preços constantes da proposta formulada, desde que tais providências não importem em apresentação de novos documentos, que deveriam estar inseridos nos invólucros 01 ou 02.

7.12. Em nenhuma hipótese poderá ser alterada a proposta apresentada, seja quanto ao preço, prazos de execução, forma de pagamento ou outra condição que importe em modificação dos termos originais.

7.13. Ocorrendo empate entre duas ou mais propostas, a classificação será feita obrigatoriamente por sorteio, que poderá ser realizado na mesma sessão ou em nova reunião, à qual será dada a devida publicidade.

7.14. A comissão lavrará relatório dos trabalhos, apontando os fundamentos das desclassificações e da seleção efetuada, concluindo pela classificação ordinal dos proponentes.

7.15. No local, data e hora designados, a Comissão divulgará a ordem de classificação.

7.16. Divulgada a ordem de classificação, a Comissão dará vista das propostas, aos representantes dos proponentes.

7.17. Os recursos poderão ser apresentados em documento original, assinados pelo representante legal da empresa ou procurador devidamente constituído e protocolados na subsecretaria, em duas vias, sendo dado recibo em uma delas.

7.17.1. Os recursos poderão ainda, ser encaminhados através do link informado abaixo, assinados digitalmente pelo representante legal da empresa ou procurador devidamente constituído.

7.17.2. Serão permitidos o envio de questionamento, impugnação, bem como remessa de desistência de recurso por protocolo do Prefeitura Ágil - link de acesso: <https://juizdefora.1doc.com.br/b.php?pg=wp/wp&itd=5&iagr=19121>.

7.18. Decorrido o prazo de recurso, sem que nenhum tenha sido interposto, ou decididos os porventura interpostos, a subsecretaria remeterá o processo ao dirigente da unidade requisitante, para homologação e adjudicação do objeto.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

7.19. Os envelopes de habilitação ou proposta dos proponentes que forem inabilitados ou desclassificados e que não forem retirados pelos mesmos, permanecerão em poder da comissão pelo prazo de 30 (trinta) dias corridos, sendo **após esse prazo expurgado**.

7.20. É facultado à comissão licitante no curso do procedimento sanear falhas, fazer complementação de insuficiências ou ainda, realizar correções de caráter formal.

7.21. Por força dos artigos 44 e 45, da Lei Complementar nº 123/06, será observado:

7.21.1. Como critério de desempate, será assegurada preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, entendendo-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10 (dez por cento) superiores à melhor proposta classificada;

7.21.2. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada terá oportunidade de apresentar nova proposta no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis após o encerramento da sessão, sob pena de preclusão;

7.21.3. A nova proposta de preços mencionada no subitem anterior deverá ser inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que o objeto licitado será adjudicado em favor da detentora desta nova proposta (ME ou EPP);

7.21.4. Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem anterior, serão convocadas as ME's ou EPP's remanescentes, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

7.21.5. No caso de equivalência de valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte, que se encontrem enquadradas no disposto no subitem **7.21.2**, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar a melhor oferta;

7.21.6. Na hipótese da não contratação nos termos previstos no subitem **7.21.2**, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame;

7.21.7. O procedimento previsto no item **7.21** somente será aplicado quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte. Nesse caso, em havendo empate entre duas ou mais propostas, o desempate far-se-á, obrigatoriamente, por sorteio.

8. DA HOMOLOGAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E ASSINATURA DO CONTRATO DE CONCESSÃO

8.1. A autoridade competente homologará o resultado da licitação e adjudicará o objeto licitado ao vencedor do certame, convocando o adjudicatário a assinar o Contrato de Concessão dentro do prazo de no máximo 10 (dez) dias consecutivos, a contar da data em que o mesmo for convocado para fazê-lo junto a Unidade Requisitante.

8.2. A Administração poderá, quando o proponente vencedor, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não apresentar situação regular ou se recusar injustificadamente a assinar o Contrato de Concessão, retomar a Sessão Pública e convidar os demais proponentes classificados, seguindo a ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, ou revogar a licitação independentemente da cominação do Art. 81 da Lei Federal nº 8.666/93.

8.3. Decorrido o prazo do item **8.1**, dentro do prazo de validade da proposta, e não comparecendo à Prefeitura o proponente convocado para a assinatura do contrato de concessão, será ele havido como desistente, ficando sujeito às seguintes sanções, aplicáveis isolada ou conjuntamente:



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

8.3.1. multa de 3% (três por cento) sobre o valor global de sua proposta;

8.3.2. impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 2 (dois) anos.

8.3.3. A multa de que trata o item **8.3.1** deverá ser recolhida no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação da decisão administrativa que a tenha aplicado, garantida a defesa prévia do interessado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

9. DO CONTRATO, DO PRAZO, DO ENCERRAMENTO DO CONTRATO E GARANTIAS

9.1. O contrato regular-se-á, no que concerne a sua alteração, inexecução ou rescisão, pelas disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1.993 observadas suas alterações posteriores, pelas disposições do Edital e pelos preceitos do direito público.

9.2. O contrato poderá, com base nos preceitos de direito público, ser rescindido pelo MUNICÍPIO a todo e qualquer tempo, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, mediante simples aviso, observadas as disposições legais pertinentes.

9.3. Farão parte integrante do contrato as condições previstas no Edital e na proposta apresentada pelo adjudicatário.

9.4. O prazo de exploração da concessão será de 05 (cinco) anos, prorrogáveis a critério do Poder Concedente por igual período, uma única vez, a contar da data de início de operação que deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias da assinatura do contrato de concessão.

9.5. DA RESCISÃO CONTRATUAL

9.5.1. A rescisão do contrato firmado poderá ocorrer de forma:

- a) Amigável - por acordo entre as partes, reduzindo a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para a CONCEDENTE;
- b) Administrativa - por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do Artigo 78 da Lei nº 8.666/93;
- c) Judicial - nos termos da legislação processual.

9.5.2. A CONCESSIONÁRIA reconhece os direitos da Administração em caso de rescisão administrativa prevista no Art. 77 da Lei nº 8.666/93.

9.6. DO ENCERRAMENTO DO CONTRATO

9.6.1. Em um prazo de 10 (dez) dias para o final do contrato, a CONCESSIONÁRIA deverá entregar um relatório com um levantamento fotográfico das condições do Terminal neste período.

9.6.2. Na data de término do contrato a fiscalização da SMU, em conjunto com a CONCESSIONÁRIA, realizará uma vistoria no terminal, para posteriormente assinar o termo de recebimento do referido terminal, documento final de encerramento do contrato.

9.7. GARANTIA



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

9.7.1. Para total garantia da fiel execução dos serviços objeto do presente contrato, a CONCESSIONÁRIA deverá apresentar como garantia para execução do presente contrato a fiança bancária, caução em dinheiro, ou seguro garantia.

9.7.1.1. O valor da garantia deverá corresponder a 1% (um por cento) do valor total dos **INVESTIMENTOS PARA AS OBRAS DE MODERNIZAÇÃO, FORNECIMENTO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS PARA O TERMINAL**, conforme valor estimado no **Anexo I.C**.

9.7.2. A garantia será devolvida após o final do contrato, descontados os valores das multas que tenham ocorrido por ocasião de descumprimento contratual da concessão.

9.7.3. A extinção do contrato, por motivo de declaração de caducidade, implicará na execução da garantia para ressarcimento dos prejuízos sofridos pelo Poder Concedente, sem embargo de outras complementares, até que seja ressarcido totalmente o dano.

10. DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO E FINANCEIRO DO CONTRATO

10.1. Constitui pressuposto básico do contrato a preservação da justa equivalência entre a prestação dos serviços delegados e a sua justa remuneração, vedado às partes o enriquecimento imotivado à custa da outra parte ou dos usuários do serviço, nos termos do disposto nesta Cláusula.

10.2. O equilíbrio entre os encargos da CONCESSIONÁRIA e as receitas da concessão é identificado no momento da data da apresentação da proposta, a partir dos elementos constantes da Proposta Comercial, demonstrativo detalhado da estrutura de custo do empreendimento e Estudo de Viabilidade Econômico-Financeira da Concessão, apresentados pela CONCESSIONÁRIA na Concorrência Pública e demais elementos Anexos ao presente instrumento, de modo que se considera preservada esta relação de encargo-remuneração original, sempre que forem atendidas as condições do contrato.

10.3. A CONCESSIONÁRIA não será obrigada a suportar prejuízos em decorrência do contrato, salvo se estes decorrerem de algum dos seguintes fatores:

- I.** Da sua negligência, inépcia ou omissão na exploração do serviço;
- II.** Dos riscos ordinários da atividade empresarial, sendo desde já definido que o risco de demanda na previsão de receitas das tarifas rodoviárias e das demais receitas descritas neste Instrumento é um risco ordinário, de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, desde que assegurado às condições e obrigações do Poder CONCEDENTE estabelecidas no Contrato de concessão;
- III.** Da gestão ineficiente dos seus negócios, inclusive aquela caracterizada pelo pagamento de custos operacionais e administrativos incompatíveis com os parâmetros verificados no mercado.

10.4. Na concessão serão preservadas as condições efetivas da Proposta de Preço e o equilíbrio econômico e financeiro do contrato, através de reajustes e revisões das tarifas, observado o disposto nos itens seguintes.

10.4.1. A revisão tarifária, vinculada à identificação de desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, a qual poderá ser realizada a qualquer época, sob determinadas condições, na forma da Lei, em contraposição aos riscos ordinários de exploração normal e adequada da concessão, demonstrado este por quaisquer das atualizações do Estudo de Viabilidade Econômico-Financeira da concessão, será procedida em razão das causas estruturais, a saber:

- a)** Sempre que, por imposição da CONCEDENTE, houver modificação unilateral do contrato que importe em variação estrutural elevando os seus custos ou reduzindo suas receitas;
- b)** Excetuado o imposto de renda, sempre que forem criados, alterados ou extintos tributos ou encargos legais ou sobrevenham novas disposições legais, após a data de apresentação da proposta pela CONCESSIONÁRIA, quando provado o seu impacto sobre as condições financeiras do contrato;
- c)** Sempre que circunstâncias supervenientes, em razão de caso fortuito, força maior, fato da administração, resultem, comprovadamente, em variações dos custos da CONCESSIONÁRIA.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

d) Sempre que houver alteração legislativa de caráter específico que produza impacto direto sobre as receitas da CONCESSIONÁRIA, tais como as que concedam isenção, redução, desconto ou qualquer outro privilégio tributário ou tarifário.

11. DO REAJUSTAMENTO E REVISÃO DE TARIFAS

11.1. As Tarifas no Terminal Rodoviário de Juiz de Fora, quando da assinatura do contrato serão as constantes no Decreto vigente ou por outro que vier a substituí-lo.

11.2. A vigorar a partir da assinatura do contrato e devendo constar os seus valores no mesmo, as tarifas acima especificadas serão reajustadas, anualmente pela SMU, assegurado o reajuste mínimo anual equivalente à variação do IGPM, calculado pela Fundação Getúlio Vargas, pela seguinte formula:

$$T- R1 = T- R0 \times (IGPM + 1)$$

Onde:

T - R1: valor da Tarifa após aplicação da fórmula acima

T- R0: valor da Tarifa aplicado no ano anterior ao do respectivo reajuste

IGPM: variação do IGPM contabilizada a cada 12 meses contados a partir do último reajuste realizado.

11.3.1. O reajuste será contabilizado a partir da assinatura do contrato.

11.3.2. Após o reajuste serão considerados valores de T (Tarifas) com duas casas decimais, sendo efetuado o arredondamento na última casa decimal. Dessa maneira, após se efetuar o reajuste, se a segunda casa decimal se situar entre 0 a 4, o arredondamento será para 0; se for 5 ficará em 5; e se situar entre 6 a 9, a primeira casa decimal será acrescida de 1 e a segunda casa decimal será 0.

11.4. Fica assegurado a Concessionária o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro da concessão, a ser pactuado por alteração contratual nos termos do artigo 65, inciso II, letra “d”, da Lei nº 8.666/93, em casos decorrentes de atos de conveniência da administração, em caso, extinção de linhas operadas com veículos tipo rodoviário iniciadas no Terminal, por motivo de integração com outros serviços, ou ainda em virtude da construção de outros terminais no curso do Contrato.

11.5. A cada três anos as partes poderão rever a condição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato para ajustá-lo a condição da data da proposta.

12. DO VALOR DA OUTORGA

12.1. A outorga da Concessionária não poderá ser inferior ao montante correspondente a 10% (dez por cento) do faturamento da mesma, comprovado através de relatório e planilha de faturamento mensal.

12.2. A CONCESSIONÁRIA deverá repassar mensalmente o valor da outorga definido no contrato de concessão, através do pagamento do DAM – Documento de Arrecadação Municipal ao longo do contrato, revertido para o FMT – Fundo de Municipal de Transporte.

12.3. O valor do pagamento da outorga deverá ser mensal respeitando-se os prazos da proposta a partir da assinatura do contrato e terá sua vigência durante todo o período do contrato.

12.4. A Concessão será executada pela CONCESSIONÁRIA, por sua conta e risco, sem qualquer aporte financeiro por parte do município de Juiz de Fora. As despesas administrativas, previsões relativas à demanda e à receita são de responsabilidade exclusiva da CONCESSIONÁRIA.

12.5. A licitante será responsável por todas as informações prestadas na sua proposta, sujeitando-se às



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

penalidades legais caso estas informações venham a induzir a Comissão em erro de julgamento.

12.6. Os valores de taxas, serviços e aluguéis de espaços e lojas comerciais do Terminal deverão respeitar os preços constantes na proposta de preço vencedora da CONCESSIONÁRIA, podendo variar para mais ou para menos, mas não podendo ultrapassar os valores de mercado de Juiz de Fora.

13. PENALIDADES E MULTAS

13.1. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, a Secretaria de Mobilidade Urbana – SMU, observada a gravidade e garantida à prévia defesa, poderá aplicar à CONCESSIONÁRIA as seguintes sanções:

a) Advertência;

b) Multa de 10% (dez por cento), sobre o valor não executado do contrato, nos casos que ensejarem sua rescisão determinada por ato unilateral e escrito do Poder Concedente;

c) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor não executado das obras do **Anexo I.C**;

d) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a SMU, pelo prazo de até 02 (dois) anos, a critério da autoridade competente, segundo a natureza e gravidade da falta e/ou penalidades anteriores em caso de reincidência.

e) Declaração de inidoneidade, para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a concessionária ressarcir a Secretaria de Mobilidade Urbana – SMU pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

13.2. Nos casos de inexecução total do Contrato, por culpa exclusiva da Concessionária, cabe a aplicação da penalidade de suspensão temporária de licitar e contratar com a Secretaria de Mobilidade Urbana - SMU.

13.3. Nos casos de fraude na execução do Contrato cabe a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

13.4. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de contratar com a Administração e da declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com Administração Pública poderão ser aplicadas à Concessionária juntamente com a de multa.

13.5. As multas serão recolhidas no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados da Notificação oficial e poderão, após regular processo administrativo, serem descontadas do valor da Garantia, apresentada pela Concessionária.

13.6. Se a multa aplicada for superior ao valor da Garantia prestada, além da perda desta, responderá a Concessionária pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela SMU ou cobrada judicialmente.

13.7. À Critério da SMU poderão ser suspensas as penalidades, no todo ou em parte, quando a infração for devidamente justificada pela Concessionária, e aceita pela SMU, que fixará novo prazo, este improrrogável, para a completa execução das obrigações assumidas.

13.8. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a Concessionária à multa de mora, na forma prevista no Contrato, em conformidade com o disposto no art. 86 da Lei Federal nº 8666/1993.

14. DA EXTINÇÃO DA CONCESSÃO

14.1. A presente concessão poderá ser extinta nas seguintes hipóteses:



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

- a)** Advento do Termo Contratual (prazo);
- b)** Encampação, na forma da lei;
- c)** Caducidade, na forma da lei, assegurando à Concessionária o direito de ampla defesa;
- d)** Rescisão, no caso de descumprimento de normas contratuais;
- e)** Anulação;
- f)** Falência ou extinção da Concessionária, na forma da lei.

14.2. Extinta a concessão, retornam a Concedente todos os bens reversíveis descritos e caracterizados no contrato de concessão e os que venham a ser apurados quando da presente contratação, e a ser agregados, nestas condições, ao longo da vigência da concessão, direitos e privilégios transferidos à Concessionária, havendo imediata assunção do objeto da concessão pela Concedente.

14.3. Nos casos de extinção da concessão pelo advento do termo contratual ou de encampação, o Concedente, antecipando-se à extinção da concessão, procederá aos levantamentos e avaliações necessários à determinação dos montantes da indenização que eventualmente possam ser devidas à Concessionária.

14.4. A reversão no advento do termo contratual far-se-á com indenização prévia das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis eventualmente ainda não amortizados ou depreciados e que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do objeto da concessão.

14.5. No caso da reversão no advento do termo contratual, 12 (doze) meses antes do termo final previsto para a vigência da concessão será instaurado processo administrativo, no qual estará assegurado a Concessionária o amplo direito de defesa e o contraditório, promovendo-se os levantamentos e avaliações levando-se em consideração o último Relatório de Avaliação de Investimentos e Controle de Bens Reversíveis e demais relatórios, demonstrações e documentos apresentados pela Concessionária.

14.6. Considera-se encampação a retomada do objeto da concessão pela Concedente durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e prévio pagamento da indenização.

14.7. A inexecução total ou parcial do contrato acarretará, a critério da Concedente a declaração de caducidade da concessão ou a aplicação das sanções contratuais, respeitadas as disposições deste Edital e as normas contratuais.

14.8. A caducidade da concessão poderá ser declarada pela Concedente quando:

- i)** O objeto da concessão estiver sendo prestado de forma inadequada ou deficiente, tendo por base as normas, critérios, indicadores e parâmetros definidores da boa qualidade e atualidade dos serviços do Terminal;
- ii)** A Concessionária descumprir cláusulas contratuais ou disposições legais ou regulamentares concernentes à concessão;
- iii)** A Concessionária paralisar, injustificadamente, o objeto da concessão em qualquer de suas fases;
- iv)** A Concessionária perder as condições econômicas, técnicas ou operacionais para manter em adequadas condições o Terminal e suas operações;
- v)** A Concessionária não cumprir as penalidades impostas por infrações nos prazos devidos ou não atender as intimações da Concedente para regularizar o cumprimento do contrato de concessão;
- vi)** A Concessionária não atender a intimação da Concedente no sentido de regularizar o serviço;
- vii)** A Concessionária for condenada em sentença transitada em julgado por sonegação de tributos, inclusive contribuições sociais.

14.9. A declaração de caducidade da concessão deverá ser precedida da verificação de inadimplência da Concessionária em processo administrativo, assegurado o direito de ampla defesa.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

14.10. Não será instaurado processo administrativo de inadimplência antes de comunicados à respectiva Concessionária, detalhadamente, os descumprimentos contratuais, dando-lhe um prazo para corrigir as falhas e transgressões apontadas e para o enquadramento nos termos contratuais.

14.11. Instaurado o processo administrativo e comprovada a inadimplência, a caducidade será declarada por ato da Concedente independentemente de indenização prévia, calculada no decurso do processo, se couber.

14.12. A declaração de caducidade não acarretará qualquer espécie de responsabilidade para a Concedente em relação a encargos, ônus, obrigações, ou compromissos com terceiros ou com empregados da Concessionária.

15. DAS OBRIGAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA

15.1. A empresa que obtiver a concessão realizará um serviço público de administração do Terminal Rodoviário de Juiz de Fora com base em parâmetros técnicos e operacionais que assegurem a manutenção dos serviços, garantindo segurança e comodidade aos usuários, estando sujeita à fiscalização direta do Município através da SMU, obrigando-se a cumprir todos os princípios que regem a administração pública, no que couber. Além disso, a CONCESSIONÁRIA se obriga a:

I. Manter serviço de informação ao público;

II. Manter serviço de achados e perdidos;

III. Gerenciar serviço de guarda-volumes;

IV. Gerenciar o serviço de estacionamento dos veículos particulares;

V. Disponibilizar carrinhos para transporte de bagagens pelos passageiros;

VI. Manter serviços de primeiros socorros e atendimento emergencial, em local próprio, com a presença de Bombeiro Civil 24 (vinte e quatro) horas;

VII. Organizar as atividades de táxi no terminal observando a regulamentação do Município de Juiz de Fora;

VIII. Utilizar o imóvel em sua finalidade principal, embarque e desembarque de passageiros do transporte intermunicipal, interestadual e internacional de passageiros, mantendo-o limpo, higienizado, dedetizado e funcional, responsabilizando-se, ainda, por quaisquer danos causados no bem, suas benfeitorias e instalações, bem como fazer por sua conta as reparações de estragos a que der causa;

IX. Não usar, ceder ou transferir áreas, no todo ou em parte, para fins de comércio de casas de festas, jogos de azar ou similares, sob pena de imediata rescisão do pacto com aplicação das penalidades previstas neste Contrato e cominações legais de estilo;

X. Assumir inteira responsabilidade da administração do Terminal, sendo seu ônus pelo custeio de todos os recursos materiais e humanos, limpeza, conservação e vigilância patrimonial 24 (vinte e quatro) horas, 07 (sete) dias por semana de toda área que compõe o conjunto arquitetônico do referido terminal, incluindo-se as áreas verdes e os acessos;

XI. Assumir o ônus das taxas e dos impostos Municipais, Estaduais e Federais, pagando-os pontualmente, bem como as contribuições incidentes sobre as diversas formas de exploração das atividades comerciais objeto deste contrato, apresentando os comprovantes quando solicitados pela SMU;

XII. Execução de todo e qualquer serviço que seja necessário para o bom funcionamento do Terminal, tais como serviços de limpeza, conservação de sanitários e vigilância;

XIII. Coibir a permanência de pessoas que não sejam usuários dos serviços do terminal ou que o estejam



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

utilizando para fins distintos do habitual como prostituição, comércio informal, venda de drogas, etc., com o concurso das Polícias Militar e Civil do Município, a quem compete a Segurança Pública;

XIV. Coibir a permanência de animais de rua nas dependências do Terminal;

XV. Não realizar alterações arquitetônicas e estruturais no terminal sem autorização prévia da SMU;

XVI. Promover, semestralmente, ações de saúde pública que visem debelar ou prevenir doenças de caráter epidemiológicos ou infectocontagiosas;

XVII. Manter no Terminal livros ou outros dispositivos eletrônicos de ocorrências diárias, específicos para usuários e fiscalização, autenticados pela SMU, de forma que fiscais e usuários possam registrar suas queixas contra a administração do terminal, registro de ocorrências de roubos, furtos ou extravio de bagagens;

XVIII. Indicar, para homologação da SMU, o nome do Gerente Administrador e Supervisores, que em regime de tempo integral e dedicação exclusiva serão responsáveis pela gestão do Terminal;

XIX. Providenciar reparos e serviços que gerem acessibilidade para deficientes físicos em geral e idosos, de acordo com a lei vigente;

XX. Executar os serviços objeto do contrato de acordo com a melhor técnica aplicável, com zelo e diligência, bem como com rigorosa observância às especificações e demais normas e ordens advindas da CONCEDENTE;

XXI. Manter uniformizados e com identidade funcional todos os seus colaboradores, zelando por manter comportamento adequado no ambiente de trabalho, abstendo-os da prática de atos atentatórios à moral, aos bons costumes e à segurança;

XXII. Implantar sistema de sinalização com indicação de fácil acesso as áreas comuns do Terminal para todos os usuários dos seus serviços;

XXIII. Coibir o funcionamento de qualquer aparelho nas áreas ocupadas que produza som ou ruído que possa prejudicar a divulgação de avisos pela rede de sonorização;

XXIV. Coibir a utilização das áreas de plataforma por veículos não credenciados ao serviço de transporte intermunicipal de passageiros, em nenhum momento e sob qualquer pretexto aceitar veículos de pequeno porte nessas áreas;

XXV. Coibir a guarda ou depósito de volumes, mercadorias, resíduos ou substância inflamável, explosiva, corrosiva, tóxica ou de odor sensível em qualquer área do terminal;

XXVI. Coibir a venda de bilhete de passagem rodoviária associada a qualquer outro serviço dentro do Terminal Rodoviário, salvo a taxa de embarque;

XXVII. Estabelecer, em consonância com os critérios estabelecidos pela SMU, os locais e os horários destinados à carga e descarga de qualquer espécie para as empresas estabelecidas no Terminal, evitando esta prática nos horários de intenso fluxo de usuários e veículos;

XXVIII. Garantir que os ônibus devidamente autorizados que acessarem a Plataforma de Embarque estejam em plenas condições de cumprimento de suas viagens, atendendo a critérios de limpeza e conservação, além de regulamentar a sinalização, circulação, manobra e tempo de permanência destes na plataforma;

XXIX. Garantir o pleno funcionamento dos serviços essenciais do Terminal ininterruptamente durante as 24 (vinte e quatro) horas do dia.

XXX. Garantir a proteção e preservação do terminal rodoviário, devendo manter vigilância patrimonial devidamente credenciada e autorizada a funcionar pelo Departamento de Polícia, cujo posto deverá ser de 24 horas, mantendo um número não inferior a 02 (dois) vigilantes por turno de trabalho e, também, um número não inferior a 01 (um) vigilante por turno, na guarita para controle de acesso dos ônibus às plataformas de embarque e desembarque, bem como, se necessário, firmar Convênios com a Polícia Militar



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

ou Civil para que essas Entidades garantam a segurança dos usuários no Terminal;

XXXI. Manter em dia o inventário e o registro dos bens vinculados à concessão: por ocasião da entrega do Terminal, será lavrado, em conjunto com a CONCESSIONÁRIA, laudo de vistoria, contendo inventário e condições físicas do terminal;

XXXII. Realizar os serviços de acordo com todas as exigências contidas no contrato;

XXXIII. Adotar as medidas preventivas necessárias para evitar danos a terceiros, em consequência da execução dos trabalhos, sendo de sua exclusiva responsabilidade a obrigação de reparar os prejuízos que vier a causar a quem quer que seja e quaisquer que tenham sido as medidas preventivas adotadas;

XXXIV. Responsabilizar-se integralmente pelo ressarcimento de quaisquer danos e prejuízos, de qualquer natureza, que causar à SMU ou a terceiros, decorrentes da execução do objeto do Contrato, respondendo por si e por seus empregados;

XXXV. Atender as determinações e exigências formuladas pela SMU;

XXXVI. Refazer, por sua conta e responsabilidade, os serviços recusados pela Fiscalização da SMU, nos prazos estabelecidos e acordados em notificações oficiais;

XXXVII. Cumprir o Plano de Operação e Administração do Terminal Rodoviário de Juiz de Fora apresentado na sua proposta e que deverá ser encaminhado em até 10 (dez) dias da assinatura do contrato de concessão para a SMU;

XXXVIII. Propor, anualmente, caso necessário, uma revisão do Plano de Operação e Administração do Terminal Rodoviário de Juiz de Fora, levando em consideração a situação do tráfego na região, os tempos efetivos de percurso e as melhorias implantadas no sistema viário, avanços tecnológicos, devendo o plano ser aprovado pela SMU;

XXXIX. Responsabilizar-se, na forma do Contrato, por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, fiscais, sociais, tributárias, trabalhistas e previdenciárias, ou quaisquer outras previstas na legislação em vigor, bem como por todos os gastos e encargos com material e mão de obra necessária à completa realização dos serviços até o seu término;

XL. Ser a única e exclusiva responsável pelos ônus trabalhistas gerados por seus empregados que, porventura, serão utilizados por força da execução do presente contrato;

XLI. Obedecer às normas trabalhistas vigentes, contidas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), no que concerne à despesa da contratação com vínculo empregatício do pessoal a ser empregado na execução dos serviços descritos no anexo, englobando todas e quaisquer despesas decorrentes da execução dos contratos de trabalho em razão de horário, condição ou demais peculiaridades;

XLII. Responsabilizar-se integralmente pela iluminação, instalações e despesas delas provenientes e equipamentos acessórios necessários à fiel execução dos serviços contratados dentro do Terminal e nos seus pátios internos e externos;

XLII. Responsabilizar-se integralmente pela qualidade dos serviços e pelos materiais empregados, que devem guardar conformidade com as especificações do Termo de Referência, com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, e demais normas técnicas pertinentes, a ser atestada pela SMU. A ocorrência de desconformidade implicará em refazer o serviço ou na substituição dos materiais recusados, sem quaisquer ônus para a SMU e sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis;

XLIV. Apresentar à CONCEDENTE, mensalmente, até o dia 05 do mês subsequente ao referido mês, o Relatório de Prestação de Contas contendo mapas estatísticos, resumo das atividades operacionais, administrativas e fatos relevantes ocorridos no período, bem como a prestação de contas de todas as receitas aferidas no referido mês, que são a base de aferição da outorga;

XLV. Apresentar à CONCEDENTE, anualmente, a cada fim de exercício anual até o dia 15 do mês subsequente ao termino do ano, o Relatório de Avaliação dos Investimentos realizados no Terminal.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

XLVI. Apresentar um Plano Anual de Ações e Manutenções Preventivas:

XLVII. A CONCESSIONÁRIA deverá elaborar um Plano Anual de Manutenção Preventiva a ser aprovado pela SMU e realizado no Terminal Rodoviário ao longo dos 05 (cinco) anos de contrato. Estas ações a priori serão:

1. Revisão e correção do Sistema de Combate Incêndio e SPDA (Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas) do Terminal;
2. Promover melhoria da acessibilidade (deficiência motora, visual, outros);
3. Reestruturação de Layout da fachada (pintura e letreiro);
4. Sinalização Interna com Painéis Eletrônicos (Embarque/Desembarque/Quadro de Horários/Identificação da Administração);
5. Reforma do Isolamento da Área de Plataformas;
6. Revisão e Melhoria do Sistema Elétrico (iluminação, tomadas e tomadas USB);
7. Revisão e Análise Técnica (Laudo Estrutural) do sistema (Treliças) de sustentação da cobertura;
8. Implantação de Coleta de Lixo Seletiva;
9. Manutenção de Grupo Gerador;
10. Manutenção dos Assentos de Espera (similar aos assentos utilizados na sala VIP da empresa Útil);
11. Sistema de Segurança para Embarque dotado de câmeras de monitoramento;
12. Recuperação e manutenção dos acessos;
13. Revisão, recuperação e melhorias na Rede Hidráulica;
14. Adequação e Reorganização do Estacionamento;
15. Manutenção e/ou substituição dos gradis de proteção da área de embarque;
16. Instalação de Sistema Estrutural de Orientação para Deficientes Visuais.

16. DAS OBRIGAÇÕES DA SMU

- 16.1. Garantir o necessário apoio dos Poderes Públicos à CONCESSIONÁRIA, especialmente quanto à Segurança, Trânsito, Coleta de Lixo e Saúde;
- 16.2. Cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares do serviço e as cláusulas contratuais da concessão;
- 16.3. Zelar pela boa qualidade do serviço, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações dos usuários;
- 16.4. Acompanhar e fiscalizar a prestação do serviço e a conservação dos bens reversíveis, visando ao atendimento das normas, especificações e instruções estabelecidas em Edital, contrato e anexos;
- 16.5. Aprovar os projetos executivos e acompanhar as obras de modernização e fornecimento de equipamentos e sistemas de tecnologia da informação e de monitoramento no Terminal de Juiz de Fora;
- 16.6. Exercer a fiscalização das obras e dos serviços através de seus setores técnicos e administrativos próprios, com o objetivo de assegurar o estrito cumprimento do contrato e a melhor prestação de serviços aos usuários, atendidos os preceitos contidos nos artigos 6º e 7º, ambos da Lei Federal nº 8.987/95;
- 16.7. Intervir na prestação dos serviços, nos casos e condições previstos na Lei Federal nº 8.987/95;
- 16.8. Exercer seu poder de polícia no sentido de impedir, terminante e rigorosamente, a interferência de qualquer atividade que possa prejudicar o equilíbrio econômico-financeiro da equação inicial a ser pactuada, em especial



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

vedando a ação dos transportadores alternativos que, de alguma forma, fraudem, burlam, ou tentem fraudar ou burlar a destinação básica do Terminal;

16.9. Autorizar o reajuste e proceder à revisão das Tarifas, nos termos e conforme o disposto em contrato;

16.10. Repassar à CONCESSIONÁRIA todas as informações necessárias à realização dos serviços que sejam de sua responsabilidade;

16.11. Disponibilizar as instalações do terminal livres e desocupadas no início da concessão;

16.12. Aprovar, previamente, cartazes, placas, faixas e outras peças promocionais e educativas a serem fixadas nas dependências do terminal;

16.13. Regulamentar o serviço concedido e fiscalizar permanentemente a sua prestação.

17. DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

17.1. A SMU nomeará uma equipe de profissionais que terá autoridade para exercer em nome desta, toda e qualquer ação de orientação geral, controle de qualidade dos materiais e/ou serviços e fiscalização dos serviços, bem como exigir da CONCESSIONÁRIA a correta execução dos serviços e o cumprimento das determinações contidas nas obrigações e em especificações técnicas normativas para os serviços a serem realizados.

17.2. É assegurado à fiscalização o direito de ordenar o refazimento de serviços sem prejuízo das penalidades a que ficar sujeito a CONCESSIONÁRIA, e sem que esta tenha direito a qualquer indenização pelo retrabalho causado, quando for detectado qualquer defeito ou falha importante em serviço executado ou material empregado na atividade executada que não tenha sido sanado num prazo de 48 (quarenta e oito) horas após a devida comunicação.

17.3. A CONCESSIONÁRIA fica obrigada a retirar do contrato, imediatamente após o recebimento da comunicação correspondente, qualquer empregado, operário ou subordinado que, a critério da fiscalização, venha a demonstrar conduta nociva ou incapacidade técnica.

17.4. As exigências da fiscalização basear-se-ão nas especificações e na legislação vigente sobre técnicas de execução. A CONCESSIONÁRIA dará ao Fiscal, no cumprimento de suas funções, livre acesso aos locais de execução dos serviços, fornecendo todas as informações e elementos necessários à execução de obra/serviço.

17.5. Fica assegurado à fiscalização o direito de exigir o cumprimento de todos os itens do Contrato. No caso de não ser atendida dentro de 48 horas, a contar da data de notificação de Serviço correspondente, qualquer exigência sobre defeito essencial em serviço executado ou sobre material posto nos serviços, deverá ordenar a suspensão das obras/serviços sem prejuízo das penalidades a que ficar sujeita a CONCESSIONÁRIA e sem que esta tenha direito a qualquer indenização.

17.6. Todos os Planos de Ação de Intervenções Físicas ou quaisquer comunicações do Fiscal à CONCESSIONÁRIA ou vice-versa, serão registrados no Relatório Mensal de Serviços, podendo ainda ser transmitidas por escrito, em folha de papel devidamente numerada, em duas vias, uma das quais ficará em poder da CONCESSIONÁRIA, outra com a SMU.

18. ÍNDICES DE QUALIDADE

18.1. As decisões diárias decorrentes do uso da infraestrutura, da gestão de pessoas e estoques de materiais, além do relacionamento com usuários, agentes econômicos que exploram o terminal e os operadores são centralizadas na administração central do Terminal.

18.2. A Concessionária deverá alcançar as seguintes dimensões de qualidade na prestação de seus serviços:



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

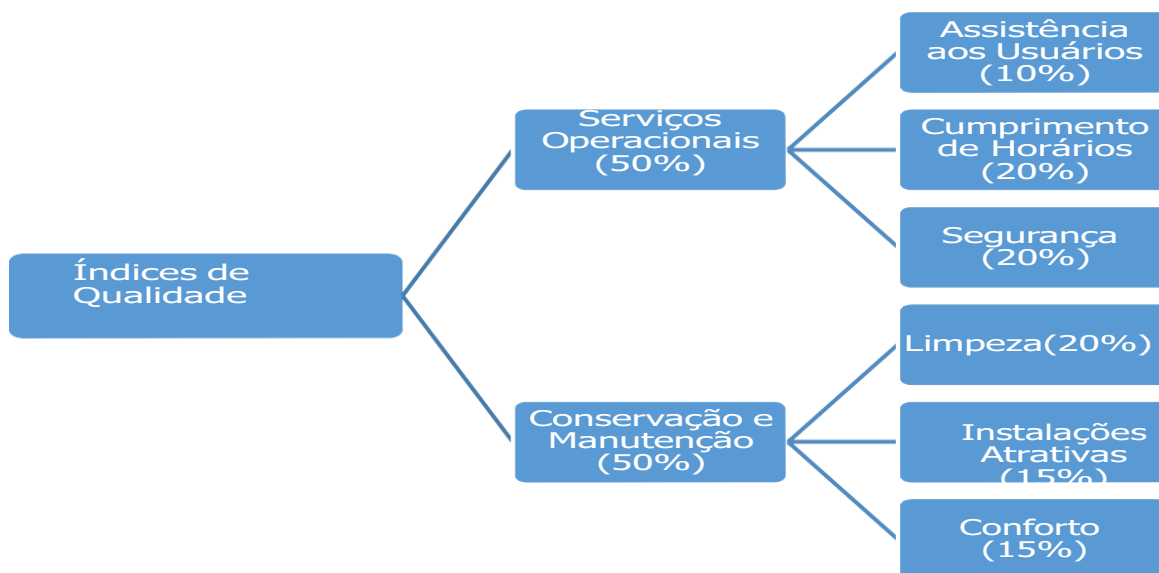
- a) Confiabilidade: capacidade de realizar o serviço prometido de forma confiável e correta;
- b) Presteza: capacidade de prestar o serviço com boa vontade e prontidão;
- c) Segurança: capacidade de o prestador de serviço prestar serviços com confiança através do conhecimento e de forma cortês;
- d) Empatia: cuidados e atenção individualizados aos usuários.

18.3. A CONCESSIONÁRIA deverá manter em sua administração um padrão de qualidade dos serviços prestados satisfatórios aos usuários. Esse padrão deverá ser analisado através do resultado de pesquisas trimestrais elaboradas pela CONCEDENTE e acompanhadas pela CONCESSIONÁRIA, por amostragem através de uma parcela mínima de 5% dos usuários do Terminal, contemplando os seguintes Índices de Qualidade: Assistência aos Usuários, Cumprimento de Horários, Segurança, Limpeza, Instalações Físicas Atrativas e Conforto (Embarque e Desembarque).

18.4. A CONCESSIONÁRIA deverá obter na Pesquisa de Satisfação do Usuário nota mínima de 80% de respostas iguais a "**satisfatório**" para o cumprimento dos requisitos. O não alcance da nota mínima implicará em multas a serem descontadas da garantia do contrato.

18.5. O número de perguntas da pesquisa deverá ser dividido percentualmente de acordo com o quadro abaixo, sendo que as respostas deverão ser "**satisfatório**" ou "**não satisfatório**".

18.6. Atualmente este tipo de pesquisa de satisfação não é realizado. A primeira pesquisa deverá ser implementada após seis meses da assinatura do Contrato.



19. DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1. Nenhuma indenização será devida aos proponentes por apresentarem documentação e/ ou elaborarem proposta relativa a presente CONCORRÊNCIA.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

19.2. A presente Licitação poderá ser objeto de revogação ou anulação pela autoridade competente, na forma da lei.

19.2.1. A presente licitação somente poderá vir a ser revogada por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente, devidamente comprovado, ou anulada, no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, na forma da lei.

19.3. Recomenda-se aos proponentes que estejam no local marcado, com antecedência de 15 (quinze) minutos do horário previsto.

19.4. Esclarecimentos em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Edital poderão ser obtidos junto a STDA/SSLICOM pelo telefone: (32) 3690-7375, ou ainda, através de protocolo do Prefeitura Ágil - link de acesso: <https://juizdefora.1doc.com.br/b.php?pg=wp/wp&itd=5&iagr=19121>.

19.5. O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

19.6. No interesse da Administração, sem que caiba às participantes qualquer recurso ou indenização, poderá a licitação ter:

- a) adiada sua abertura;
- b) alterado o Edital, com fixação de novo prazo para a realização da licitação.

19.7. Os casos omissos relativos à aplicabilidade do presente Edital serão sanados pela STDA/SSLICOM/PJF obedecida a legislação vigente.

19.8. Para dirimir quaisquer questões decorrentes do procedimento licitatório, elegem as partes o Foro da cidade de Juiz de Fora/MG, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

19.9. Integram este Edital os seguintes anexos:

ANEXO I. Projeto Básico

Anexo I.A: Procedimentos para a Determinação do Fluxo de Caixa, VPL e TIR do Terminal Rodoviário de Juiz de Fora/MG.

Anexo I.B: Investimentos na Modernização e Fornecimento de Equipamentos e Sistemas de Tecnologia da Informação no Terminal Rodoviário de Juiz de Fora/MG.

Anexo I.C: Investimentos para as Obras de Modernização do Terminal Rodoviário de Juiz de Fora/MG.

Anexo I.D: Lista Patrimonial do TRMM - Inventário

Anexo I.E: Lista Patrimonial do TRMM - Inventário

ANEXO II - Modelo de Carta Credencial para sessão pública

ANEXO III – Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo

ANEXO IV - Declaração de Habilitação e Pleno Conhecimento do Edital

ANEXO V - Declaração do Cumprimento do Disposto no Inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

ANEXO VI- Carta de Apresentação da Proposta de Preços;

ANEXO VII – Modelo Declaração de Prazo de Validade da Proposta.

ANEXO VIII - Modelo de Declaração de Microempresa (ME) ou de Empresa de Pequeno Porte (EPP).

ANEXO IX - Minuta de Contrato.

ANEXO X - Modelo de Declaração de Disponibilidade de Aparelhamento e Pessoal Técnico.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

**CONCORRÊNCIA PÚBLICA nº 007/2021 - SMU
PROCESSO ELETRÔNICO nº 13.264/2021**

ANEXO I - PROJETO BÁSICO

**CONCESSÃO ONEROSA DE SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO, OPERAÇÃO,
EXPLORAÇÃO COMERCIAL E EXECUÇÃO DE OBRAS DE COMPLEMENTAÇÃO E
ADEQUAÇÃO DO TERMINAL RODOVIÁRIO DE JUIZ DE FORA (TRMM - TERMINAL
RODOVIÁRIO MIGUEL MANSUR)**

1. APRESENTAÇÃO

A empresa CONCESSIONÁRIA responderá pelos serviços de utilidade pública e execução de obras de complementação e adequação do Terminal Rodoviário de Juiz de Fora –MG, que atende com exclusividade ao transporte intermunicipal, interestadual e internacional de passageiros, desenvolvendo serviços de qualidade para embarque e desembarque. Deverá prover e manter infraestrutura de serviços, utilidades e área de comércio, garantindo condições de segurança, higiene e conforto aos usuários e ao público em geral, aos prestadores de serviços, às empresas comerciais e seus empregados, executando-os em conformidade com o regulamento do TRMM, conforme Decreto em vigor ou outro que vier a substituí-lo e com os padrões operacionais estabelecidos e aprovados pela Secretaria de Mobilidade Urbana - SMU, observando o princípio da prestação de serviço adequado ao pleno atendimento aos usuários.

Consideramos, também, que o serviço aqui solicitado faz parte de um processo de melhorias na prestação de serviços aos usuários do Terminal Rodoviário do município, no que se refere a aspectos de segurança, conforto e pontualidade, quando da utilização do mesmo em suas necessidades de deslocamento para fora do município.

2. INTRODUÇÃO

2.1. A SMU tem a responsabilidade de desenvolver políticas públicas de Transporte e Mobilidade Urbana, para promover o deslocamento acessível e de qualidade à população, por meio da fiscalização, regulação, planejamento e controle dos meios de transportes públicos e sistema viário municipal.

2.2. Da mesma forma, a administração do Terminal Rodoviário de Juiz de Fora é de responsabilidade da SMU, assim como a gestão e qualidade dos serviços prestados aos usuários dentro do Terminal, que por procedimento licitatório, será concedido a uma CONCESSIONÁRIA, doravante denominada também Administradora do Terminal Rodoviário de Juiz de Fora.

2.3. Constituem objetivos primordiais do terminal rodoviário de passageiros:

I. Proporcionar serviços de qualidade para compra e venda de bilhetes, embarque e desembarque de passageiros, bem como condições de conforto e segurança durante sua permanência no Terminal;

II. Prover e manter infraestrutura de serviços, área de comércio e utilidades, para atendimento aos passageiros, ao turismo e à população em geral de acordo com as características da localidade;

III. Garantir condições de segurança, higiene e conforto aos usuários e ao público em geral, aos prestadores de serviços, às empresas comerciais e seus empregados, aos passageiros em suas viagens.

2.4. A qualidade dos serviços em qualquer segmento empresarial deve ser planejada e ter ações de melhoria contínua. Neste intuito, a SMU tem a necessidade de buscar e garantir os melhores níveis de qualidade na prestação dos serviços realizados atualmente no Terminal Rodoviário de Juiz de Fora.

2.4.1. O Terminal Rodoviário de Juiz de Fora, por ser o único do Município e exclusivamente destinado ao serviço público de transporte rodoviário, com autorização para operação de viagens que partem desta cidade ou para as que a ela se dirijam, está dimensionado para atender todas as demandas do município e de outras regiões do país.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

2.4.2. Esta concessão de serviços também tem como premissa a constante melhoria no atendimento ao usuário, com o objetivo do aperfeiçoamento no controle e monitoramento do fluxo de serviços dentro do Terminal, com a implantação das melhores práticas de operação para fiscalização em plataformas, melhoria dos índices de higienização e da qualidade da sinalização visual, além de todos os outros serviços prestados a população, tudo isso medido através de indicadores de qualidade.

2.4.3. Indicadores que visam avaliar o cumprimento das especificações exigidas e que devem ser estabelecidos pelo Poder CONCEDENTE, além de definir novos atributos de confiabilidade, conforto, rapidez, acessibilidade, segurança e economia que a SMU busca agregar com a contratação de uma empresa altamente capacitada para realizar administração do Terminal Rodoviário.

3. JUSTIFICATIVA

3.1. A principal justificativa se deve ao encerramento do contrato de concessão decorrente de processo licitatório e atual contratação emergencial dos serviços.

3.2. Este serviço deverá ser prestado através de empresa especializada na gestão de Terminais Rodoviários que objetivem melhorias, readequação ao uso e preservação de patrimônio público, garantindo acessibilidade, segurança e conforto aos usuários.

3.2.1. A opção por ter prestado serviços exclusivamente em Terminal Rodoviário de Passageiros se deu por se tratar de um objeto com especificidades que não são encontradas nos outros modais, mesmo que muitos deles possam ser considerados mais complexos.

3.3. O Terminal Rodoviário de Juiz de Fora foi inaugurado em 1989. Ocorre que, desde então, foram feitas somente algumas ações de manutenção e melhorias físicas, assim como de alguns processos operacionais do Terminal. Com a implantação de um controle da operação do Terminal melhor determinado e um contrato de concessão com indicadores de qualidade claros e que possam ser monitorados continuamente, o município terá a garantia da confiabilidade de toda a sua estrutura física e operacional.

3.4. Outra justificativa estruturante, será o investimento em obras e reformas por parte da CONCESSIONÁRIA, da ordem de **R\$ 10.439.059,92** (dez milhões, quatrocentos e trinta e nove mil, cinquenta e nove reais, noventa e dois centavos) sem contrapartida do município, permitindo, assim, economia e/ou otimização de recursos do município para outras áreas da administração.

3.5. Por fim, esta nova concessão do Terminal Rodoviário de Juiz de Fora trará modernização de sua estrutura física, melhoria da área operacional e aumento da qualidade dos serviços prestados.

4. SOBRE O EMPREENDIMENTO

4.1. O Terminal Rodoviário de Passageiros de Juiz de Fora encontra-se em adequado estado de funcionamento e conservação, apresentando as seguintes características:

- I) Área edificada em um pavimento com 42.239,94 m² e área total coberta de 15.671m²;
- II) A área do terminal está destinada às operações de embarque e desembarque contendo:
 - a) 31 (trinta e uma) plataformas;
 - b) 34 (trinta e quatro) boxes de venda de passagens locados pela CONCESSIONÁRIA às empresas operadoras de viagens;
 - c) 38 (trinta e oito) boxes para comércios diversos, podendo ser locados pela CONCESSIONÁRIA às empresas interessadas. Os contratos das empresas locatárias são feitos diretamente com a CONCESSIONÁRIA, cabendo a ela o arquivamento dos mesmos;
 - d) 01 sanitário masculino e 01 feminino tarifados, próximo à área de embarque;
 - e) 01 sanitário masculino e 01 feminino gratuitos, próximo à área de desembarque;



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

- f) infraestrutura de apoio operacional;
- g) espaço religioso ecumênico;
- h) área de guarda-volumes para uso público tarifado;
- i) estacionamento rotativo descoberto tarifado, com capacidade para 80 (oitenta) vagas;
- j) área regulamentada para serviço de Táxis com 45 (quarenta e cinco) vagas, com um local exclusivo para estacionamento e embarque e desembarque de táxis, sendo este um Ponto Livre;
- k) espaço exclusivo para embarque e desembarque de carga;
- l) 11 (onze) boxes sob administração da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora, através da Secretaria de Mobilidade Urbana.

4.2. Atualmente 18 empresas operam no Terminal Rodoviário, sendo elas: Sertaneja, Unida, Santos, Paraibuna, Transur, José Maria Rodrigues, Atual, Gontijo, Rio Doce, Útil, Progresso, Cometa, Itapemirim, Brisa, Andorinha, Única, Santa Cruz, Bassamar. As próprias empresas vendem suas passagens.

4.3. Existe uma sala da Secretaria de Mobilidade Urbana - SMU destinado a um funcionário da mesma que fica lá durante 8 horas por dia. Este funcionário é o responsável por fiscalizar a execução do contrato pela CONCESSIONÁRIA e, também, por receber reclamações de uma maneira geral.

4.4. O Terminal abriga, também, área operacional da SMU - Secretaria de Mobilidade Urbana, 01 sala de fiscalização da ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres, 01 unidade do INSS, 01 unidade do DETRAN – MG, 01 sala do Juizado da Infância e Juventude. Estes espaços não fazem parte do objeto desta concessão, sendo, portanto, administrados diretamente pela SMU.

4.5. Dentro da área coberta existe uma área de aproximadamente 7.574,44 m² nos fundos da Rodoviária, onde se encontram hoje a unidade do DETRAN-MG e de fiscalização da SMU para táxis e vans escolares. Esta área não será utilizada e nem explorada comercialmente pela CONCESSIONÁRIA. Neste espaço serão realizadas algumas das obras previstas no projeto e, após concluídas, este espaço será utilizado pela SMU.

4.6. O Terminal Rodoviário funciona 24 (vinte e quatro) horas 07 (sete) dias por semana, mas nem todos os estabelecimentos comerciais ali existentes funcionam ininterruptamente.

4.7. As especificações dos boxes para comércio diversos, conforme letra b e c do item **4.1**, constam do **Anexo I.E**, lista patrimonial do Terminal Rodoviário Miguel Mansur.

5. DO OBJETO E PRAZO DA CONCESSÃO

5.1. A presente Licitação a ser realizada na modalidade de Concorrência Pública, será julgada pela combinação dos critérios **do menor valor das tarifas do serviço público a ser prestado e da maior oferta, nos casos de pagamento ao poder concedente pela outorga da concessão**, previsto no inciso III, do Art. 15, da Lei Federal nº 8.987/95, tendo como objeto a **Concessão onerosa de Serviços, em caráter de exclusividade, de administração, operação, exploração comercial e execução de obras de complementação e adequação Terminal Rodoviário de Juiz de Fora**.

5.1.1. Portanto, além da administração, operação e exploração comercial, será exigida a realização de obras de complementação e adequação, como:

- 1) reformas civis;
- 2) obras de adequação viária interna;
- 3) construção de passarela coberta;
- 4) construção de abrigos e fachada nova da rodoviária;



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

- 5) implantação de cobertura do estacionamento rotativo e de táxis;
- 6) construção de guarita e portão para acesso dos ônibus rodoviários;
- 7) troca de todo o telhado;
- 8) obras de implantação da Supervisão de Controle de Implantação de Sinalização da SMU;
- 9) obras de adequação da área de vistoria veicular da SMU;
- 10) obras de adequação da área do DETRAN-MG;
- 11) obras de ampliação e reforma dos sanitários tarifados;
- 12) obras de adequação do antigo sanitário gratuito, para uso exclusivo da licitante;
- 13) fornecimento e instalação de Grupo Gerador e equipamentos diversos;
- 14) fornecimento de novos mobiliários; e
- 15) implantação de sistemas de tecnologia da informação e monitoramento do terminal.

5.2. O prazo da concessão será de 05 (cinco) anos a contar da data de assinatura do Contrato de Concessão e da emissão da correspondente O.S. (Ordem de Serviço), prorrogáveis a critério do **PODER CONCEDENTE**, por igual período, conforme Lei Municipal nº 09532/1999.

6. CARACTERÍSTICAS GERAIS

6.1. Os serviços aqui solicitados deverão estar de acordo com as especificações técnicas e operacionais previstos no Regulamento do Terminal Rodoviário de Juiz de Fora, constantes do Decreto em vigor nº 13.615/2019.

6.1.1. Os serviços descritos no Regulamento do Terminal Rodoviário de Juiz de Fora representam uma referência para todas as atividades desenvolvidas durante a operação deste, servindo de base, também, para a fiscalização pelo Poder CONCEDENTE.

6.2. A CONCESSIONÁRIA poderá manter fiscalização nos locais de embarque fora do Terminal Rodoviário que forem autorizados pelo Poder CONCEDENTE.

6.3. A CONCESSIONÁRIA deverá cumprir todas as determinações do Poder CONCEDENTE imediatamente após a emissão da Ordem de Serviço Operacional emitida pela SMU.

6.4. Os prazos relativos às obras de complementação e adequação serão contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço citada anteriormente e da seguinte forma:

6.4.1. Prazo máximo para entrega dos Projetos Executivos e Cronograma: até 12 (doze) meses;

6.4.2. Prazo máximo para início das obras e reformas: até 02 (dois) meses após aprovação pela SMU dos Projetos Executivos e Cronograma;

6.4.3. Prazo máximo para conclusão das obras e serviços relacionadas no item anterior: até 18 (dezoito) meses após o início.

6.5. As despesas administrativas, previsões relativas a demanda e a receita são de responsabilidade exclusiva da CONCESSIONÁRIA, sem qualquer aporte financeiro por parte do Poder Público Municipal.

6.6. Consideram-se atividades operacionais a orientação da circulação de passageiros, de veículos e bagagens nas dependências do Terminal, do estacionamento de veículos, do controle de plataformas, visando garantir a regularidade e segurança da operação, de acordo com o Plano de Operação e Administração do Terminal Rodoviário de Juiz de Fora a ser elaborado e apresentado em até 12 (doze) meses pela CONCESSIONÁRIA e aprovado pelo Poder CONCEDENTE.

6.7. A CONCESSIONÁRIA deverá prestar um serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários, satisfazendo condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas. Atualidade compreende a modernidade das técnicas, dos equipamentos, das instalações e a sua conservação, bem como a melhoria e expansão dos serviços.

6.8. Todas as informações e requisitos a serem seguidos pela CONCESSIONÁRIA para execução do objeto



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

deverão constar no Plano de Operação e Administração do Terminal Rodoviário de Juiz de Fora. Este deverá ser revisado anualmente, elaborado pela CONCESSIONÁRIA e aprovado pelo Poder CONCEDENTE.

6.9. A CONCESSIONÁRIA deverá manter, durante a vigência do contrato, as apólices de seguro necessárias para garantir a efetiva cobertura dos riscos inerentes ao desenvolvimento das atividades pertinentes à concessão, apresentando comprovação das mesmas.

6.10. A CONCESSIONÁRIA obriga-se a executar os serviços objeto do contrato de acordo com a melhor técnica aplicável, com zelo e diligência, bem como rigorosa observância das ordens advindas do Poder CONCEDENTE e as demais ordens e legislações vigentes.

6.11. A CONCESSIONÁRIA deverá iniciar os serviços de administração, operação e exploração comercial do Terminal, compreendendo:

XXIV. Cumprir e fazer cumprir o disposto no Regulamento Interno e nas disposições legais aplicáveis;

XXV. Proceder a levantamentos, análises e pesquisas, propondo soluções, objetivando o bom desempenho operacional;

XXVI. Prover os recursos materiais e humanos necessários a operação e funcionamento do Terminal Rodoviário, em especial aos serviços de limpeza, manutenção, segurança patrimonial e conservação de toda a parte estrutural, das áreas comuns, sanitários públicos, fachadas externas, pátio de estacionamento de veículos diversos, vias de acesso e outros;

XXVII. Elaborar e executar planos de utilização dos serviços comuns, bem como realizar levantamentos estatísticos indispensáveis às projeções das atividades;

XXVIII. Proceder a levantamentos dos gastos decorrentes da utilização dos serviços comuns, efetuando sua cobrança e respectivo pagamento;

XXIX. Fiscalizar os serviços existentes, quer sejam de uso comum ou decorrentes de convênio, concessão, permissão, autorização, cessão, contrato, arrendamento, locação;

XXX. Organizar e fazer cumprir o plano de utilização das plataformas, bem como do funcionamento das bilheterias para a venda de passagens;

XXXI. Exercer poder regulador mediante emissão de normas que complementem as disposições legais e regulamentares relativas ao funcionamento do Terminal;

XXXII. Calcular e efetuar a cobrança dos débitos dos permissionários e demais entidades, inclusive das delegatárias de transporte estabelecidas no Terminal;

XXXIII. Colaborar com os órgãos competentes na política de conscientização do uso do transporte rodoviário de passageiros, contribuindo para o desenvolvimento do turismo interno;

XXXIV. Executar diretamente ou por empresa especializada contratada especificamente para este fim, os serviços de construção, reforma, manutenção, segurança, conservação e limpeza das áreas comuns;

XXXV. Explorar as áreas de lojas, unidades comerciais, módulos, agências e bilheterias do Terminal, diretamente ou por terceiros, mediante contrato;

XXXVI. Colaborar com os órgãos fiscalizadores do transporte rodoviário;

XXXVII. Arrecadar direta ou indiretamente a tarifa de embarque e as demais tarifas de serviços prestados, bem como os valores a serem cobrados de particulares a título de contratos de uso de suas áreas de lojas, unidades comerciais, módulos, agências e bilheterias;

XXXVIII. Prover a segurança da área total do Terminal, por meio de equipe de vigilância patrimonial 24 (vinte e quatro) horas, 07 (sete) dias por semana, inclusive com a instalação de sistema de monitoramento de segurança eletrônica;

XXXIX. Promover a conservação e a manutenção corretiva e preventiva das edificações do



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

complexo arquitetônico e equipamentos;

XL. Promover, ao longo de todo o contrato, reformas, manutenção e administração do terminal, bem como a execução de obras e serviços de melhorias da infraestrutura predial e de eficiente prestação de serviços aos usuários dos serviços de transportes, com ciência e anuência do Poder CONCEDENTE;

XLI. Fazer cumprir os termos contratuais e responsabilidades firmados pelos contratantes das áreas de lojas, unidades comerciais, módulos, agências e bilheterias.

XLII. Fazer cumprir os termos dos contratos de prestação de serviços;

XLIII. Monitorar as contas e efetuar o controle e cobrança dos débitos das empresas comerciais e transportadoras estabelecidas no Terminal Rodoviário;

XLIV. Elaborar relatório gerencial mensal e enviá-lo à Secretaria de Mobilidade Urbana - SMU, contendo o resumo das atividades operacionais, gerenciais, financeiras e administrativas, além dos fatos relevantes ocorridos;

XLV. Exercer fiscalização sobre os serviços do Terminal, especialmente os de limpeza, controle de pragas, controle de pássaros e outros animais, conservação, reparos, guarda-volumes, informações e todos os outros necessários;

XLVI. Exercer as demais atribuições específicas e normais da Administração de um Terminal Rodoviário de Passageiros.

7. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

7.1. A presente concorrência e contrato regular-se-ão, no que couber, pelas normas gerais da Lei nº 8.666/93, pela Lei nº 8.987/95, e demais disposições legais aplicáveis.

7.2. Deverão também ser observados os termos constantes nos seguintes instrumentos legais:

1. Decreto do Executivo 03911/1988 (aprova o Regulamento do Terminal Rodoviário de JF) e suas alterações;
2. Lei 08819/1996 (dispõe sobre estacionamento gratuito por tempo limitado);
3. Lei 08884/1996 (dispõe sobre o uso de sanitários);
4. Lei 09532/1999 (dispõe sobre a concessão do Terminal);
5. Lei 10031/2001 (dispõe sobre a concessão de uso de imóvel pelo INSS) e suas alterações;
6. Lei 10103/2001 (dispõe sobre disponibilização de sanitários);
7. Lei 10207/2002 (dispõe sobre a obrigatoriedade de manter cadeiras de rodas);
8. Lei 10286/2002 (torna obrigatória poltrona ou cadeira especial para obeso);
9. Decreto do Executivo 09701/2008 (institui a tarifa do acompanhante);
10. Decreto do Executivo 09949/2009 (fixa os horários das linhas interestaduais e intermunicipais no perímetro do município) e suas alterações;
11. Lei 12212/2011 (proíbe a cobrança de acompanhante - taxa do beijo) e
12. Decreto 13615/2019 (dispõe sobre os valores das tarifas).

7.3. Poderão participar da licitação todas as empresas interessadas, individualmente ou em consórcio, com atividades específicas no ramo pertinente ao OBJETO desta Concorrência, que comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos neste Projeto Básico. Em se tratando de consórcio cuja composição se dê também, por empresas estrangeiras, a liderança deverá ser exercida por empresa brasileira, nos termos do art. 33, 1º da Lei Federal nº 8.666/93.

7.4. Não será permitida na licitação, a participação de mais de uma pessoa jurídica sob o controle de um mesmo grupo de pessoas físicas e jurídicas.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

7.5. A participação nesta licitação, sem oposições, implica na integral e incondicional aceitação de todos os termos, cláusulas e condições previstas no Edital e seus Anexos.

7.6. A participação, nos termos como antes convencionado, significa que a Licitante recebeu todos os documentos necessários à sua participação no certame, e que tomou conhecimento das informações necessárias quanto ao Terminal Rodoviário, onde serão desempenhadas as atividades do Objeto da Licitação, não se admitindo reclamações posteriores à entrega dos documentos, sob nenhuma hipótese, sob alegação de desconhecimento.

7.7. Não poderão participar desta Licitação empresas ou consórcios:

7.7.1. Que possuam dirigentes, gerentes, sócios ou controladores, acionistas que sejam agentes públicos, servidores ou dirigentes de órgãos do Município de Juiz de Fora;

7.7.2. Em regime de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, ou que tenha sido declarada inidônea ou que esteja suspensa temporariamente com o direito de licitar por qualquer Órgão ou entidade da Administração Pública, em especial a do Município do Juiz de Fora;

7.7.3. Que não satisfaça as condições expressas no Edital e seus Anexos, bem como a legislação específica que rege a matéria;

7.7.4. Temporariamente suspensos e/ou impedidos de contratar com o Município de Juiz de Fora;

7.7.5. Dos quais participe, a qualquer título, servidor público do Município de Juiz de Fora da administração direta ou indireta;

7.7.6. Declarados inidôneos por ato do Poder Público;

7.7.7. Com falência decretada, concordatária ou em recuperação judicial ou extrajudicial.

7.7.8. que se encontrarem em débito para com a Fazenda do Município de Juiz de Fora - MG, nos termos do art. 41 do Código Tributário Municipal (Lei nº 5546/1978).

7.8. No caso de consórcio, a empresa que o liderará deverá apresentar, no seu objeto social, atividade que permita a operação e a administração de terminal de passageiros.

7.9. Em se tratando de consórcio, a participação fica condicionada, além das exigências legais contidas neste Edital, ao atendimento dos requisitos previstos no subitem abaixo:

7.9.1. Apresentação de compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelas consorciadas, contendo obrigatoriamente as seguintes cláusulas:

I. Denominação do consórcio;

II. Composição do consórcio indicando o percentual de participação de cada empresa consorciada;

III. Organização do consórcio;

IV. Objetivo do consórcio;

V. Indicação da empresa líder que representará o consórcio perante o Poder Concedente;

VI. Compromissos e obrigações de cada uma das consorciadas, em relação ao objeto da presente Concorrência;

VII. Indicação da opção da organização que será constituída, para assinatura do contrato, em caso de lhe ser adjudicado o objeto do certame;

VIII. Previsão de registro na Junta Comercial do Termo de Constituição do Consórcio, obedecendo às condições previamente estipuladas nos termos de compromisso apresentados no processo licitatório.

IX. Vigência do consórcio, de no mínimo, 05 (cinco) anos, contados a partir da assinatura do contrato de Concessão.

7.10. As empresas integrantes responderão solidariamente pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação, quanto na da execução do contrato.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

7.11. O consórcio não terá sua composição ou constituição alterada ou de qualquer forma modificada sem a prévia anuência do Poder Concedente, enquanto vigorar o contrato.

7.12. O consórcio não se constitui nem se constituirá em pessoa jurídica distinta das empresas consorciadas, devendo qualquer alteração do contrato social, ser submetido ao conhecimento prévio do Poder Concedente, seguindo as disposições do Termo de Contrato de Concessão.

7.13. A empresa líder do consórcio será a responsável, perante o Poder Concedente, pelo integral cumprimento do Contrato de Concessão, sem prejuízo da responsabilidade solidária da outra empresa componente do consórcio.

7.14. Cada uma das empresas, individualmente ou em consórcio, somente poderá participar deste certame com uma única proposta. No caso de apresentação de mais de uma proposta pela mesma empresa ou pelo consórcio de empresas, as proponentes envolvidas serão excluídas do certame.

8. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

Para se habilitarem a este certame, as Licitantes deverão apresentar os documentos elencados, em única via, cumprindo todos os requisitos neles previstos.

8.1. DOCUMENTOS DA REGULARIDADE JURÍDICA

8.1.1. Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores e, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício.

8.1.2. Cédula de Identidade e registro comercial, no caso de empresário individual.

8.1.3. Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

8.1.4. No caso de participação em consórcio, as empresas deverão apresentar, individualmente, toda a documentação exigida nos itens acima para os Licitantes isolados. Deverão apresentar, ainda:

8.1.4.1. Comprovação do compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados contendo obrigatoriamente as seguintes cláusulas:

- a) Denominação do consórcio;
- b) Composição do consórcio indicando o percentual de participação de cada empresa consorciada;
- c) Organização do consórcio;
- d) Objetivo do consórcio;
- e) Indicação da empresa líder que representará o consórcio perante o Poder Concedente;
- f) Compromissos e obrigações de cada uma das consorciadas, em relação ao objeto da presente Concorrência;
- g) Indicação da opção da organização que será constituída, para assinatura do contrato, em caso de lhe ser adjudicado o objeto do certame;
- h) Previsão de registro na Junta Comercial do Termo de Constituição do Consórcio, obedecendo às condições previamente estipuladas nos termos de compromisso apresentados no processo licitatório;
- i) Vigência do consórcio, de no mínimo, 05 (cinco) anos, contados a partir da assinatura do contrato de Concessão.

8.1.4.2. Declaração expressa de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na execução do contrato.

8.1.4.3. Declaração expressa de que, se vencedoras, levarão o instrumento de compromisso de constituição do consórcio à Junta Comercial, para registro da celebração do contrato, oficializando assim o consórcio.

8.2. DOCUMENTOS DE REGULARIDADE FISCAL

8.2.1. Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

8.2.2. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

8.2.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;

8.2.4. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal;

8.2.4.1. Nos Municípios em que não há emissão de Certidão Municipal Conjunta, o licitante deverá, obrigatoriamente, apresentar tanto a certidão negativa de tributos mobiliários quanto a de tributos imobiliários.

8.2.4.2. Para os fins do art. 41 do Código Tributário Municipal, a habilitação dos proponentes não sediados no Município de Juiz de Fora/MG, ficará condicionada à verificação da regularidade fiscal perante este Município.

8.2.4.2.1. Nos termos da subcláusula anterior, o proponente, se desejar, poderá apresentar junto de sua documentação de habilitação, a Certidão Negativa de Débito Ampla expedida pela Prefeitura de Juiz de Fora/MG.

8.2.5. Prova de Regularidade de Situação (CRF) perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

8.2.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A - Da consolidação das leis do trabalho, aprovada pelo Decreto – Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

8.2.7. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes, estadual ou municipal, se houver relativo ao domicílio ou sede da **LICITANTE**, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.2.8. Todos os documentos exigidos para habilitação deverão estar no prazo de validade. Caso o órgão emissor não declare a validade do documento, esta será de **90 (noventa)** dias corridos contados a partir da data de expedição, exceto o comprovante de inscrição no CNPJ e Atestado(s) de Capacidade Técnica.

8.3. DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

8.3.1. Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício, já exigíveis e apresentados na forma da Lei Federal nº 6.404/76 e Lei Federal nº 10.406/2002, que comprovem a boa situação financeira licitante, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados monetariamente, quando encerrados há mais de três meses da data de apresentação da proposta, tomando como base a variação, ocorrida no período, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA ou outro indicador que o venha substituir.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

8.3.1.1. Se necessária a atualização monetária do Balanço Patrimonial, deverá ser apresentado, juntamente com os documentos em apreço, o memorial de cálculo correspondente, assinado pelo Contador.

8.3.1.2. As sociedades empresárias com menos de um exercício financeiro devem cumprir a exigência deste item mediante apresentação de Balanço de Abertura ou do último Balanço Patrimonial levantado, conforme o caso.

8.3.1.3. Serão considerados aceitos como na forma da lei o Balanço Patrimonial (inclusive o de abertura) e demonstrações contábeis assim apresentados:

- a) Publicados em Diário Oficial; ou
- b) Publicados em Jornal; ou
- c) Por cópia ou fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da proponente; ou
- d) Por cópia ou fotocópia do livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da proponente ou em outro órgão equivalente, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento; ou
- e) Por Escrituração Contábil Digital (ECD), através da apresentação de cópia do SPED, devidamente transmitido via eletrônica, e obrigatoriamente, observado o prazo de entrega estipulado no art. 1078 da Lei Federal nº 10.406/2002.

8.3.1.4. Os documentos relativos ao subitem **8.3.1** deverão ser apresentados contendo assinatura do representante legal da proponente e do seu contador, ou, mediante publicação no Órgão de Imprensa Oficial, devendo, neste caso, permitir a identificação do veículo e a data de sua publicação. A indicação do nome do contador e do número do seu registro no Conselho Regional de Contabilidade – CRC – são indispensáveis.

8.3.2. A capacidade Financeira da sociedade empresária será avaliada mediante o indicador abaixo calculado pela seguinte fórmula:

Índice de Solvência Geral (ISG) expressado da forma seguinte:

$$\text{ISG} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

Para a capacidade econômico-financeira exigida, os participantes deverão atender obrigatoriamente, os seguintes requisitos:

ISG maior ou igual a 1(um)

8.3.2.1. O item **8.3.2** é somente considerado para fins de Qualificação Econômico-Financeira da proponente. Uma vez habilitada, a maior ou menor pontuação obtida pela concorrente não terá qualquer influência na sua classificação final.

8.3.3. Certidão Cível Negativa, abrangendo Falência e Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida por distribuidor da sede do principal estabelecimento da pessoa jurídica na forma do que prescreve o artigo 3º, da Lei nº 11.101/05.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

8.3.3.1. Caso a Certidão evidencie a existência de processo de recuperação judicial, a mesma deverá vir acompanhada de autorização expedida pelo Poder Judiciário de que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório nos termos da Lei nº 8.666/93.

8.3.3.2. Nas comarcas em que a Certidão emitida pelo cartório distribuidor não abranger os processos distribuídos no processo judicial eletrônico - PJE, o licitante deverá, obrigatoriamente, apresentar tanto a certidão expedida pelo cartório distribuidor, quanto a certidão específica para processos judiciais eletrônicos.

8.3.4. Comprovação de possuir capital social de no mínimo 10% (dez inteiros por cento) do valor estimado da contratação, previsto no parágrafo 3º, do art. 31 da Lei 8.666/93, através do Balanço Patrimonial do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei Federal nº 6.404/76 e Lei Federal nº 10.406/2002, e/ou através da última alteração contratual devidamente registrada na Junta Comercial, ou em órgão regulador, em data anterior à licitação.

8.3.5. No caso de consórcio, o capital poderá ser representado pelo capital da empresa líder, se suficiente, ou pela soma dos capitais das empresas que o compõem na proporção de sua participação. Este valor deverá ser acrescido de 20% (vinte por cento) conforme prevê o artigo 33 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

8.3.6. No caso de consórcio, as empresas deverão apresentar, individualmente, toda a documentação exigida para as Licitantes isoladas.

8.4. DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.4.1. Certidões de Registro da LICITANTE ou CONSÓRCIO e dos seus responsáveis técnicos nas entidades profissionais competentes.

8.4.2. Comprovação de aptidão do desempenho de atividade pertinente e compatível em suas características com o objeto da Licitação, em Terminais de Passageiros com:

- a. plataformas de embarque e desembarque;
- b. guichês para venda de passagens;
- c. locação e gestão de espaços comerciais;
- d. locação e gestão de espaços promocionais;
- e. sistema de guarda-volumes;
- f. banheiros pagos;
- g. banheiros gratuitos;
- h. estacionamento rotativo de veículos leves;
- i. obras de complementação e adequação;
- j. sistema de segurança eletrônica;
- k. segurança patrimonial;
- l. sistema de rede para gestão integrada.

demonstrando assim, experiência anterior da empresa licitante ou consórcio na prestação de serviços semelhantes aos que são objeto da presente Concorrência, através da apresentação de atestado (s) fornecido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, conforme exigência do Art. 30 e seus parágrafos, da Lei nº 8.666/93.

8.4.3. Declaração da LICITANTE que possui aparelhamentos (técnico e pessoal) adequados para a realização do objeto da licitação.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

8.4.4. Para atender o que prescreve o artigo 30, § 1º, inciso I, da Lei nº 8.666/93, os atestados de semelhança ou similaridade, em nome da empresa ou consórcio nas seguintes condições:

8.4.4.1. Experiência na execução dos seguintes serviços:

- I.** Administração de Terminal de Passageiros;
- II.** Operação de Terminal de Passageiros;
- III.** Exploração Comercial de Terminal de Passageiros;
- IV.** Execução ou Administração de obras de complementação e adequação de Terminal de Passageiros.

8.4.5. O conjunto dos serviços prestados deverá ser exclusivamente em Terminal Rodoviário de Passageiros, ou seja, aqueles Terminais em que operem empresas de ônibus que detenham linhas intermunicipais e/ou interestaduais e/ou internacionais.

8.4.6. No caso de consórcio a comprovação de qualificação técnica deverá ser apresentada por uma das empresas ou por meio de somatório das empresas que o integram, compondo todos os itens descritos no **item 8.4.2.**

8.4.7. Não serão considerados quaisquer atestados por empresas controladas ou controladoras, ligadas às Licitantes ou às empresas que integrem o consórcio Licitante.

8.4.8. A Proponente ou Consórcio deverá apresentar a metodologia de operação atendendo a todos os prazos previstos;

8.4.9. Os documentos deverão ser apresentados em original, digitados apenas no anverso, sem rasuras, ressalvas ou entrelinhas, rubricados, datados e assinados pelo representante legal da licitante, ou por seu mandatário, sendo necessária, nessa última hipótese, a juntada da procuração que contemple expressamente este poder, podendo, ainda, serem apresentados em cópias autenticadas ou cópia simples acompanhada do original, para que possa ser autenticados pela STDA/SSLICOM.

8.4.10. A comprovação deverá conter ainda:

8.4.10.1. Apresentação contendo sucintamente, a denominação da Licitante, a finalidade da Comprovação Técnica e uma breve e precisa descrição da estrutura.

8.4.10.2. Conhecimento do serviço contendo o detalhamento de informações e de dados, levantados pela licitante, que permitam mostrar o seu grau de conhecimento em relação ao Terminal, ao município e à região onde o mesmo está inserido. Descrição dos aspectos físicos, comerciais e operacionais dos serviços objeto da licitação, com ênfase para o embarque e desembarque, bilheteria, estacionamento de veículos.

8.4.10.3. A metodologia de execução dos serviços, que será norteadora do Plano de Operação e Administração do Terminal de Juiz de Fora a ser elaborado pela futura Concessionária, com detalhamento dos procedimentos dos sistemas e métodos para cada uma das áreas de atividade objeto da contratação pretendida, por meio de projeto ou descritivo, quais sejam:

- XV.** Administração, Operação e Controle Operacional do Terminal;
- XVI.** Plano de Circulação e de Controle de Acesso de entrada e saída de veículos e cargas;
- XVII.** Ordenamento da circulação de táxis e veículos particulares de passageiros na área do Terminal e no(s) estacionamento(s);
- XVIII.** Plano de Limpeza do Terminal;
- XIX.** Plano de Manutenção e Conservação do Terminal;
- XX.** Plano de Segurança Patrimonial;
- XXI.** Sistema de Segurança e Monitoramento Eletrônico do Terminal com utilização da tecnologia CFTV-



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

IPe Alarmes;

XXII. Plano de Programação visual e sinalização do Terminal;

XXIII. Plano de Acessibilidade;

XXIV. Sistema de Programação de Partidas e Chegadas de ônibus rodoviários contemplando o gerenciamento da alocação/distribuição nas plataformas do Terminal;

XXV. Sistema de Informação aos Usuários;

XXVI. Sistema para gerenciamento das demandas com quantidade média mensal de passageiros embarcados por empresa;

XXVII. Sistema de controles de guarda volume estacionamentos;

XXVIII. Cronogramas de implantação das obras civis de complementação, adequação e modernização do Terminal, bem como dos projetos lógicos do Sistema Integrado de Gestão de Terminal – SIGIT.

9. PROPOSTA COMERCIAL (PROPOSTA DE PREÇOS)

9.1. A Proposta Comercial deverá ser assinada pelo representante da Licitante ou procurador constituído, contendo os valores ofertados pela Licitante, da combinação dos critérios **do menor valor das tarifas do serviço público a ser prestado e da maior oferta, nos casos de pagamento ao poder concedente pela outorga da concessão**, previsto no inciso III, do Art. 15, da Lei Federal nº 8.987/95, que será pago mensalmente ao Poder Concedente, representado por percentual sobre o faturamento bruto mensal comprovado pela Concessionária.

9.2. Não será admitida proposta de tarifa superior ao valor determinado pelo Poder Concedente, constantes da tabela do **item 11.2**, cujos valores serão aplicados na fórmula descrita para atribuição da pontuação da proposta comercial.

9.2.1. A proposta de desconto percentual sobre o valor da tarifa deverá ser linear para todos os itens abaixo.

9.2.2. Itens a serem considerados:

9.2.2.1. Guarda Volumes;

9.2.2.2. Banhos;

9.2.2.3. Estacionamento rotativo;

9.2.2.4. TEM - Tarifas de Embarque Municipal;

a) Até 39,9 Km

b) De 40,0 a 79,9 Km

c) De 80,0 a 139,9 Km

d) Acima de 140,0 Km

9.3. Não será admitida oferta de taxa de outorga sobre o faturamento bruto mensal com percentual inferior a **10% (dez por cento)**. As ofertas serão aplicadas na fórmula descrita para atribuição da pontuação da proposta comercial.

9.3.1. A oferta ou percentual ofertado de taxa de outorga deverá ser linear para todos os itens abaixo.

9.3.2. Itens a serem considerados:

9.3.2.1. Guarda Volumes;

9.3.2.2. Banhos;

9.3.2.3. Estacionamento rotativo de veículos particulares;

9.3.2.4. TEM - Tarifa de Embarque Municipal;



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

9.3.2.5. Locação das áreas das agências transportadoras e guichês para venda de passagens;

9.3.2.6. Locação e gestão de espaços comerciais;

9.3.2.7. Locação e gestão de Publicidade;

9.3.2.8. Locação de Equipamentos de Comunicação;

9.3.2.9. Locação de guarda-volumes individual similar ao Malex;

9.3.2.10. Estacionamento de veículos como diarista/mensalista;

9.3.2.11. Outras fontes de receita não previstas nas alíneas anteriores.

9.3.3. Em relação às locações (ou aluguéis) mencionados no item acima, a taxa de outorga devida será paga ao Poder Concedente independente de atrasos ou inadimplência ocorridos por parte do locatário, em contrato feito com a concessionária. Sendo estes eventos, uma questão de gestão da concessionária.

9.4. Será considerada também:

9.4.1. O prazo de validade da proposta comercial não poderá ser inferior a **90 (noventa) dias** contados da data de abertura das propostas;

9.4.2. O valor ofertado na proposta comercial não dependerá de isenções de taxas, impostos ou qualquer outro benefício fiscal proveniente da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora ou do Governo do Estado de Minas Gerais;

9.4.3. A licitante deverá apresentar a descrição detalhada da metodologia adotada no estudo de viabilidade econômico-financeira da concessão, as hipóteses assumidas para as projeções dos insumos de cálculo, dos custos/despesas e receitas e os critérios econômicos utilizados;

9.4.4. A licitante deverá apresentar a estrutura de receitas e custo do Terminal e o respectivo Estudo de Viabilidade Econômico/Financeira da Concessão, destacando a Taxa Interna de Retorno – TIR, o Valor Presente Líquido – VPL e a oferta decorrente da outorga da concessão de acordo com o **Anexo I-A** (Procedimentos para a determinação do Fluxo de Caixa, VPL E TIR do Terminal Rodoviário de Juiz de Fora);

9.4.5. A licitante no seu Estudo de Viabilidade Econômica deverá considerar os investimentos referentes às obras de complementação e adequação, com modernização, fornecimento de equipamentos, mobiliário e sistemas de tecnologia da informação e de monitoramento, conforme descritos no **Anexo I-B** (Investimentos na Modernização e Fornecimento de Equipamentos e Sistemas de Tecnologia da Informação no Terminal Rodoviário de Juiz de Fora), **Anexo I-C** (Investimentos para as Obras de Modernização, Fornecimento de Mobiliário e Equipamentos para o Terminal Rodoviário de Juiz de Fora).

A **pontuação da Proposta Comercial** será obtida pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$PVT = \frac{TL}{MTa} \times 100$$

Onde:

PVT= Pontuação do Valor da Tarifa



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

TL= Oferta de desconto percentual sobre a tarifa feita pela licitante

MTa= Maior oferta da tarifa feita pelas licitantes

$$PVO = \frac{OL}{MOa} \times 100$$

Onde:

PVO= Pontuação do Valor da Outorga

OL= Oferta da outorga feita pela licitante

MOa= Maior oferta da outorga feita pelas licitantes

10. JULGAMENTO FINAL

$$RF = 0,20 (PVT) + 0,80 (PVO)$$

Onde:

RF= número total de pontos

PVT= número de pontos auferidos pela Licitante no Valor da Tarifa

PVO= número de pontos auferidos pela Licitante no Valor da Outorga

Na hipótese de empate entre duas ou mais propostas, as Licitantes empatadas serão convocadas, para realização de desempate por sorteio, em sessão pública, em data e horário previamente fixados.

O Poder Concedente publicará Decreto Municipal informando os novos valores das tarifas referenciadas no **item 9.2**, após conhecido os valores vencedores da Licitação.

11. DOS VALORES DA CONCESSÃO

11.1. São consideradas como despesas operacionais:

VI - QMCL - Quota de Manutenção, Conservação e Limpeza: parcelas pagas à Administradora pelas transportadoras e empresas comerciais destinadas a cobrir as despesas com serviços de manutenção, conservação e limpeza de toda a área ocupada pelo Terminal Rodoviário;

VII – Água e Esgoto: receita decorrente do reembolso de tarifas de consumo de água e esgoto pagas pela Administradora e rateada entre esta e as permissionárias ou cessionárias de uso das áreas do Terminal, proporcionalmente ao consumo indicado nos medidores individuais ou à área ocupada;

VIII – Energia Elétrica: receita decorrente do reembolso da tarifa de energia elétrica atribuída a cada ocupante do Terminal, de acordo com seu medidor ou estimada no período, em caso de ter sido pago pela Administradora;

IX – Seguro imóvel: receita referente ao ressarcimento das frações de prêmios de seguro correspondente às áreas ocupadas no Terminal;

X – Seguro estacionamento rotativo: receita referente ao ressarcimento das frações de prêmios de seguro correspondente ao estacionamento rotativo.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

Despesas Operacionais – Valores de Referência	Unidade	Valor mensal total TRMM
QMCL - Quota de Manutenção, Conservação e Limpeza: parcelas pagas à Administradora pelas transportadoras e empresas comerciais, destinadas a cobrir as despesas com serviços de manutenção, conservação e limpeza de toda a área ocupada pelo Terminal Rodoviário.	ano	R\$ 187.649,88
Água e Esgoto: receita decorrente do reembolso de tarifas de consumo de água e esgoto pagas pela Administradora e rateada entre esta e as permissionárias ou concessionárias de uso das áreas do Terminal, proporcionalmente ao consumo indicado nos medidores individuais ou à área ocupada.	ano	R\$ 74.942,76
Energia Elétrica: receita decorrente do reembolso da tarifa de energia elétrica atribuída a cada ocupante do Terminal, de acordo com seu medidor ou estimada no período, em caso de ter sido pago pela Administradora.	ano	R\$ 301.963,68
Despesas Operacionais – Valores de Referência	Unidade	Valor anual total TRMM
Seguro imóvel: receita referente ao ressarcimento das frações de prêmios de seguro correspondente às áreas ocupadas no Terminal. Apólice de R\$ 2.000.000,00	ano	R\$ 48.000,00
Seguro Estacionamento Rotativo.	ano	R\$ 6.800,00

11.2. A remuneração da CONCESSIONÁRIA será proveniente das seguintes receitas:

XII - Preço estipulado em contrato pelo uso das áreas de agências e bilheterias, pago pelas transportadoras que operam no Terminal Rodoviário, bem como pelo uso das áreas de lojas, unidades comerciais e módulos para o exercício de atividades comerciais e utilização de áreas regidas por acordos específicos;

XIII - Serviço de guarda-volumes: receita decorrente da utilização, pelo usuário, do espaço para a guarda de volumes;

XIV - Serviços de guarda-volumes individual similar ao Malex;

XV - Banhos: receita decorrente da utilização, pelo usuário, das instalações dos banheiros para banhos;

XVI - Publicidade: receita decorrente da exploração, pela Administradora, de propaganda, por meios visuais ou outros dispositivos autorizados que possam ser utilizados, desde que respeitada a sinalização indicativa e de orientação para os usuários;

XVII - Equipamentos de Comunicação: receita decorrente do uso, pelas transportadoras, empresas comerciais e órgãos públicos de equipamentos de comunicação instalados pela Administradora;

XVIII - Juros e correções: receita correspondente aos acréscimos incidentes sobre o pagamento com atraso de aluguéis ou quotas;

XIX - Receitas decorrentes da utilização dos serviços de estacionamento de veículos particulares;

XX - Receitas decorrentes da utilização dos serviços de estacionamento de veículos como diarista/mensalista;

XXI - Outras Receitas: quaisquer outras fontes de arrecadação não previstas nas alíneas anteriores;

XXII - TEM - Tarifa de Embarque Municipal: a ser cobrada do passageiro para cobrir os custos do sistema, a qual será efetivada simultaneamente com a venda do bilhete de passagem.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

Remuneração da CONCESSIONÁRIA - Valores de Referência	Unidade	Valor
Preço estipulado em contrato pelo uso das áreas de agências e bilheteria, pago pelas transportadoras que operam no Terminal Rodoviário, bem como pelo uso das áreas de lojas, unidades comerciais e módulos para o exercício de atividades comerciais e utilização de áreas regidas por acordos específicos.	ano	R\$ 57.235,61
Serviço de guarda-volumes: Guarda-volumes	Hora	R\$ 9,00
Serviços de guarda-volumes individual similar ao Malex	Hora	R\$ 10,25
Banhos	Unidade	R\$ 8,40
Publicidade: receita decorrente da exploração, pela Administradora, de propaganda, por meios visuais ou outros dispositivos autorizados que possam ser utilizados, desde que respeitada a sinalização indicativa e de orientação para os usuários.	m² / Mês	A ser negociado entre CONCESSIONÁRIA, lojistas e Transportadoras.
Equipamentos de Comunicação: receita decorrente do uso, pelas transportadoras, empresas comerciais e órgãos públicos de equipamentos de comunicação instalados pela Administradora.	min / Mês	A ser negociado entre CONCESSIONÁRIA, lojistas e Transportadoras.
Juros e correções: receita correspondente aos acréscimos incidentes sobre o pagamento com atraso de aluguéis ou quotas.		N/A
Receitas decorrentes da utilização dos serviços de estacionamento de veículos particulares: Fração de 15 minutos.	Fração	R\$ 1,00
Receitas decorrentes da utilização dos serviços de estacionamento de veículos como diarista/mensalista.	Dia / Mês	A ser negociado entre CONCESSIONÁRIA/usuário.
Outras Receitas: quaisquer outras fontes de arrecadação não previstas nas alíneas anteriores.		A ser negociado entre CONCESSIONÁRIA, usuários, lojistas e Transportadoras.
TEM - a ser cobrada do passageiro para cobrir os custos do sistema, a qual será efetivada simultaneamente com a venda do bilhete de passagem. MÓDULO DISTÂNCIA (km) TARIFA (R\$)		
I até 39,9	Utilização	R\$ 0,85
II de 40 a 79,9	Utilização	R\$ 1,45
III de 80 a 139,9	Utilização	R\$ 2,55
IV acima de 140	Utilização	R\$ 5,25

11.3. A taxa de embarque, principal fonte de receita da CONCESSIONÁRIA, não poderá sofrer alterações, salvo as atualizações anuais previstas no contrato de concessão ou em caso de acordo entre as Partes, como ressarcimento comprovado de desequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

11.4. O terminal possui uma movimentação média diária entre 4.500 e 5.000 pessoas entre embarques e desembarques.

11.5. A estimativa de receita média anual do Terminal Rodoviário de Juiz de Fora, com base nos valores estipulados pelo Decreto do Executivo, é de aproximadamente R\$ 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil reais).

11.6. Estando o Prazo de Concessão estabelecido em 05(cinco) anos, o valor total estimado da Contratação será de R\$17.500.000,00 (dezessete milhões e quinhentos mil reais).



12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA

12.1. A empresa que obtiver a concessão realizará um serviço público de administração do Terminal Rodoviário de Juiz de Fora com base em parâmetros técnicos e operacionais que assegurem a manutenção dos serviços, garantindo segurança e comodidade aos usuários, estando sujeita à fiscalização direta do Município através da SMU, obrigando-se a cumprir todos os princípios que regem a administração pública, no que couber. Além disso, a CONCESSIONÁRIA se obriga a:

- I. Manter serviço de informação ao público;
- II. Manter serviço de achados e perdidos;
- III. Gerenciar serviço de guarda-volumes;
- IV. Gerenciar o serviço de estacionamento dos veículos particulares;
- V. Disponibilizar carrinhos para transporte de bagagens pelos passageiros;
- VI. Manter serviços de primeiros socorros e atendimento emergencial, em local próprio, com a presença de Bombeiro Civil 24 (vinte e quatro) horas;
- VII. Organizar as atividades de táxi no terminal observando a regulamentação do Município de Juiz de Fora;
- VIII. Utilizar o imóvel em sua finalidade principal, embarque e desembarque de passageiros do transporte intermunicipal, interestadual e internacional de passageiros, mantendo-o limpo, higienizado, dedetizado e funcional, responsabilizando-se, ainda, por quaisquer danos causados no bem, suas benfeitorias e instalações, bem como fazer por sua conta as reparações de estragos a que der causa;
- IX. Não usar, ceder ou transferir áreas, no todo ou em parte, para fins de comércio de casas de festas, jogos de azar ou similares, sob pena de imediata rescisão do pacto com aplicação das penalidades previstas neste Contrato e cominações legais de estilo;
- X. Assumir inteira responsabilidade da administração do Terminal, sendo seu ônus pelo custeio de todos os recursos materiais e humanos, limpeza, conservação e vigilância patrimonial 24 (vinte e quatro) horas, 07 (sete) dias por semana de toda área que compõe o conjunto arquitetônico do referido terminal, incluindo-se as áreas verdes e os acessos;
- XI. Assumir o ônus das taxas e dos impostos Municipais, Estaduais e Federais, pagando-os pontualmente, bem como as contribuições incidentes sobre as diversas formas de exploração das atividades comerciais objeto deste contrato, apresentando os comprovantes quando solicitados pela SMU;
- XII. Execução de todo e qualquer serviço que seja necessário para o bom funcionamento do Terminal, tais como serviços de limpeza, conservação de sanitários e vigilância;
- XIII. Coibir a permanência de pessoas que não sejam usuários dos serviços do terminal ou que os estejam utilizando para fins distintos do habitual como prostituição, comércio informal, venda de drogas, etc., com o concurso das Polícias Militar e Civil do Município, a quem compete a Segurança Pública;
- XIV. Coibir a permanência de animais de rua nas dependências do Terminal;
- XV. Não realizar alterações arquitetônicas e estruturais no terminal sem autorização prévia da SMU;
- XVI. Promover, semestralmente, ações de saúde pública que visem debelar ou prevenir doenças de caráter epidemiológicos ou infectocontagiosas;
- XVII. Manter no Terminal livros ou outros dispositivos eletrônicos de ocorrências diárias, específicos para usuários e fiscalização, autenticados pela SMU, de forma que fiscais e usuários possam registrar suas queixas contra a administração do terminal, registro de ocorrências de roubos, furtos ou extravio de bagagens;



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

- XVIII. Indicar, para homologação da SMU, o nome do Gerente Administrador e Supervisores, que em regime de tempo integral e dedicação exclusiva serão responsáveis pela gestão do Terminal;
- XIX. Providenciar reparos e serviços que gerem acessibilidade para deficientes físicos em geral e idosos, de acordo com a lei vigente;
- XX. Executar os serviços objeto do contrato de acordo com a melhor técnica aplicável, com zelo e diligência, bem como com rigorosa observância às especificações e demais normas e ordens advindas da CONCEDENTE;
- XXI. Manter uniformizados e com identidade funcional todos os seus colaboradores, zelando por manter comportamento adequado no ambiente de trabalho, abstendo-os da prática de atos atentatórios à moral, aos bons costumes e à segurança;
- XXII. Implantar sistema de sinalização com indicação de fácil acesso as áreas comuns do Terminal para todos os usuários dos seus serviços;
- XXIII. Coibir o funcionamento de qualquer aparelho nas áreas ocupadas que produza som ou ruído que possa prejudicar a divulgação de avisos pela rede de sonorização;
- XXIV. Coibir a utilização das áreas de plataforma por veículos não credenciados ao serviço de transporte intermunicipal de passageiros, em nenhum momento e sob qualquer pretexto aceitar veículos de pequeno porte nessas áreas;
- XXV. Coibir a guarda ou depósito de volumes, mercadorias, resíduos ou substância inflamável, explosiva, corrosiva, tóxica ou de odor sensível em qualquer área do terminal;
- XXVI. Coibir a venda de bilhete de passagem rodoviária associada a qualquer outro serviço dentro do Terminal Rodoviário, salvo a taxa de embarque;
- XXVII. Estabelecer, em consonância com os critérios estabelecidos pela SMU, os locais e os horários destinados à carga e descarga de qualquer espécie para as empresas estabelecidas no Terminal, evitando esta prática nos horários de intenso fluxo de usuários e veículos;
- XXVIII. Garantir que os ônibus devidamente autorizados que acessarem a Plataforma de Embarque estejam em plenas condições de cumprimento de suas viagens, atendendo a critérios de limpeza e conservação, além de regulamentar a sinalização, circulação, manobra e tempo de permanência destes na plataforma;
- XXIX. Garantir o pleno funcionamento dos serviços essenciais do Terminal ininterruptamente durante as 24 (vinte e quatro) horas do dia.
- XXX. Garantir a proteção e preservação do terminal rodoviário, devendo manter vigilância patrimonial devidamente credenciada e autorizada a funcionar pelo Departamento de Polícia, cujo posto deverá ser de 24 horas, mantendo um número não inferior a 02 (dois) vigilantes por turno de trabalho e, também, um número não inferior a 01 (um) vigilante por turno, na guarita para controle de acesso dos ônibus às plataformas de embarque e desembarque, bem como, se necessário, firmar Convênios com a Polícia Militar ou Civil para que essas Entidades garantam a segurança dos usuários no Terminal;
- XXXI. Manter em dia o inventário e o registro dos bens vinculados à concessão: por ocasião da entrega do Terminal, será lavrado, em conjunto com a CONCESSIONÁRIA, laudo de vistoria, contendo inventário e condições físicas do terminal;
- XXXII. Realizar os serviços de acordo com todas as exigências contidas no contrato;
- XXXIII. Adotar as medidas preventivas necessárias para evitar danos a terceiros, em consequência da execução dos trabalhos, sendo de sua exclusiva responsabilidade a obrigação de reparar os prejuízos que vier a causar a quem quer que seja e quaisquer que tenham sido as medidas preventivas adotadas;
- XXXIV. Responsabilizar-se integralmente pelo ressarcimento de quaisquer danos e prejuízos, de qualquer natureza, que causar à SMU ou a terceiros, decorrentes da execução do objeto do Contrato, respondendo



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

por si e por seus empregados;

XXXV. Atender as determinações e exigências formuladas pela SMU;

XXXVI. Refazer, por sua conta e responsabilidade, os serviços recusados pela Fiscalização da SMU, nos prazos estabelecidos e acordados em notificações oficiais;

XXXVII. Cumprir o Plano de Operação e Administração do Terminal Rodoviário de Juiz de Fora apresentado na sua proposta e que deverá ser encaminhado em até 10 (dez) dias da assinatura do contrato de concessão para a SMU;

XXXVIII. Propor, anualmente, caso necessário, uma revisão do Plano de Operação e Administração do Terminal Rodoviário de Juiz de Fora, levando em consideração a situação do tráfego na região, os tempos efetivos de percurso e as melhorias implantadas no sistema viário, avanços tecnológicos, devendo o plano ser aprovado pela SMU;

XXXIX. Responsabilizar-se, na forma do Contrato, por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, fiscais, sociais, tributárias, trabalhistas e previdenciárias, ou quaisquer outras previstas na legislação em vigor, bem como por todos os gastos e encargos com material e mão de obra necessária à completa realização dos serviços até o seu término;

XL. Ser a única e exclusiva responsável pelos ônus trabalhistas gerados por seus empregados que, porventura, serão utilizados por força da execução do presente contrato;

XL I. Obedecer às normas trabalhistas vigentes, contidas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), no que concerne à despesa da contratação com vínculo empregatício do pessoal a ser empregado na execução dos serviços descritos no anexo, englobando todas e quaisquer despesas decorrentes da execução dos contratos de trabalho em razão de horário, condição ou demais peculiaridades;

XLII. Responsabilizar-se integralmente pela iluminação, instalações e despesas delas provenientes e equipamentos acessórios necessários à fiel execução dos serviços contratados dentro do Terminal e nos seus pátios internos e externos;

XLII. Responsabilizar-se integralmente pela qualidade dos serviços e pelos materiais empregados, que devem guardar conformidade com as especificações do Termo de Referência, com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, e demais normas técnicas pertinentes, a ser atestada pela SMU. A ocorrência de desconformidade implicará em refazer o serviço ou na substituição dos materiais recusados, sem quaisquer ônus para a SMU e sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis;

XLIV. Apresentar à CONCEDENTE, mensalmente, até o dia 05 do mês subsequente ao referido mês, o Relatório de Prestação de Contas contendo mapas estatísticos, resumo das atividades operacionais, administrativas e fatos relevantes ocorridos no período, bem como a prestação de contas de todas as receitas aferidas no referido mês, que são a base de aferição da outorga;

XLV. Apresentar à CONCEDENTE, anualmente, a cada fim de exercício anual até o dia 15 do mês subsequente ao término do ano, o Relatório de Avaliação dos Investimentos realizados no Terminal.

XLVI. Apresentar um Plano Anual de Ações e Manutenções Preventivas:

XLVI. I. A CONCESSIONÁRIA deverá elaborar um Plano Anual de Manutenção Preventiva a ser aprovado pela SMU e realizado no Terminal Rodoviário ao longo dos 05 (cinco) anos de contrato. Estas ações a priori serão:

1. Revisão e correção do Sistema de Combate Incêndio e SPDA (Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas) do Terminal;
2. Promover melhoria da acessibilidade (deficiência motora, visual, outros);
3. Reestruturação de Layout da fachada (pintura e letreiro);
4. Sinalização Interna com Painéis Eletrônicos (Embarque/Desembarque/Quadro de Horários/Identificação da Administração);



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

5. Reforma do Isolamento da Área de Plataformas;
6. Revisão e Melhoria do Sistema Elétrico (iluminação, tomadas e tomadas USB);
7. Revisão e Análise Técnica (Laudo Estrutural) do sistema (Trelças) de sustentação da cobertura;
8. Implantação de Coleta de Lixo Seletiva;
9. Manutenção de Grupo Gerador;
10. Manutenção dos Assentos de Espera (similar aos assentos utilizados na sala VIP da empresa Útil);
11. Sistema de Segurança para Embarque dotado de câmeras de monitoramento;
12. Recuperação e manutenção dos acessos;
13. Revisão, recuperação e melhorias na Rede Hidráulica;
14. Adequação e Reorganização do Estacionamento;
15. Manutenção e/ou substituição dos gradis de proteção da área de embarque;
16. Instalação de Sistema Estrutural de Orientação para Deficientes Visuais.

13. DAS OBRIGAÇÕES DA SMU

13.1. Garantir o necessário apoio dos Poderes Públicos à CONCESSIONÁRIA, especialmente quanto à Segurança, Trânsito, Coleta de Lixo e Saúde;

13.2. Cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares do serviço e as cláusulas contratuais da concessão;

13.3. Zelar pela boa qualidade do serviço, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações dos usuários;

13.4. Acompanhar e fiscalizar a prestação do serviço e a conservação dos bens reversíveis, visando ao atendimento das normas, especificações e instruções estabelecidas em Edital, contrato e anexos;

13.5. Aprovar os projetos executivos e acompanhar as obras de modernização e fornecimento de equipamentos e sistemas de tecnologia da informação e de monitoramento no Terminal de Juiz de Fora;

13.6. Exercer a fiscalização das obras e dos serviços através de seus setores técnicos e administrativos próprios, com o objetivo de assegurar o estrito cumprimento do contrato e a melhor prestação de serviços aos usuários, atendidos os preceitos contidos nos artigos 6º e 7º, ambos da Lei Federal nº 8.987/95;

13.7. Intervir na prestação dos serviços, nos casos e condições previstos na Lei Federal nº 8.987/95;

13.8. Exercer seu poder de polícia no sentido de impedir, terminante e rigorosamente, a interferência de qualquer atividade que possa prejudicar o equilíbrio econômico-financeiro da equação inicial a ser pactuada, em especial vedando a ação dos transportadores alternativos que, de alguma forma, fraudem, burlam, ou tentem fraudar ou burlar a destinação básica do Terminal;

13.9. Autorizar o reajuste e proceder à revisão das Tarifas, nos termos e conforme o disposto em contrato;

13.10. Repassar à CONCESSIONÁRIA todas as informações necessárias à realização dos serviços que sejam de sua responsabilidade;

13.11. Disponibilizar as instalações do terminal livres e desocupadas no início da concessão;

13.12. Aprovar, previamente, cartazes, placas, faixas e outras peças promocionais e educativas a serem fixadas nas dependências do terminal;

13.13. Regular o serviço concedido e fiscalizar permanentemente a sua prestação.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

14. DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO DA LICITAÇÃO

14.1. A presente Licitação poderá ser objeto de revogação ou anulação pela autoridade competente, na forma da lei.

14.2. A autoridade competente poderá revogar esta Licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou declarará sua nulidade quando verificar ilegalidade.

15. DO PRAZO DE EXPLORAÇÃO DA CONCESSÃO

15.1 O prazo de exploração da concessão será de 05 (cinco) anos, prorrogáveis a critério do Poder Concedente por igual período, uma única vez, a contar da data de início de operação que deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias da assinatura do contrato de concessão.

16. DO VALOR DA OUTORGA

16.1. A outorga da Concessionária não poderá ser inferior ao montante correspondente a 10% (dez por cento) do faturamento da mesma, comprovado através de relatório e planilha de faturamento mensal.

16.2. A CONCESSIONÁRIA deverá repassar mensalmente o valor da outorga definido no contrato de concessão, através do pagamento do DAM – Documento de Arrecadação Municipal ao longo do contrato, revertido para o FMT – Fundo de Municipal de Transporte.

16.3. O valor do pagamento da outorga deverá ser mensal respeitando-se os prazos da proposta a partir da assinatura do contrato e terá sua vigência durante todo o período do contrato.

16.4. A Concessão será executada pela CONCESSIONÁRIA, por sua conta e risco, sem qualquer aporte financeiro por parte do município de Juiz de Fora. As despesas administrativas, previsões relativas à demanda e à receita são de responsabilidade exclusiva da CONCESSIONÁRIA.

16.5. A licitante será responsável por todas as informações prestadas na sua proposta, sujeitando-se às penalidades legais caso estas informações venham a induzir a Comissão em erro de julgamento.

16.6. Os valores de taxas, serviços e aluguéis de espaços e lojas comerciais do Terminal deverão respeitar os preços constantes na proposta de preço vencedora da CONCESSIONÁRIA, podendo variar para mais ou para menos, mas não podendo ultrapassar os valores de mercado de Juiz de Fora.

17. DO REAJUSTAMENTO E REVISÃO DE TARIFAS

17.1. As Tarifas no Terminal Rodoviário de Juiz de Fora, quando da assinatura do contrato serão as constantes no Decreto vigente ou por outro que vier a substituí-lo.

17.2. A vigorar a partir da assinatura do contrato e devendo constar os seus valores no mesmo, as tarifas acima especificadas serão reajustadas, anualmente pela SMU, assegurado o reajuste mínimo anual equivalente à variação do IGPM, calculado pela Fundação Getúlio Vargas, pela seguinte formula:

$$T- R1 = T- R0 \times (IGPM + 1)$$

Onde:

T - R1: valor da Tarifa após aplicação da fórmula acima



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

T- R0: valor da Tarifa aplicado no ano anterior ao do respectivo reajuste

IGPM: variação do IGPM contabilizada a cada 12 meses contados a partir do último reajuste realizado.

17.3.1. O reajuste será contabilizado a partir da assinatura do contrato.

17.3.2. Após o reajuste serão considerados valores de T (Tarifas) com duas casas decimais, sendo efetuado o arredondamento na última casa decimal. Dessa maneira, após se efetuar o reajuste, se a segunda casa decimal se situar entre 0 a 4, o arredondamento será para 0; se for 5 ficará em 5; e se situar entre 6 a 9, a primeira casa decimal será acrescida de 1 e a segunda casa decimal será 0.

17.4. Fica assegurado a Concessionária o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro da concessão, a ser pactuado por alteração contratual nos termos do artigo 65, inciso II, letra “d”, da Lei nº 8.666/93, em casos decorrentes de atos de conveniência da administração, em caso, extinção de linhas operadas com veículos tipo rodoviário iniciadas no Terminal, por motivo de integração com outros serviços, ou ainda em virtude da construção de outros terminais no curso do Contrato.

17.5. A cada três anos as partes poderão rever a condição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato para ajustá-lo a condição da data da proposta.

18. DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

18.1. A SMU nomeará uma equipe de profissionais que terá autoridade para exercer em nome desta, toda e qualquer ação de orientação geral, controle de qualidade dos materiais e/ou serviços e fiscalização dos serviços, bem como exigir da CONCESSIONÁRIA a correta execução dos serviços e o cumprimento das determinações contidas nas obrigações e em especificações técnicas normativas para os serviços a serem realizados.

18.2. É assegurado à fiscalização o direito de ordenar o refazimento de serviços sem prejuízo das penalidades a que ficar sujeito a CONCESSIONÁRIA, e sem que esta tenha direito a qualquer indenização pelo retrabalho causado, quando for detectado qualquer defeito ou falha importante em serviço executado ou material empregado na atividade executada que não tenha sido sanado num prazo de 48 (quarenta e oito) horas após a devida comunicação.

18.3. A CONCESSIONÁRIA fica obrigada a retirar do contrato, imediatamente após o recebimento da comunicação correspondente, qualquer empregado, operário ou subordinado que, a critério da fiscalização, venha a demonstrar conduta nociva ou incapacidade técnica.

18.4. As exigências da fiscalização basear-se-ão nas especificações e na legislação vigente sobre técnicas de execução. A CONCESSIONÁRIA dará ao Fiscal, no cumprimento de suas funções, livre acesso aos locais de execução dos serviços, fornecendo todas as informações e elementos necessários à execução de obra/serviço.

18.5. Fica assegurado à fiscalização o direito de exigir o cumprimento de todos os itens do Contrato. No caso de não ser atendida dentro de 48 horas, a contar da data de notificação de Serviço correspondente, qualquer exigência sobre defeito essencial em serviço executado ou sobre material posto nos serviços, deverá ordenar a suspensão das obras/serviços sem prejuízo das penalidades a que ficar sujeita a CONCESSIONÁRIA e sem que esta tenha direito a qualquer indenização.

18.6. Todos os Planos de Ação de Intervenções Físicas ou quaisquer comunicações do Fiscal à CONCESSIONÁRIA ou vice-versa, serão registrados no Relatório Mensal de Serviços, podendo ainda ser transmitidas por escrito, em folha de papel devidamente numerada, em duas vias, uma das quais ficará em poder da CONCESSIONÁRIA, outra com a SMU.

19. ÍNDICES DE QUALIDADE



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

19.1. As decisões diárias decorrentes do uso da infraestrutura, da gestão de pessoas e estoques de materiais, além do relacionamento com usuários, agentes econômicos que exploram o terminal e os operadores são centralizadas na administração central do Terminal.

19.2. A Concessionária deverá alcançar as seguintes dimensões de qualidade na prestação de seus serviços:

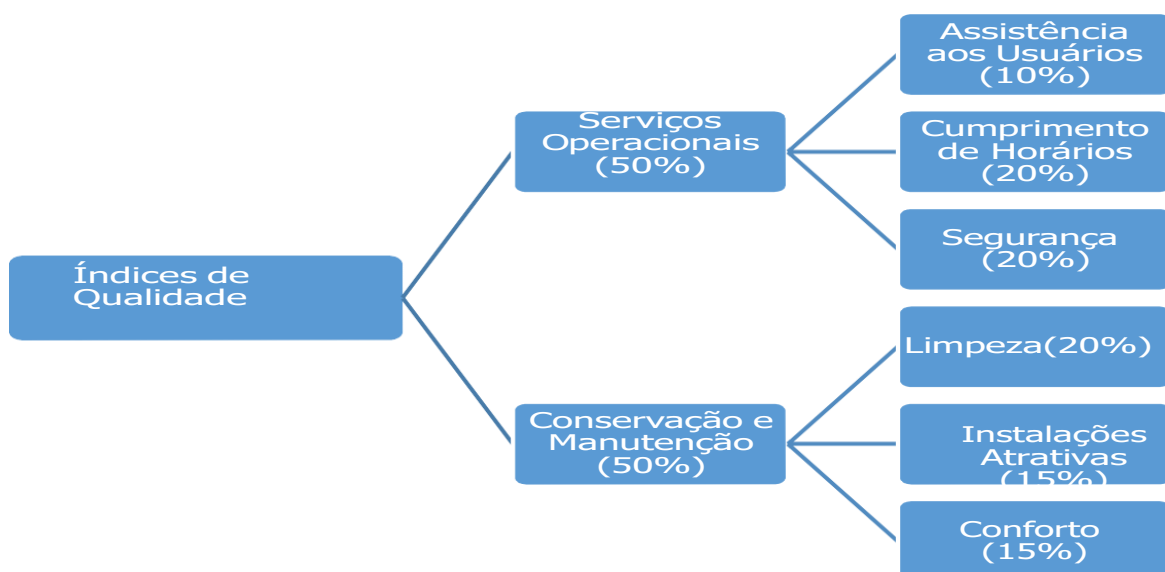
- a) Confiabilidade: capacidade de realizar o serviço prometido de forma confiável e correta;
- b) Presteza: capacidade de prestar o serviço com boa vontade e prontidão;
- c) Segurança: capacidade de o prestador de serviço prestar serviços com confiança através do conhecimento e de forma cortês;
- d) Empatia: cuidados e atenção individualizados aos usuários.

19.3. A CONCESSIONÁRIA deverá manter em sua administração um padrão de qualidade dos serviços prestados satisfatórios aos usuários. Esse padrão deverá ser analisado através do resultado de pesquisas trimestrais elaboradas pela CONCEDENTE e acompanhadas pela CONCESSIONÁRIA, por amostragem através de uma parcela mínima de 5% dos usuários do Terminal, contemplando os seguintes Índices de Qualidade: Assistência aos Usuários, Cumprimento de Horários, Segurança, Limpeza, Instalações Físicas Atrativas e Conforto (Embarque e Desembarque).

19.4. A CONCESSIONÁRIA deverá obter na Pesquisa de Satisfação do Usuário nota mínima de 80% de respostas iguais a "**satisfatório**" para o cumprimento dos requisitos. O não alcance da nota mínima implicará em multas a serem descontadas da garantia do contrato.

19.5. O número de perguntas da pesquisa deverá ser dividido percentualmente de acordo com o quadro abaixo, sendo que as respostas deverão ser "**satisfatório**" ou "**não satisfatório**".

19.6. Atualmente este tipo de pesquisa de satisfação não é realizado. A primeira pesquisa deverá ser implementada após seis meses da assinatura do Contrato.



20. VISITA TÉCNICA

20.1. As empresas ou consórcios participantes do certame poderão visitar as instalações do TERMINAL RODOVIÁRIO DE JUIZ DE FORA a fim de ter pleno conhecimento das instalações e da natureza dos serviços relativos à concessão.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

20.2. A empresa ou Consórcio que desejar realizar a visita acompanhada de um técnico da SMU deverá entrar em contato através dos telefones (32) 3690-8186 ou (32) 2104-7504 e agendar a visita com antecedência mínima de 3 (três) dias.

21. PENALIDADES E MULTAS

21.1. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, a Secretaria de Mobilidade Urbana – SMU, observada a gravidade e garantida à prévia defesa, poderá aplicar à CONCESSIONÁRIA as seguintes sanções:

a) Advertência;

b) Multa de 10% (dez por cento), sobre o valor não executado do contrato, nos casos que ensejarem sua rescisão determinada por ato unilateral e escrito do Poder Concedente;

c) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor não executado das obras do **Anexo I.C**;

d) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a SMU, pelo prazo de até 02 (dois) anos, a critério da autoridade competente, segundo a natureza e gravidade da falta e/ou penalidades anteriores em caso de reincidência.

e) Declaração de inidoneidade, para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a concessionária ressarcir a Secretaria de Mobilidade Urbana – SMU pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

21.2. Nos casos de inexecução total do Contrato, por culpa exclusiva da Concessionária, cabe a aplicação da penalidade de suspensão temporária de licitar e contratar com a Secretaria de Mobilidade Urbana - SMU.

21.3. Nos casos de fraude na execução do Contrato cabe a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

21.4. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de contratar com a Administração e da declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com Administração Pública poderão ser aplicadas à Concessionária juntamente com a de multa.

21.5. As multas serão recolhidas no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados da Notificação oficial e poderão, após regular processo administrativo, serem descontadas do valor da Garantia, apresentada pela Concessionária.

21.6. Se a multa aplicada for superior ao valor da Garantia prestada, além da perda desta, responderá a Concessionária pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela SMU ou cobrada judicialmente.

21.7. À Critério da SMU poderão ser suspensas as penalidades, no todo ou em parte, quando a infração for devidamente justificada pela Concessionária, e aceita pela SMU, que fixará novo prazo, este improrrogável, para a completa execução das obrigações assumidas.

21.8. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a Concessionária à multa de mora, na forma prevista no Contrato, em conformidade com o disposto no art. 86 da Lei Federal nº 8666/1993.

22. DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO E FINANCEIRO DO CONTRATO

22.1. Constitui pressuposto básico do contrato a preservação da justa equivalência entre a prestação dos serviços delegados e a sua justa remuneração, vedado às partes o enriquecimento imotivado à custa da outra parte ou dos usuários do serviço, nos termos do disposto nesta Cláusula.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

22.2. O equilíbrio entre os encargos da CONCESSIONÁRIA e as receitas da concessão é identificado no momento da data da apresentação da proposta, a partir dos elementos constantes da Proposta Comercial, demonstrativo detalhado da estrutura de custo do empreendimento e Estudo de Viabilidade Econômico-Financeira da Concessão, apresentados pela CONCESSIONÁRIA na Concorrência Pública e demais elementos Anexos ao presente instrumento, de modo que se considera preservada esta relação de encargo-remuneração original, sempre que forem atendidas as condições do contrato.

22.3. A CONCESSIONÁRIA não será obrigada a suportar prejuízos em decorrência do contrato, salvo se estes decorrerem de algum dos seguintes fatores:

- I. Da sua negligência, inépcia ou omissão na exploração do serviço;
- II. Dos riscos ordinários da atividade empresarial, sendo desde já definido que o risco de demanda na previsão de receitas das tarifas rodoviárias e das demais receitas descritas neste Instrumento é um risco ordinário, de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, desde que assegurado às condições e obrigações do Poder CONCEDENTE estabelecidas no Contrato de concessão;
- III. Da gestão ineficiente dos seus negócios, inclusive aquela caracterizada pelo pagamento de custos operacionais e administrativos incompatíveis com os parâmetros verificados no mercado.

22.4. Na concessão serão preservadas as condições efetivas da Proposta de Preço e o equilíbrio econômico e financeiro do contrato, através de reajustes e revisões das tarifas, observado o disposto nos itens seguintes.

22.4.1. A revisão tarifária, vinculada à identificação de desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, a qual poderá ser realizada a qualquer época, sob determinadas condições, na forma da Lei, em contraposição aos riscos ordinários de exploração normal e adequada da concessão, demonstrado este por quaisquer das atualizações do Estudo de Viabilidade Econômico-Financeira da concessão, será procedida em razão das causas estruturais, a saber:

- a. Sempre que, por imposição da CONCEDENTE, houver modificação unilateral do contrato que importe em variação estrutural elevando os seus custos ou reduzindo suas receitas;
- b. Excetuado o imposto de renda, sempre que forem criados, alterados ou extintos tributos ou encargos legais ou sobrevenham novas disposições legais, após a data de apresentação da proposta pela CONCESSIONÁRIA, quando provado o seu impacto sobre as condições financeiras do contrato;
- c. Sempre que circunstâncias supervenientes, em razão de caso fortuito, força maior, fato da administração, resultem, comprovadamente, em variações dos custos da CONCESSIONÁRIA.
- d. Sempre que houver alteração legislativa de caráter específico que produza impacto direto sobre as receitas da CONCESSIONÁRIA, tais como as que concedam isenção, redução, desconto ou qualquer outro privilégio tributário ou tarifário.

23. DA EXTINÇÃO DA CONCESSÃO

23.1. A presente concessão poderá ser extinta nas seguintes hipóteses:

- a) Advento do Termo Contratual (prazo);
- b) Encampação, na forma da lei;
- c) Caducidade, na forma da lei, assegurando à Concessionária o direito de ampla defesa;
- d) Rescisão, no caso de descumprimento de normas contratuais;
- e) Anulação;
- f) Falência ou extinção da Concessionária, na forma da lei.

23.2. Extinta a concessão, retornam a Concedente todos os bens reversíveis descritos e caracterizados no contrato de concessão e os que venham a ser apurados quando da presente contratação, e a ser agregados,



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

nestas condições, ao longo da vigência da concessão, direitos e privilégios transferidos à Concessionária, havendo imediata assunção do objeto da concessão pela Concedente.

23.3. Nos casos de extinção da concessão pelo advento do termo contratual ou de encampação, o Concedente, antecipando-se à extinção da concessão, procederá aos levantamentos e avaliações necessários à determinação dos montantes da indenização que eventualmente possam ser devidas à Concessionária.

23.4. A reversão no advento do termo contratual far-se-á com indenização prévia das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis eventualmente ainda não amortizados ou depreciados e que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do objeto da concessão.

23.5. No caso da reversão no advento do termo contratual, 12 (doze) meses antes do termo final previsto para a vigência da concessão será instaurado processo administrativo, no qual estará assegurado a Concessionária o amplo direito de defesa e o contraditório, promovendo-se os levantamentos e avaliações levando-se em consideração o último Relatório de Avaliação de Investimentos e Controle de Bens Reversíveis e demais relatórios, demonstrações e documentos apresentados pela Concessionária.

23.6. Considera-se encampação a retomada do objeto da concessão pela Concedente durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e prévio pagamento da indenização.

23.7. A inexecução total ou parcial do contrato acarretará, a critério da Concedente a declaração de caducidade da concessão ou a aplicação das sanções contratuais, respeitadas as disposições deste Edital e as normas contratuais.

23.8. A caducidade da concessão poderá ser declarada pela Concedente quando:

- i) O objeto da concessão estiver sendo prestado de forma inadequada ou deficiente, tendo por base as normas, critérios, indicadores e parâmetros definidores da boa qualidade e atualidade dos serviços do Terminal;
- ii) A Concessionária descumprir cláusulas contratuais ou disposições legais ou regulamentares concernentes à concessão;
- iii) A Concessionária paralisar, injustificadamente, o objeto da concessão em qualquer de suas fases;
- iv) A Concessionária perder as condições econômicas, técnicas ou operacionais para manter em adequadas condições o Terminal e suas operações;
- v) A Concessionária não cumprir as penalidades impostas por infrações nos prazos devidos ou não atender as intimações da Concedente para regularizar o cumprimento do contrato de concessão;
- vi) A Concessionária não atender a intimação da Concedente no sentido de regularizar o serviço;
- vii) A Concessionária for condenada em sentença transitada em julgado por sonegação de tributos, inclusive contribuições sociais.

23.9. A declaração de caducidade da concessão deverá ser precedida da verificação de inadimplência da Concessionária em processo administrativo, assegurado o direito de ampla defesa.

23.10. Não será instaurado processo administrativo de inadimplência antes de comunicados à respectiva Concessionária, detalhadamente, os descumprimentos contratuais, dando-lhe um prazo para corrigir as falhas e transgressões apontadas e para o enquadramento nos termos contratuais.

23.11. Instaurado o processo administrativo e comprovada a inadimplência, a caducidade será declarada por ato da Concedente independentemente de indenização prévia, calculada no decurso do processo, se couber.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

23.12. A declaração de caducidade não acarretará qualquer espécie de responsabilidade para a Concedente em relação a encargos, ônus, obrigações, ou compromissos com terceiros ou com empregados da Concessionária.

24. DA RESCISÃO CONTRATUAL

24.1. A rescisão do contrato firmado poderá ocorrer de forma:

- a) Amigável - por acordo entre as partes, reduzindo a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para a CONCEDENTE;
- b) Administrativa - por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do Artigo 78 da Lei nº 8.666/93;
- c) Judicial - nos termos da legislação processual.

24.2. A CONCESSIONÁRIA reconhece os direitos da Administração em caso de rescisão administrativa prevista no Art. 77 da Lei nº 8.666/93.

25. GARANTIA

25.1. Para total garantia da fiel execução dos serviços objeto do presente contrato, a CONCESSIONÁRIA deverá apresentar como garantia para execução do presente contrato a fiança bancária, caução em dinheiro, ou seguro garantia.

25.1.1. O valor da garantia deverá corresponder a 1% (um por cento) do valor total dos **INVESTIMENTOS PARA AS OBRAS DE MODERNIZAÇÃO, FORNECIMENTO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS PARA O TERMINAL**, conforme valor estimado no **Anexo I.C**.

25.2. A garantia será devolvida após o final do contrato, descontados os valores das multas que tenham ocorrido por ocasião de descumprimento contratual da concessão.

25.3. A extinção do contrato, por motivo de declaração de caducidade, implicará na execução da garantia para ressarcimento dos prejuízos sofridos pelo Poder Concedente, sem embargo de outras complementares, até que seja ressarcido totalmente o dano.

26. DO ENCERRAMENTO DO CONTRATO

26.1. Em um prazo de 10 (dez) dias para o final do contrato, a CONCESSIONÁRIA deverá entregar um relatório com um levantamento fotográfico das condições do Terminal neste período.

26.2. Na data de término do contrato a fiscalização da SMU, em conjunto com a CONCESSIONÁRIA, realizará uma vistoria no terminal, para posteriormente assinar o termo de recebimento do referido terminal, documento final de encerramento do contrato.

27. Integram este Projeto Básico os seguintes anexos em arquivo digital:

27.1. Anexo I.A: Procedimentos para a Determinação do Fluxo de Caixa, VPL e TIR do Terminal Rodoviário de Juiz de Fora/MG.

27.2. Anexo I.B: Investimentos na Modernização e Fornecimento de Equipamentos e Sistemas de Tecnologia da Informação no Terminal Rodoviário de Juiz de Fora/MG.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

27.3. Anexo I.C: Investimentos para as Obras de Modernização do Terminal Rodoviário de Juiz de Fora/MG.

27.4. Anexo I.D: Lista Patrimonial do TRMM - Inventário

27.5. Anexo I.E: Lista Patrimonial do TRMM - Inventário



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

CONCORRÊNCIA PÚBLICA nº 007/2021 - SMU
PROCESSO ELETRÔNICO nº 13.264/2021

ANEXO II - MODELO DE CARTA-CREDENCIAL PARA SESSÃO PÚBLICA

A empresa, inscrita no CNPJ sob nº,
sediada na, cidade de, estado, telefone(s)
....., e-mail para contato, neste ato
representada pelo (a) Sr(a), portador da cédula de identidade RG
....., residente e domiciliado na, inscrito no CPF sob o nº
....., detentor de amplos poderes para nomeação de representante para que lhe
faça as vezes para fins licitatórios, confere-os à, portador da cédula de
identidade RG, e inscrito no CPF sob o nº, com o fim específico de
representar a outorgante perante Prefeitura de Juiz de Fora, na **CONCORRÊNCIA nº 007/2021**, podendo
assim retirar editais, propor seu credenciamento e oferta em lances verbais em nome da representada, e
ainda assinar atas, contratos de fornecimento de materiais ou prestação de serviços, firmar compromissos,
enfim, todos aqueles atos que se fizerem necessários para o bom e fiel cumprimento do presente mandato.

.....
(local e data)

Outorgante (reconhecer firma)

Outorgado

- Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

**CONCORRÊNCIA PÚBLICA nº 007/2021 - SMU
PROCESSO ELETRÔNICO nº 13.264/2021**

ANEXO III - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

(**Nome da empresa**), sediada (endereço completo), inscrita no CNPJ/MF sob o nº, por intermédio do seu representante legal o Sr.(a), portador da Carteira de Identidade nº e do CPF nº, **DECLARA**, sob as penas da lei, que não incorre em qualquer das condições impeditivas, especificando:

- 1 - Que não foi declarada inidônea por ato do Poder Público;
- 2 - Que não está impedida de transacionar com a Administração Pública;
- 3 - Que não foi apenada com rescisão de contrato, quer por deficiência dos serviços prestados, quer por outro motivo igualmente grave, no transcorrer dos últimos 5 (cinco) anos;
- 4 - Que não incorre nas demais condições impeditivas previstas no art. 9º da Lei Federal nº 8.666/93 consolidada pela Lei Federal nº 8.883/94.
- 5 - E que, se responsabiliza pela veracidade e autenticidade dos documentos oferecidos, comprometendo-se a comunicar a PREFEITURA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA a ocorrência de quaisquer fatos supervenientes impeditivos da habilitação, ou que comprometam a idoneidade da proponente, nos termos do artigo 32, parágrafo 2º, e do artigo 97 da Lei 8.666/93, e suas alterações.

.....
(local e data)

.....
Assinatura, qualificação e carimbo
(representante legal)

- Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

**CONCORRÊNCIA PÚBLICA nº 007/2021 - SMU
PROCESSO ELETRÔNICO nº 13.264/2021**

**ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PLENO
CONHECIMENTO DO EDITAL**

A empresa, inscrita no CNPJ sob nº,
sediada na, cidade de, estado, telefone(s)
....., e-mail para contato, neste ato
representada pelo(a) Sr(a), portador da Carteira de Identidade nº e
do CPF nº, declara, sob as penas da Lei, que preenche plenamente os requisitos de habilitação
estabelecidos no presente Edital da **CONCORRÊNCIA nº 007/2021**, assim como tem pleno conhecimento
do objeto licitado e anuência das exigências constantes do Edital e seus anexos.

.....

(local e data)

.....

Assinatura, qualificação e carimbo
(representante legal)

- Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

**CONCORRÊNCIA PÚBLICA nº 007/2021 - SMU
PROCESSO ELETRÔNICO nº 13.264/2021**

ANEXO V

**DECLARAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA
CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

(**nome da empresa**), inscrita no CNPJ nº, por intermédio de seu representante legal o Sr(a)., portador da Carteira de Identidade nº e do CPF nº, **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

.....

(local e data)

.....

Assinatura, qualificação e carimbo
(representante legal)

- Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

CONCORRÊNCIA PÚBLICA nº 007/2021 - SMU
PROCESSO ELETRÔNICO nº 13.264/2021

ANEXO VI - MODELO DE CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

A sociedade (s) empresária (s),, com sede na Rua/Av., inscrita no CNPJ sob o nº, abaixo assinada por seu representante legal, apresenta e submete à apreciação da comissão licitante, nossa proposta de preços relativa à licitação em epígrafe, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que venham a ser verificadas na sua preparação.

.....
.....
Obs.: Seguir rigorosamente o Projeto Básico e Edital para a elaboração e apresentação da proposta comercial.

Declaramos, igualmente, que em nosso preço global estão incluídos todos os custos diretos e indiretos para perfeita execução dos serviços, inclusive as despesas com mão de obra especializada ou não, encargos da legislação social trabalhista, previdenciária, da infortunistica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas, regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, bem como todos os custos necessários para atendimento às exigências e determinações do **Edital**, enfim, tudo o que for necessário para a execução total e completa dos serviços, conforme **Projeto Básico** constante da **Concorrência**, sem que nos caiba, em qualquer caso, direito regressivo em relação ao MUNICÍPIO.

Declaramos ainda, que:

1. Temos pleno conhecimento dos serviços a serem executados.
2. Recebemos do Município todas as informações necessárias à elaboração da nossa proposta.
3. Obrigamos-nos a aceitar o direito do Município de escolher a proposta que lhe for mais vantajosa, de acordo com as condições estabelecidas no Edital, podendo ela desistir ou anular esta licitação sem que nos caiba o direito a qualquer indenização, reembolso ou compensação pela exclusão ou rejeição de nossa proposta, no todo ou em parte.
4. Obrigamos-nos, ainda, caso nos seja adjudicado o objeto, a assinar o contrato de concessão dentro do prazo estabelecido, a contar da data de notificação do Município, bem como atender a todas as condições prévias a sua assinatura.

.....
(local e data)

.....
Assinatura, qualificação e carimbo
(representante legal)

- Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

**CONCORRÊNCIA PÚBLICA nº 007/2021 - SMU
PROCESSO ELETRÔNICO nº 13.264/2021**

ANEXO VII - MODELO DECLARAÇÃO DE PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA

Declaramos para os devidos fins, que nos obrigamos a manter a nossa proposta comercial relativa à **CONCORRÊNCIA nº 007/2021**, pelo prazo de **90 (noventa) dias**, a contar da data de abertura da mesma, para fins de julgamento e de contratação.

.....
(local e data)

.....
Assinatura, qualificação e carimbo
(representante legal)

- Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

CONCORRÊNCIA PÚBLICA nº 007/2021 - SMU
PROCESSO ELETRÔNICO nº 13.264/2021

ANEXO VIII - MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA (ME) OU DE EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP)

A empresa, inscrita no CNPJ sob o nº, por intermédio de seu representante legal Sr.(a), portador do Documento de Identidade nº, inscrito no CPF sob o nº DECLARA, sob as penas da Lei, que cumpre os requisitos legais para qualificação como **(incluir a condição da empresa: Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP))**, art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e Lei Municipal nº 12.211/2011 e que não está sujeita a quaisquer dos impedimentos do § 4º deste artigo, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da citada lei.

() Declaramos possuir restrição fiscal no(s) documento(s) de habilitação e pretendemos utilizar o prazo previsto no art. 43, § 1º da Lei Complementar nº. 123/06, para regularização, estando ciente que, do contrário, decairá o direito à contratação, estando sujeita às sanções previstas no art. 81 da Lei Federal nº 8.666/93.

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

.....
(local e data)

.....
Assinatura, qualificação e carimbo
(representante legal)

- Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

**CONCORRÊNCIA PÚBLICA nº 007/2021 - SMU
PROCESSO ELETRÔNICO nº 13.264/2021**

ANEXO IX - MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA E
.....

O, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº, com sede na, neste ato representado por seu, Sr., com interveniência da Secretaria de Mobilidade Urbana - SMU, representada por seu Secretário, Sr., doravante denominados **CONCEDENTES** e a sociedade empresária estabelecida na rua, nº, CNPJ nº, pelo seu representante infra-assinado Sr., CPF nº, RG nº, doravante denominada **CONCESSIONÁRIA**, considerando o resultado do **CONCORRÊNCIA nº 007/2021**, conforme consta do processo administrativo próprio nº **13.264/2021**, firmam o presente contrato, obedecidas as disposições da Lei nº 8.666/93, suas alterações posteriores, demais legislação pertinente e as condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA
DO OBJETO E CARACTERÍSTICAS GERAIS**

1.1. Constitui objeto do presente termo a **Concessão onerosa de Serviços, em caráter de exclusividade, de administração, operação, exploração comercial e execução de obras de complementação e adequação Terminal Rodoviário de Juiz de Fora**, conforme especificações constantes dos Anexos e do edital da **CONCORRÊNCIA nº 007/2021**, os quais integram este termo independente de transcrição por ser de conhecimento das partes.

1.1.1. Portanto, além da administração, operação e exploração comercial, será exigida a realização de obras de complementação e adequação, como:

- 1) reformas civis;
- 2) obras de adequação viária interna;
- 3) construção de passarela coberta;
- 4) construção de abrigos e fachada nova da rodoviária;
- 5) implantação de cobertura do estacionamento rotativo e de táxis;
- 6) construção de guarita e portão para acesso dos ônibus rodoviários;
- 7) troca de todo o telhado;
- 8) obras de implantação da Supervisão de Controle de Implantação de Sinalização da SMU;
- 9) obras de adequação da área de vistoria veicular da SMU;
- 10) obras de adequação da área do DETRAN-MG;
- 11) obras de ampliação e reforma dos sanitários tarifados;
- 12) obras de adequação do antigo sanitário gratuito, para uso exclusivo da licitante;
- 13) fornecimento e instalação de Grupo Gerador e equipamentos diversos;
- 14) fornecimento de novos mobiliários; e
- 15) implantação de sistemas de tecnologia da informação e monitoramento do terminal.

1.2. CARACTERÍSTICAS GERAIS

1.2.1. Os serviços aqui solicitados deverão estar de acordo com as especificações técnicas e operacionais



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

previstos no Regulamento do Terminal Rodoviário de Juiz de Fora, constantes do Decreto em vigor nº 13.615/2019.

1.2.1.1. Os serviços descritos no Regulamento do Terminal Rodoviário de Juiz de Fora representam uma referência para todas as atividades desenvolvidas durante a operação deste, servindo de base, também, para a fiscalização pelo Poder CONCEDENTE.

1.2.2. A CONCESSIONÁRIA poderá manter fiscalização nos locais de embarque fora do Terminal Rodoviário que forem autorizados pelo Poder CONCEDENTE.

1.2.3. A CONCESSIONÁRIA deverá cumprir todas as determinações do Poder CONCEDENTE imediatamente após a emissão da Ordem de Serviço Operacional emitida pela SMU.

1.2.4. Os prazos relativos às obras de complementação e adequação serão contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço citada anteriormente e da seguinte forma:

1.2.4.1. Prazo máximo para entrega dos Projetos Executivos e Cronograma: até 12 (doze) meses;

1.2.4.2. Prazo máximo para início das obras e reformas: até 02 (dois) meses após aprovação pela SMU dos Projetos Executivos e Cronograma;

1.2.4.3. Prazo máximo para conclusão das obras e serviços relacionadas no item anterior: até 18 (dezoito) meses após o início.

1.2.5. As despesas administrativas, previsões relativas a demanda e a receita são de responsabilidade exclusiva da CONCESSIONÁRIA, sem qualquer aporte financeiro por parte do Poder Público Municipal.

1.2.6. Consideram-se atividades operacionais a orientação da circulação de passageiros, de veículos e bagagens nas dependências do Terminal, do estacionamento de veículos, do controle de plataformas, visando garantir a regularidade e segurança da operação, de acordo com o Plano de Operação e Administração do Terminal Rodoviário de Juiz de Fora a ser elaborado e apresentado em até 12 (doze) meses pela CONCESSIONÁRIA e aprovado pelo Poder CONCEDENTE.

1.2.7. A CONCESSIONÁRIA deverá prestar um serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários, satisfazendo condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas. Atualidade compreende a modernidade das técnicas, dos equipamentos, das instalações e a sua conservação, bem como a melhoria e expansão dos serviços.

1.2.8. Todas as informações e requisitos a serem seguidos pela CONCESSIONÁRIA para execução do objeto deverão constar no Plano de Operação e Administração do Terminal Rodoviário de Juiz de Fora. Este deverá ser revisado anualmente, elaborado pela CONCESSIONÁRIA e aprovado pelo Poder CONCEDENTE.

1.2.9. A CONCESSIONÁRIA deverá manter, durante a vigência do contrato, as apólices de seguro necessárias para garantir a efetiva cobertura dos riscos inerentes ao desenvolvimento das atividades pertinentes à concessão, apresentando comprovação das mesmas.

1.2.10. A CONCESSIONÁRIA obriga-se a executar os serviços objeto do contrato de acordo com a melhor técnica aplicável, com zelo e diligência, bem como rigorosa observância das ordens advindas do Poder CONCEDENTE e as demais ordens e legislações vigentes.

1.2.11. A CONCESSIONÁRIA deverá iniciar os serviços de administração, operação e exploração comercial do Terminal, compreendendo:

I Cumprir e fazer cumprir o disposto no Regulamento Interno e nas disposições legais aplicáveis;

II Proceder a levantamentos, análises e pesquisas, propondo soluções, objetivando o bom desempenho operacional;

III Prover os recursos materiais e humanos necessários à operação e funcionamento do Terminal Rodoviário, em especial aos serviços de limpeza, manutenção, segurança patrimonial e conservação de toda a parte estrutural, das áreas comuns, sanitários públicos, fachadas externas, pátio de



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

- estacionamento de veículos diversos, vias de acesso e outros;
- IV** Elaborar e executar planos de utilização dos serviços comuns, bem como realizar levantamentos estatísticos indispensáveis às projeções das atividades;
 - V** Proceder a levantamentos dos gastos decorrentes da utilização dos serviços comuns, efetuando sua cobrança e respectivo pagamento;
 - VI** Fiscalizar os serviços existentes, quer sejam de uso comum ou decorrentes de convênio, concessão, permissão, autorização, cessão, contrato, arrendamento, locação;
 - VII** Organizar e fazer cumprir o plano de utilização das plataformas, bem como do funcionamento das bilheterias para a venda de passagens;
 - VIII** Exercer poder regulador mediante emissão de normas que complementem as disposições legais e regulamentares relativas ao funcionamento do Terminal;
 - IX** Calcular e efetuar a cobrança dos débitos dos permissionários e demais entidades, inclusive das delegatárias de transporte estabelecidas no Terminal;
 - X** Colaborar com os órgãos competentes na política de conscientização do uso do transporte rodoviário de passageiros, contribuindo para o desenvolvimento do turismo interno;
 - XI** Executar diretamente ou por empresa especializada contratada especificamente para este fim, os serviços de construção, reforma, manutenção, segurança, conservação e limpeza das áreas comuns;
 - XII** Explorar as áreas de lojas, unidades comerciais, módulos, agências e bilheterias do Terminal, diretamente ou por terceiros, mediante contrato;
 - XIII** Colaborar com os órgãos fiscalizadores do transporte rodoviário;
 - XIV** Arrecadar direta ou indiretamente a tarifa de embarque e as demais tarifas de serviços prestados, bem como os valores a serem cobrados de particulares a título de contratos de uso de suas áreas de lojas, unidades comerciais, módulos, agências e bilheterias;
 - XV** Prover a segurança da área total do Terminal, por meio de equipe de vigilância patrimonial 24 (vinte e quatro) horas, 07 (sete) dias por semana, inclusive com a instalação de sistema de monitoramento de segurança eletrônica;
 - XVI** Promover a conservação e a manutenção corretiva e preventiva das edificações do complexo arquitetônico e equipamentos;
 - XVII** Promover, ao longo de todo o contrato, reformas, manutenção e administração do terminal, bem como a execução de obras e serviços de melhorias da infraestrutura predial e de eficiente prestação de serviços aos usuários dos serviços de transportes, com ciência e anuência do Poder CONCEDENTE;
 - XVIII** Fazer cumprir os termos contratuais e responsabilidades firmados pelos contratantes das áreas de lojas, unidades comerciais, módulos, agências e bilheterias.
 - XIX** Fazer cumprir os termos dos contratos de prestação de serviços;
 - XX** Monitorar as contas e efetuar o controle e cobrança dos débitos das empresas comerciais e transportadoras estabelecidas no Terminal Rodoviário;
 - XXI** Elaborar relatório gerencial mensal e enviá-lo à Secretaria de Mobilidade Urbana - SMU, contendo o resumo das atividades operacionais, gerenciais, financeiras e administrativas, além dos fatos relevantes ocorridos;
 - XXII** Exercer fiscalização sobre os serviços do Terminal, especialmente os de limpeza, controle de pragas, controle de pássaros e outros animais, conservação, reparos, guarda-volumes, informações e todos os outros necessários;
 - XXIII** Exercer as demais atribuições específicas e normais da Administração de um Terminal Rodoviário de Passageiros.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

1.3. Integram este Contrato, como se nele estivessem transcritos, o Edital, o Projeto Básico e seus anexos e a proposta apresentada pelo adjudicatário, constantes do Processo Licitatório nº **13.264/2021** – Concorrência nº **007/2021**.

CLÁUSULA SEGUNDA DO VALOR DA OUTORGA

2.1. A outorga da Concessionária não poderá ser inferior ao montante correspondente a (.....) do faturamento da mesma, comprovado através de relatório e planilha de faturamento mensal.

2.2. A CONCESSIONÁRIA deverá repassar mensalmente o valor da outorga definido no contrato de concessão, através do pagamento do DAM – Documento de Arrecadação Municipal ao longo do contrato, revertido para o FMT – Fundo de Municipal de Transporte.

2.3. O valor do pagamento da outorga deverá ser mensal respeitando-se os prazos da proposta a partir da assinatura do contrato e terá sua vigência durante todo o período do contrato.

2.4. A Concessão será executada pela CONCESSIONÁRIA, por sua conta e risco, sem qualquer aporte financeiro por parte do município de Juiz de Fora. As despesas administrativas, previsões relativas à demanda e à receita são de responsabilidade exclusiva da CONCESSIONÁRIA.

2.5. A licitante será responsável por todas as informações prestadas na sua proposta, sujeitando-se às penalidades legais caso estas informações venham a induzir a Comissão em erro de julgamento.

2.6. Os valores de taxas, serviços e aluguéis de espaços e lojas comerciais do Terminal deverão respeitar os preços constantes na proposta de preço vencedora da CONCESSIONÁRIA, podendo variar para mais ou para menos, mas não podendo ultrapassar os valores de mercado de Juiz de Fora.

2.7. DO REAJUSTAMENTO E REVISÃO DE TARIFAS

2.7.1. As Tarifas no Terminal Rodoviário de Juiz de Fora, quando da assinatura do contrato serão as constantes no Decreto vigente ou por outro que vier a substituí-lo.

2.7.2. A vigorar a partir da assinatura do contrato e devendo constar os seus valores no mesmo, as tarifas acima especificadas serão reajustadas, anualmente pela SMU, assegurado o reajuste mínimo anual equivalente à variação do IGPM, calculado pela Fundação Getúlio Vargas, pela seguinte fórmula:

$$T- R1 = T- R0 \times (IGPM + 1)$$

Onde:

T - R1: valor da Tarifa após aplicação da fórmula acima

T- R0: valor da Tarifa aplicado no ano anterior ao do respectivo reajuste

IGPM: variação do IGPM contabilizada a cada 12 meses contados a partir do último reajuste realizado.

2.7.3. O reajuste será contabilizado a partir da assinatura do contrato.

2.7.3.1. Após o reajuste serão considerados valores de T (Tarifas) com duas casas decimais, sendo efetuado o arredondamento na última casa decimal. Dessa maneira, após se efetuar o reajuste, se a segunda casa decimal se situar entre 0 a 4, o arredondamento será para 0; se for 5 ficará em 5; e se situar entre 6 a 9, a primeira casa decimal será acrescida de 1 e a segunda casa decimal será 0.

2.7.4. Fica assegurado a Concessionária o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro da concessão, a ser pactuado por alteração contratual nos termos do artigo 65, inciso II, letra “d”, da Lei nº



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

8.666/93, em casos decorrentes de atos de conveniência da administração, em caso, extinção de linhas operadas com veículos tipo rodoviário iniciadas no Terminal, por motivo de integração com outros serviços, ou ainda em virtude da construção de outros terminais no curso do Contrato.

2.7.5. A cada três anos as partes poderão rever a condição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato para ajustá-lo a condição da data da proposta.

CLÁUSULA TERCEIRA

DO CONTRATO DE CONCESSÃO, DOS PRAZOS, DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO E FINANCEIRO E DO ENCERRAMENTO

3.1. O contrato regular-se-á, no que concerne a sua alteração, inexecução ou rescisão, pelas disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1.993 observadas suas alterações posteriores, pelas disposições do Edital e pelos preceitos do direito público.

3.2. O contrato poderá, com base nos preceitos de direito público, ser rescindido pelo MUNICÍPIO a todo e qualquer tempo, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, mediante simples aviso, observadas as disposições legais pertinentes.

3.3. Farão parte integrante do contrato as condições previstas no Edital e na proposta apresentada pelo adjudicatário.

3.4. O prazo de exploração da concessão será de 05 (cinco) anos, prorrogáveis a critério do Poder Concedente por igual período, uma única vez, a contar da data de início de operação que deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias da assinatura do contrato de concessão.

3.5. DA RESCISÃO CONTRATUAL

3.5.1. A rescisão do contrato firmado poderá ocorrer de forma:

- a) Amigável - por acordo entre as partes, reduzindo a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para a CONCEDENTE;
- b) Administrativa - por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do Artigo 78 da Lei nº 8.666/93;
- c) Judicial - nos termos da legislação processual.

3.5.2. A CONCESSIONÁRIA reconhece os direitos da Administração em caso de rescisão administrativa prevista no Art. 77 da Lei nº 8.666/93.

3.6. DO ENCERRAMENTO DO CONTRATO

3.6.1. Em um prazo de 10 (dez) dias para o final do contrato, a CONCESSIONÁRIA deverá entregar um relatório com um levantamento fotográfico das condições do Terminal neste período.

3.6.2. Na data de término do contrato a fiscalização da SMU, em conjunto com a CONCESSIONÁRIA, realizará uma vistoria no terminal, para posteriormente assinar o termo de recebimento do referido terminal, documento final de encerramento do contrato.

3.7. DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO E FINANCEIRO DO CONTRATO

3.7.1. Constitui pressuposto básico do contrato a preservação da justa equivalência entre a prestação dos serviços delegados e a sua justa remuneração, vedado às partes o enriquecimento imotivado à custa da outra parte ou dos usuários do serviço, nos termos do disposto nesta Cláusula.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

3.7.2. O equilíbrio entre os encargos da CONCESSIONÁRIA e as receitas da concessão é identificado no momento da data da apresentação da proposta, a partir dos elementos constantes da Proposta Comercial, demonstrativo detalhado da estrutura de custo do empreendimento e Estudo de Viabilidade Econômico-Financeira da Concessão, apresentados pela CONCESSIONÁRIA na Concorrência Pública e demais elementos Anexos ao presente instrumento, de modo que se considera preservada esta relação de encargo-remuneração original, sempre que forem atendidas as condições do contrato.

3.7.3. A CONCESSIONÁRIA não será obrigada a suportar prejuízos em decorrência do contrato, salvo se estes decorrerem de algum dos seguintes fatores:

- I. Da sua negligência, inépcia ou omissão na exploração do serviço;
- II. Dos riscos ordinários da atividade empresarial, sendo desde já definido que o risco de demanda na previsão de receitas das tarifas rodoviárias e das demais receitas descritas neste Instrumento é um risco ordinário, de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, desde que assegurado às condições e obrigações do Poder CONCEDENTE estabelecidas no Contrato de concessão;
- III. Da gestão ineficiente dos seus negócios, inclusive aquela caracterizada pelo pagamento de custos operacionais e administrativos incompatíveis com os parâmetros verificados no mercado.

3.7.4. Na concessão serão preservadas as condições efetivas da Proposta de Preço e o equilíbrio econômico e financeiro do contrato, através de reajustes e revisões das tarifas, observado o disposto nos itens seguintes.

3.7.4.1. A revisão tarifária, vinculada à identificação de desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, a qual poderá ser realizada a qualquer época, sob determinadas condições, na forma da Lei, em contraposição aos riscos ordinários de exploração normal e adequada da concessão, demonstrado este por quaisquer das atualizações do Estudo de Viabilidade Econômico-Financeira da concessão, será procedida em razão das causas estruturais, a saber:

- a. Sempre que, por imposição da CONCEDENTE, houver modificação unilateral do contrato que importe em variação estrutural elevando os seus custos ou reduzindo suas receitas;
- b. Excetuado o imposto de renda, sempre que forem criados, alterados ou extintos tributos ou encargos legais ou sobrevenham novas disposições legais, após a data de apresentação da proposta pela CONCESSIONÁRIA, quando provado o seu impacto sobre as condições financeiras do contrato;
- c. Sempre que circunstâncias supervenientes, em razão de caso fortuito, força maior, fato da administração, resultem, comprovadamente, em variações dos custos da CONCESSIONÁRIA.
- d. Sempre que houver alteração legislativa de caráter específico que produza impacto direto sobre as receitas da CONCESSIONÁRIA, tais como as que concedam isenção, redução, desconto ou qualquer outro privilégio tributário ou tarifário.

CLÁUSULA QUARTA DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

4.1. Para garantia da execução do contrato, a contratada oferece garantia correspondente a 1% (um por cento) do valor total dos **INVESTIMENTOS PARA AS OBRAS DE MODERNIZAÇÃO, FORNECIMENTO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS PARA O TERMINAL**, conforme valor estimado no **ANEXO I.C** do Edital.

4.1.1. Quando o contrato for alterado, ou quando tiver seus preços reajustados, a garantia deverá ser reforçada em idênticas proporções.

4.2. Os títulos oferecidos em caução, se for o caso, não poderão estar onerados por cláusula de impenhorabilidade, intransferibilidade, nem adquiridos compulsoriamente.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

4.3. O Seguro-Garantia, quando escolhido, será realizado mediante entrega da competente apólice, emitida por entidade legalmente autorizada, com funcionamento no Brasil, em favor exclusivamente do Município de Juiz de Fora, garantindo a total execução do Contrato.

4.4. Em caso de opção pela Fiança Bancária, esta deverá ter as assinaturas dos emitentes com firma reconhecida, além de vir acompanhada de cópia autenticada do Estatuto Social do banco emitente, onde fique consignado que este, estatutariamente, é autorizado a expedir Fiança Bancária, bem como, cópia autenticada da Ata que elegeu a última diretoria.

4.4.1. Se a opção recair por fiança bancária, deverá constar do documento a expressa renúncia pelo fiador dos benefícios previstos nos artigos 827 e seguintes do Código Civil.

4.5. A garantia prestada pela Contratada será liberada ou restituída 90 (noventa) dias após o término do prazo contratual, mediante requerimento, e quando em dinheiro, atualizada monetariamente, descontados os eventuais débitos e multas aplicadas a mesma, ocorridas por descumprimento contratual da concessão.

4.5.1. Em caso de inadimplência, perderá o adjudicatário o direito à restituição de sua garantia, sendo esta recolhida aos cofres do Município ou se for necessário:

- a) Utilizada para quitação de débitos trabalhistas.
- b) Utilizada pela contratante para reembolso de possíveis danos causados pela contratada às instalações físicas, a terceiros, etc., em sendo comprovada a prática de ato com dolo ou culpa.

4.6. A Contratada perderá a “caução de garantia do contrato” em favor do Município de Juiz de Fora, se por culpa da mesma for promovida rescisão contratual.

4.7. A extinção do contrato, por motivo de declaração de caducidade, implicará na execução da garantia para ressarcimento dos prejuízos sofridos pelo Poder Concedente, sem embargo de outras complementares, até que seja ressarcido totalmente o dano.

4.8. A garantia será devolvida após o final do contrato, descontados os valores das multas que tenham ocorrido por ocasião de descumprimento contratual da concessão.

CLÁUSULA QUINTA DAS OBRIGAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA

5.1. A empresa que obtiver a concessão realizará um serviço público de administração do Terminal Rodoviário de Juiz de Fora com base em parâmetros técnicos e operacionais que assegurem a manutenção dos serviços, garantindo segurança e comodidade aos usuários, estando sujeita à fiscalização direta do Município através da SMU, obrigando-se a cumprir todos os princípios que regem a administração pública, na que couber. Além disso, a CONCESSIONÁRIA se obriga a:

- I. Manter serviço de informação ao público;
- II. Manter serviço de achados e perdidos;
- III. Gerenciar serviço de guarda-volumes;
- IV. Gerenciar o serviço de estacionamento dos veículos particulares;
- V. Disponibilizar carrinhos para transporte de bagagens pelos passageiros;
- VI. Manter serviços de primeiros socorros e atendimento emergencial, em local próprio, com a presença de Bombeiro Civil 24 (vinte e quatro) horas;
- VII. Organizar as atividades de táxi no terminal observando a regulamentação do Município de Juiz



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

deFora;

VIII. Utilizar o imóvel em sua finalidade principal, embarque e desembarque de passageiros do transporte intermunicipal, interestadual e internacional de passageiros, mantendo-o limpo, higienizado, dedetizado e funcional, responsabilizando-se, ainda, por quaisquer danos causados no bem, suas benfeitorias e instalações, bem como fazer por sua conta as reparações de estragos a que der causa;

IX. Não usar, ceder ou transferir áreas, no todo ou em parte, para fins de comércio de casas de festas, jogos de azar ou similares, sob pena de imediata rescisão do pacto com aplicação das penalidades previstas neste Contrato e cominações legais de estilo;

X. Assumir inteira responsabilidade da administração do Terminal, sendo seu ônus pelo custeio de todos os recursos materiais e humanos, limpeza, conservação e vigilância patrimonial 24 (vinte e quatro) horas, 07 (sete) dias por semana de toda área que compõe o conjunto arquitetônico do referido terminal, incluindo-se as áreas verdes e os acessos;

XI. Assumir o ônus das taxas e dos impostos Municipais, Estaduais e Federais, pagando-os pontualmente, bem como as contribuições incidentes sobre as diversas formas de exploração das atividades comerciais objeto deste contrato, apresentando os comprovantes quando solicitados pela SMU;

XII. Execução de todo e qualquer serviço que seja necessário para o bom funcionamento do Terminal, tais como serviços de limpeza, conservação de sanitários e vigilância;

XIII. Coibir a permanência de pessoas que não sejam usuários dos serviços do terminal ou que estejam utilizando para fins distintos do habitual como prostituição, comércio informal, venda de drogas, etc., com o concurso das Polícias Militar e Civil do Município, a quem compete a Segurança Pública;

XIV. Coibir a permanência de animais de rua nas dependências do Terminal;

XV. Não realizar alterações arquitetônicas e estruturais no terminal sem autorização prévia da SMU;

XVI. Promover, semestralmente, ações de saúde pública que visem debelar ou prevenir doenças de caráter epidemiológicos ou infectocontagiosas;

XVII. Manter no Terminal livros ou outros dispositivos eletrônicos de ocorrências diárias, específicos para usuários e fiscalização, autenticados pela SMU, de forma que fiscais e usuários possam registrar suas queixas contra a administração do terminal, registro de ocorrências de roubos, furtos ou extravio de bagagens;

XVIII. Indicar, para homologação da SMU, o nome do Gerente Administrador e Supervisores, que em regime de tempo integral e dedicação exclusiva serão responsáveis pela gestão do Terminal;

XIX. Providenciar reparos e serviços que gerem acessibilidade para deficientes físicos em geral e idosos, de acordo com a lei vigente;

XX. Executar os serviços objeto do contrato de acordo com a melhor técnica aplicável, com zelo e diligência, bem como com rigorosa observância às especificações e demais normas e ordens advindas da CONCEDENTE;

XXI. Manter uniformizados e com identidade funcional todos os seus colaboradores, zelando por manter comportamento adequado no ambiente de trabalho, abstendo-os da prática de atos atentatórios à moral, aos bons costumes e à segurança;

XXII. Implantar sistema de sinalização com indicação de fácil acesso as áreas comuns do Terminal para todos os usuários dos seus serviços;

XXIII. Coibir o funcionamento de qualquer aparelho nas áreas ocupadas que produza som ou ruído que possa prejudicar a divulgação de avisos pela rede de sonorização;

XXIV. Coibir a utilização das áreas de plataforma por veículos não credenciados ao serviço de transporte intermunicipal de passageiros, em nenhum momento e sob qualquer pretexto aceitar veículos de pequeno porte nessas áreas;



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

- XXV. Coibir a guarda ou depósito de volumes, mercadorias, resíduos ou substância inflamável, explosiva, corrosiva, tóxica ou de odor sensível em qualquer área do terminal;
- XXVI. Coibir a venda de bilhete de passagem rodoviária associada a qualquer outro serviço dentro do Terminal Rodoviário, salvo a taxa de embarque;
- XXVII. Estabelecer, em consonância com os critérios estabelecidos pela SMU, os locais e os horários destinados à carga e descarga de qualquer espécie para as empresas estabelecidas no Terminal, evitando esta prática nos horários de intenso fluxo de usuários e veículos;
- XXVIII. Garantir que os ônibus devidamente autorizados que acessarem a Plataforma de Embarque estejam em plenas condições de cumprimento de suas viagens, atendendo a critérios de limpeza e conservação, além de regulamentar a sinalização, circulação, manobra e tempo de permanência destes na plataforma;
- XXIX. Garantir o pleno funcionamento dos serviços essenciais do Terminal ininterruptamente durante as 24 (vinte e quatro) horas do dia.
- XXX. Garantir a proteção e preservação do terminal rodoviário, devendo manter vigilância patrimonial devidamente credenciada e autorizada a funcionar pelo Departamento de Polícia, cujo posto deverá ser de 24 horas, mantendo um número não inferior a 02 (dois) vigilantes por turno de trabalho e, também, um número não inferior a 01 (um) vigilante por turno, na guarita para controle de acesso dos ônibus às plataformas de embarque e desembarque, bem como, se necessário, firmar Convênios com a Polícia Militar ou Civil para que essas Entidades garantam a segurança dos usuários no Terminal;
- XXXI. Manter em dia o inventário e o registro dos bens vinculados à concessão: por ocasião da entrega do Terminal, será lavrado, em conjunto com a CONCESSIONÁRIA, laudo de vistoria, contendo inventário e condições físicas do terminal;
- XXXII. Realizar os serviços de acordo com todas as exigências contidas no contrato;
- XXXIII. Adotar as medidas preventivas necessárias para evitar danos a terceiros, em consequência da execução dos trabalhos, sendo de sua exclusiva responsabilidade a obrigação de reparar os prejuízos que vier a causar a quem quer que seja e quaisquer que tenham sido as medidas preventivas adotadas;
- XXXIV. Responsabilizar-se integralmente pelo ressarcimento de quaisquer danos e prejuízos, de qualquer natureza, que causar à SMU ou a terceiros, decorrentes da execução do objeto do Contrato, respondendo por si e por seus empregados;
- XXXV. Atender as determinações e exigências formuladas pela SMU;
- XXXVI. Refazer, por sua conta e responsabilidade, os serviços recusados pela Fiscalização da SMU, nos prazos estabelecidos e acordados em notificações oficiais;
- XXXVII. Cumprir o Plano de Operação e Administração do Terminal Rodoviário de Juiz de Fora apresentado na sua proposta e que deverá ser encaminhado em até 10 (dez) dias da assinatura do contrato de concessão para a SMU;
- XXXVIII. Propor, anualmente, caso necessário, uma revisão do Plano de Operação e Administração do Terminal Rodoviário de Juiz de Fora, levando em consideração a situação do tráfego na região, os tempos efetivos de percurso e as melhorias implantadas no sistema viário, avanços tecnológicos, devendo o plano ser aprovado pela SMU;
- XXXIX. Responsabilizar-se, na forma do Contrato, por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, fiscais, sociais, tributárias, trabalhistas e previdenciárias, ou quaisquer outras previstas na legislação em vigor, bem como por todos os gastos e encargos com material e mão de obra necessária à completa realização dos serviços até o seu término;
- XL. Ser a única e exclusiva responsável pelos ônus trabalhistas gerados por seus empregados que, porventura, serão utilizados por força da execução do presente contrato;



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

XLII. Obedecer às normas trabalhistas vigentes, contidas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), no que concerne à despesa da contratação com vínculo empregatício do pessoal a ser empregado na execução dos serviços descritos no anexo, englobando todas e quaisquer despesas decorrentes da execução dos contratos de trabalho em razão de horário, condição ou demais peculiaridades;

XLIII. Responsabilizar-se integralmente pela iluminação, instalações e despesas delas provenientes e equipamentos acessórios necessários à fiel execução dos serviços contratados dentro do Terminal e nos seus pátios internos e externos;

XLII. Responsabilizar-se integralmente pela qualidade dos serviços e pelos materiais empregados, que devem guardar conformidade com as especificações do Termo de Referência, com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, e demais normas técnicas pertinentes, a ser atestada pela SMU. A ocorrência de desconformidade implicará em refazer o serviço ou na substituição dos materiais recusados, sem quaisquer ônus para a SMU e sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis;

XLIV. Apresentar à CONCEDENTE, mensalmente, até o dia 05 do mês subsequente ao referido mês, o Relatório de Prestação de Contas contendo mapas estatísticos, resumo das atividades operacionais, administrativas e fatos relevantes ocorridos no período, bem como a prestação de contas de todas as receitas aferidas no referido mês, que são a base de aferição da outorga;

XLV. Apresentar à CONCEDENTE, anualmente, a cada fim de exercício anual até o dia 15 do mês subsequente ao término do ano, o Relatório de Avaliação dos Investimentos realizados no Terminal.

XLVI. Apresentar um Plano Anual de Ações e Manutenções Preventivas:

XLVI.I. A CONCESSIONÁRIA deverá elaborar um Plano Anual de Manutenção Preventiva a ser aprovado pela SMU e realizado no Terminal Rodoviário ao longo dos 05 (cinco) anos de contrato. Estas ações a priori serão:

1. Revisão e correção do Sistema de Combate Incêndio e SPDA (Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas) do Terminal;
2. Promover melhoria da acessibilidade (deficiência motora, visual, outros);
3. Reestruturação de Layout da fachada (pintura e letreiro);
4. Sinalização Interna com Painéis Eletrônicos (Embarque/Desembarque/Quadro de Horários/Identificação da Administração);
5. Reforma do Isolamento da Área de Plataformas;
6. Revisão e Melhoria do Sistema Elétrico (iluminação, tomadas e tomadas USB);
7. Revisão e Análise Técnica (Laudo Estrutural) do sistema (Trelças) de sustentação da cobertura;
8. Implantação de Coleta de Lixo Seletiva;
9. Manutenção de Grupo Gerador;
10. Manutenção dos Assentos de Espera (similar aos assentos utilizados na sala VIP da empresa Útil);
11. Sistema de Segurança para Embarque dotado de câmeras de monitoramento;
12. Recuperação e manutenção dos acessos;
13. Revisão, recuperação e melhorias na Rede Hidráulica;
14. Adequação e Reorganização do Estacionamento;
15. Manutenção e/ou substituição dos gradis de proteção da área de embarque;
16. Instalação de Sistema Estrutural de Orientação para Deficientes Visuais.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

CLÁUSULA SEXTA DAS OBRIGAÇÕES DA SMU

- 6.1.** Garantir o necessário apoio dos Poderes Públicos à CONCESSIONÁRIA, especialmente quanto à Segurança, Trânsito, Coleta de Lixo e Saúde;
- 6.2.** Cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares do serviço e as cláusulas contratuais da concessão;
- 6.3.** Zelar pela boa qualidade do serviço, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações dos usuários;
- 6.4.** Acompanhar e fiscalizar a prestação do serviço e a conservação dos bens reversíveis, visando ao atendimento das normas, especificações e instruções estabelecidas em Edital, contrato e anexos;
- 6.5.** Aprovar os projetos executivos e acompanhar as obras de modernização e fornecimento de equipamentos e sistemas de tecnologia da informação e de monitoramento no Terminal de Juiz de Fora;
- 6.6.** Exercer a fiscalização das obras e dos serviços através de seus setores técnicos e administrativos próprios, com o objetivo de assegurar o estrito cumprimento do contrato e a melhor prestação de serviços aos usuários, atendidos os preceitos contidos nos artigos 6º e 7º, ambos da Lei Federal nº 8.987/95;
- 6.7.** Intervir na prestação dos serviços, nos casos e condições previstos na Lei Federal nº 8.987/95;
- 6.8.** Exercer seu poder de polícia no sentido de impedir, terminante e rigorosamente, a interferência de qualquer atividade que possa prejudicar o equilíbrio econômico-financeiro da equação inicial a ser pactuada, em especial vedando a ação dos transportadores alternativos que, de alguma forma, fraudem, burlam, ou tentem fraudar ou burlar a destinação básica do Terminal;
- 6.9.** Autorizar o reajuste e proceder à revisão das Tarifas, nos termos e conforme o disposto em contrato;
- 6.10.** Repassar à CONCESSIONÁRIA todas as informações necessárias à realização dos serviços que sejam de sua responsabilidade;
- 6.11.** Disponibilizar as instalações do terminal livres e desocupadas no início da concessão;
- 6.12.** Aprovar, previamente, cartazes, placas, faixas e outras peças promocionais e educativas a serem fixadas nas dependências do terminal;
- 6.13.** Regulamentar o serviço concedido e fiscalizar permanentemente a sua prestação.

CLÁUSULA SETIMA PENALIDADES E MULTAS

7.1. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, a Secretaria de Mobilidade Urbana – SMU, observada a gravidade e garantida à prévia defesa, poderá aplicar à CONCESSIONÁRIA as seguintes sanções:

- a)** Advertência;
- b)** Multa de 10% (dez por cento), sobre o valor não executado do contrato, nos casos que ensejarem sua rescisão determinada por ato unilateral e escrito do Poder Concedente;
- c)** Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor não executado das obras do **Anexo I.C**;
- d)** Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a SMU, pelo prazo de até 02 (dois) anos, a critério da autoridade competente, segundo a natureza e gravidade da falta e/ou penalidades anteriores em caso de reincidência.
- e)** Declaração de inidoneidade, para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a concessionária ressarcir a Secretaria de Mobilidade Urbana – SMU pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

7.2. Nos casos de inexecução total do Contrato, por culpa exclusiva da Concessionária, cabe a aplicação da penalidade de suspensão temporária de licitar e contratar com a Secretaria de Mobilidade Urbana - SMU.

7.3. Nos casos de fraude na execução do Contrato cabe a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

7.4. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de contratar com a Administração e da declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com Administração Pública poderão ser aplicadas à Concessionária juntamente com a de multa.

7.5. As multas serão recolhidas no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados da Notificação oficial e poderão, após regular processo administrativo, serem descontadas do valor da Garantia, apresentada pela Concessionária.

7.6. Se a multa aplicada for superior ao valor da Garantia prestada, além da perda desta, responderá a Concessionária pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela SMU ou cobrada judicialmente.

7.7. À Critério da SMU poderão ser suspensas as penalidades, no todo ou em parte, quando a infração for devidamente justificada pela Concessionária, e aceita pela SMU, que fixará novo prazo, este improrrogável, para a completa execução das obrigações assumidas.

7.8. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a Concessionária à multa de mora, na forma prevista no Contrato, em conformidade com o disposto no art. 86 da Lei Federal nº 8666/1993.

CLÁUSULA OITAVA DA EXTINÇÃO DA CONCESSÃO

8.1. A presente concessão poderá ser extinta nas seguintes hipóteses:

- a)** Advento do Termo Contratual (prazo);
- b)** Encampação, na forma da lei;
- c)** Caducidade, na forma da lei, assegurando à Concessionária o direito de ampla defesa;
- d)** Rescisão, no caso de descumprimento de normas contratuais;
- e)** Anulação;
- f)** Falência ou extinção da Concessionária, na forma da lei.

8.2. Extinta a concessão, retornam a Concedente todos os bens reversíveis descritos e caracterizados no contrato de concessão e os que venham a ser apurados quando da presente contratação, e a ser agregados, nestas condições, ao longo da vigência da concessão, direitos e privilégios transferidos à Concessionária, havendo imediata assunção do objeto da concessão pela Concedente.

8.3. Nos casos de extinção da concessão pelo advento do termo contratual ou de encampação, o Concedente, antecipando-se à extinção da concessão, procederá aos levantamentos e avaliações necessários à determinação dos montantes da indenização que eventualmente possam ser devidas à Concessionária.

8.4. A reversão no advento do termo contratual far-se-á com indenização prévia das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis eventualmente ainda não amortizados ou depreciados e que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do objeto da concessão.

8.5. No caso da reversão no advento do termo contratual, 12 (doze) meses antes do termo final previsto para a vigência da concessão será instaurado processo administrativo, no qual estará assegurado a Concessionária o amplo direito de defesa e o contraditório, promovendo-se os levantamentos e avaliações



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

levando-se em consideração o último Relatório de Avaliação de Investimentos e Controle de Bens Reversíveis e demais relatórios, demonstrações e documentos apresentados pela Concessionária.

8.6. Considera-se encampação a retomada do objeto da concessão pela Concedente durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e prévio pagamento da indenização.

8.7. A inexecução total ou parcial do contrato acarretará, a critério da Concedente a declaração de caducidade da concessão ou a aplicação das sanções contratuais, respeitadas as disposições deste Edital e as normas contratuais.

8.8. A caducidade da concessão poderá ser declarada pela Concedente quando:

- i)** O objeto da concessão estiver sendo prestado de forma inadequada ou deficiente, tendo por base as normas, critérios, indicadores e parâmetros definidores da boa qualidade e atualidade dos serviços do Terminal;
- ii)** A Concessionária descumprir cláusulas contratuais ou disposições legais ou regulamentares concernentes à concessão;
- iii)** A Concessionária paralisar, injustificadamente, o objeto da concessão em qualquer de suas fases;
- iv)** A Concessionária perder as condições econômicas, técnicas ou operacionais para manter em adequadas condições o Terminal e suas operações;
- v)** A Concessionária não cumprir as penalidades impostas por infrações nos prazos devidos ou não atender as intimações da Concedente para regularizar o cumprimento do contrato de concessão;
- vi)** A Concessionária não atender a intimação da Concedente no sentido de regularizar o serviço;
- vii)** A Concessionária for condenada em sentença transitada em julgado por sonegação de tributos, inclusive contribuições sociais.

8.9. A declaração de caducidade da concessão deverá ser precedida da verificação de inadimplência da Concessionária em processo administrativo, assegurado o direito de ampla defesa.

8.10. Não será instaurado processo administrativo de inadimplência antes de comunicados à respectiva Concessionária, detalhadamente, os descumprimentos contratuais, dando-lhe um prazo para corrigir as falhas e transgressões apontadas e para o enquadramento nos termos contratuais.

8.11. Instaurado o processo administrativo e comprovada a inadimplência, a caducidade será declarada por ato da Concedente independentemente de indenização prévia, calculada no decurso do processo, se couber.

8.12. A declaração de caducidade não acarretará qualquer espécie de responsabilidade para a Concedente em relação a encargos, ônus, obrigações, ou compromissos com terceiros ou com empregados da Concessionária.

CLÁUSULA NONA DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

9.1. A SMU nomeará uma equipe de profissionais que terá autoridade para exercer em nome desta, toda e qualquer ação de orientação geral, controle de qualidade dos materiais e/ou serviços e fiscalização dos serviços, bem como exigir da CONCESSIONÁRIA a correta execução dos serviços e o cumprimento das determinações contidas nas obrigações e em especificações técnicas normativas para os serviços a serem realizados.

9.2. É assegurado à fiscalização o direito de ordenar o refazimento de serviços sem prejuízo das penalidades a que ficar sujeito a CONCESSIONÁRIA, e sem que esta tenha direito a qualquer indenização pelo retrabalho causado, quando for detectado qualquer defeito ou falha importante em serviço executado ou material empregado na atividade executada que não tenha sido sanado num prazo de 48 (quarenta e oito) horas após a devida comunicação.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

9.3. A CONCESSIONÁRIA fica obrigada a retirar do contrato, imediatamente após o recebimento da comunicação correspondente, qualquer empregado, operário ou subordinado que, a critério da fiscalização, venha a demonstrar conduta nociva ou incapacidade técnica.

9.4. As exigências da fiscalização basear-se-ão nas especificações e na legislação vigente sobre técnicas de execução. A CONCESSIONÁRIA dará ao Fiscal, no cumprimento de suas funções, livre acesso aos locais de execução dos serviços, fornecendo todas as informações e elementos necessários à execução de obra/serviço.

9.5. Fica assegurado à fiscalização o direito de exigir o cumprimento de todos os itens do Contrato. No caso de não ser atendida dentro de 48 horas, a contar da data de notificação de Serviço correspondente, qualquer exigência sobre defeito essencial em serviço executado ou sobre material posto nos serviços, deverá ordenar a suspensão das obras/serviços sem prejuízo das penalidades a que ficar sujeita a CONCESSIONÁRIA e sem que esta tenha direito a qualquer indenização.

9.6. Todos os Planos de Ação de Intervenções Físicas ou quaisquer comunicações do Fiscal à CONCESSIONÁRIA ou vice-versa, serão registrados no Relatório Mensal de Serviços, podendo ainda ser transmitidas por escrito, em folha de papel devidamente numerada, em duas vias, uma das quais ficará em poder da CONCESSIONÁRIA, outra com a SMU.

CLÁUSULA DÉCIMA ÍNDICES DE QUALIDADE

10.1. As decisões diárias decorrentes do uso da infraestrutura, da gestão de pessoas e estoques de materiais, além do relacionamento com usuários, agentes econômicos que exploram o terminal e os operadores, são centralizadas na administração central do Terminal.

10.2. A CONCESSIONÁRIA deverá alcançar as seguintes dimensões de qualidade na prestação de seus serviços:

- a) Confiabilidade: capacidade de realizar o serviço prometido de forma confiável e correta;
- b) Presteza: capacidade de prestar o serviço com boa vontade e prontidão;
- c) Segurança: capacidade de o prestador de serviço prestar serviços com confiança através do conhecimento e de forma cortês;
- d) Empatia: cuidados e atenção individualizados aos usuários.

10.3. A CONCESSIONÁRIA deverá manter em sua administração um padrão de qualidade dos serviços prestados satisfatórios aos usuários. Esse padrão deverá ser analisado através do resultado de pesquisas trimestrais elaboradas pela CONCEDENTE e acompanhadas pela CONCESSIONÁRIA, por amostragem através de uma parcela mínima de 5% dos usuários do Terminal, contemplando os seguintes Índices de Qualidade: Assistência aos Usuários, Cumprimento de Horários, Segurança, Limpeza, Instalações Físicas Atrativas e Conforto (Embarque e Desembarque).

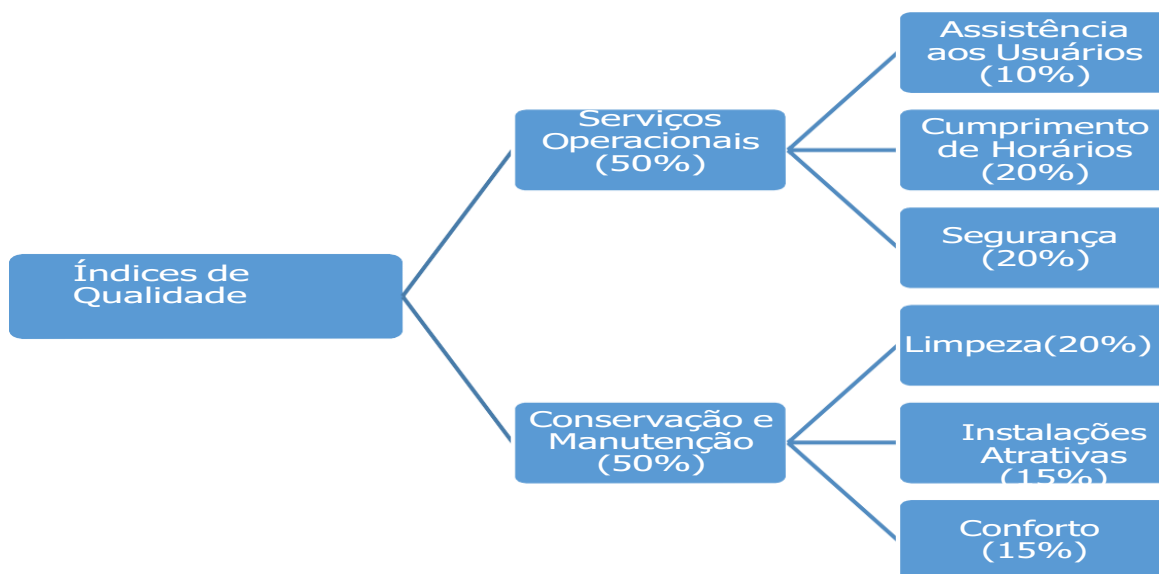
10.4. A CONCESSIONÁRIA deverá obter na Pesquisa de Satisfação do Usuário nota mínima de 80% de respostas iguais a "**satisfatório**" para o cumprimento dos requisitos. O não alcance da nota mínima implicará em multas a serem descontadas da garantia do contrato.

10.5. O número de perguntas da pesquisa deverá ser dividido percentualmente de acordo com o quadro abaixo, sendo que as respostas deverão ser "**satisfatório**" ou "**não satisfatório**".

10.6. Atualmente este tipo de pesquisa de satisfação não é realizado. A primeira pesquisa deverá ser implementada após seis meses da assinatura do Contrato.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA



CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DAS COMUNICAÇÕES E DO FORO

11.1. As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle do presente contrato, serão feitas sempre por escrito.

11.2. As partes elegem o foro da Comarca de Juiz de Fora, como o único competente para dirimir quaisquer ações oriundas deste contrato.

E, por haverem assim pactuado, assinam este instrumento em 02 (duas) vias, na presença das testemunhas presenciais ao ato.

Prefeitura de Juiz de Fora, de de 20.....

**Prefeito(a) de Juiz de Fora
CONCEDENTE**

**Secretário(a) de Mobilidade Urbana - SMU
CONCEDENTE**

**CONCESSIONÁRIA
Rep. legal**

Testemunha 1

Testemunha 2

Ass.:_____	Ass.:_____
Nome:_____	Nome:_____
C.I.:_____	C.I.:_____
C.P.F.:_____	C.P.F.:_____



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

**CONCORRÊNCIA PÚBLICA nº 007/2021 - SMU
PROCESSO ELETRÔNICO nº 13.264/2021**

**ANEXO X - MODELO DE DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE INSTALAÇÕES,
APARELHAMENTO E PESSOAL TÉCNICO**

À
PREFEITURA DE JUIZ DE FORA
ENDEREÇO
CIDADE – ESTADO

Declaramos para os devidos fins, que nos obrigamos a ter disponibilidade de instalações, aparelhamento e pessoal técnico e operacional adequado para realização do objeto da licitação da **Concorrência nº 007/2021 - SMU**.

.....
(local e data)

Identificação da Sociedade Empresária
Assinatura
Nome do responsável (por extenso e legível)
CPF nº
RG nº
Cargo e/ou função

- Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.